

**MANUAL E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PARA PARTICIPAÇÃO EM
ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS**

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

29 DE ABRIL DE 2022

v. original: 29 de março de 2022

v. reapresentação: 13 de abril de 2022

Este manual destina-se a auxiliar o Acionista, o investidor e o mercado em geral com a descrição das informações da Assembleia Geral, aplicáveis na data de edição aqui indicada.

ÍNDICE

1.	CONVITE	3
2.	PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA	4
2.1.	Participação Pessoal ou por Representação	5
2.2.	Boletim de Voto a Distância.....	8
3.	EDITAL DE CONVOCAÇÃO	11
4.	PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.....	14
4.1.	Tomar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021	14
4.2.	Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.....	15
4.3.	Fixar a remuneração global anual para os órgãos da administração	15
4.4.	Eleição dos membros do Conselho de Administração	16
4.5.	Instalar o Conselho Fiscal, eleger os respectivos membros e fixar a sua remuneração	16
	ANEXO I	18
	ANEXO II	68
	ANEXO III	74
	ANEXO IV	114

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Rua João Bettega, 5200

Curitiba, PR, CEP 81.350-000

At. Departamento de Relações com Investidores

Tel: (41) 3239-7887

Fax: (41) 3239-7601

E-mail: ri@positivo.com.br

1. **CONVITE**

Ficam os Acionistas convidados a participar da Assembleia Geral Ordinária da Positivo Tecnologia S.A. (“Companhia” ou “Positivo Tecnologia”) que será realizada no dia **29 de abril de 2022**, às **15h00**, de forma **exclusivamente digital** (“AGO” ou “Assembleia”), por meio de sistema eletrônico Ten Meetings, cujo acesso se dará através do link https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal_/#/?id=E2EF66607BBF

O Edital de Convocação, constante do item 3 da presente proposta, enumera, expressamente, na ordem do dia, todas as matérias a serem discutidas.

Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, encontram-se relacionados abaixo:

- (i) Relatório da Administração sobre os negócios e os principais fatos administrativos do exercício findo;
- (ii) Demonstrações Contábeis;
- (iii) Relatório dos Auditores Independentes; e
- (iv) Parecer do Conselho Fiscal.

Referidos documentos foram disponibilizados, em 22 de março de 2022, aos Acionistas da Companhia: (i) na sede da Companhia; na rede mundial de computadores no (ii) *website* de relações com investidores da Companhia (<https://ri.positivotecnologia.com.br/>); (iii) *website* da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) por meio do sistema IPE; e (iv) *website* da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Tais documentos foram, também, publicados, em 29 de março de 2022, nos jornais “O Estado de São Paulo” e “Metrópole” de Curitiba

Todos os demais documentos relativos à Assembleia que fazem parte deste Manual estão à disposição dos Acionistas, mediante agendamento prévio, no Departamento de Relações com Investidores, na sede da Companhia localizada na Rua João Bettega, 5200, Curitiba, PR, CEP 81.350-000 ou no escritório administrativo da Companhia, localizado na Rua Arandu, 281, 6º andar, Bairro Brooklin, São Paulo, SP, CEP 04.562-908, bem como nos sites de Relações com Investidores da Companhia, da B3 e da CVM, acima indicados.

2. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

Em vista das matérias constantes da ordem do dia, a Assembleia será instalada, em primeira convocação, com a presença de Acionistas representando, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto da Companhia.

Esclarecemos que, caso o quórum de instalação disposto acima não seja atingido em primeira convocação, ocorrerá nova convocação, por meio de edital a ser publicado com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, nos termos do artigo 124, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. Em segunda convocação, a AGO será instalada com a presença de qualquer número de Acionistas.

A Positivo Tecnologia, visando ampliar a participação de seus Acionistas, sinaliza que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma *Ten Meetings* ("Plataforma Digital"), através do link <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta1/#/?id=E2EF66607BBF> e conforme detalhado a seguir.

Alternativamente, os Acionistas da Companhia poderão participar da Assembleia por meio do envio de boletim de voto à distância, nos termos da Instrução CVM nº 481/09, a ser enviado conforme descrito no item 2.2 deste manual. **Adicionalmente, a Companhia informa que as instruções de voto recebidas por meio de boletim de voto a distância para a primeira convocação serão consideradas e utilizadas para a segunda convocação**, caso necessário, desde que respeitado o prazo de 30 (trinta) dias entre uma assembleia e outra, conforme previsto no parágrafo único do Art. 21-X, da Instrução CVM 481/09.

Para participação dos Acionistas na Assembleia, independentemente do meio escolhido, será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

Documentação a ser encaminhada/apresentada	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
Comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia, emitido nos últimos 5 (cinco) dias.	X	X	X
Documento de identidade com foto do Acionista ou de seu representante legal (Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida, todos dentro do prazo de validade.)	X	X	X
Estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do Acionista (para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.)	-	X	X
Instrumento de mandato, quando aplicável.	X	X	X
Regulamento consolidado do fundo.	-	-	X

Excepcionalmente, para esta Assembleia não será requerido que os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira sejam traduzidos para a língua portuguesa ou registrados no Registro de Títulos e Documentos. Ainda, a Companhia informa que não serão exigidos autenticação de cópias, reconhecimento de firma, notorização ou consularização/apostilamento.

2.1. Participação Pessoal ou por Representação

Aos Acionistas que desejarem participar da AGO, pedimos a gentileza de realizarem o cadastro prévio no endereço eletrônico através do link https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal_/#/?id=E2EF66607BBF e anexarem os documentos sinalizados no quadro acima (conforme aplicáveis), impreterivelmente, até o dia **26 de abril de 2022**. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o Acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail informado no cadastro.

Nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, os Acionistas podem ser representados em AGO por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja Acionista da Companhia, administrador da Companhia, advogado, ou ainda por uma instituição financeira.

Nesse sentido, a administração da Companhia sugere que, na impossibilidade de participação direta, V.Sa. confira poderes para um procurador participar e votar em vosso nome relativamente às matérias objeto da Assembleia.

a) Cadastro de Acionista Pessoa Física:

Aos Acionistas pessoas físicas que se cadastrarem na plataforma, deverão seguir o preenchimento do formulário de cadastro e, no item “2 Perfil”, selecionar a opção “Acionista”, bem como incluir os documentos solicitados pela plataforma.

b) Cadastro de Acionista pessoa jurídica e/ou representante/procurador

Aos Acionistas pessoas jurídicas, que se façam presentes através de seu representante legal, ou aos acionistas que sejam representados por procuradores, será obrigatório que seja realizado o cadastro prévio da pessoa física que representará o Acionista. Assim, os procuradores deverão realizar o cadastro prévio com os seus dados no endereço eletrônico através do link https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal_/#/?id=E2EF66607BBF. Adicionalmente, quando do preenchimento do formulário de cadastro, no item “2 Perfil” deverá ser selecionada a opção “Representante”, seguindo com a inclusão dos documentos solicitados pela plataforma. Após realizar o cadastro como Representante, será disponibilizado na plataforma o Painel de Representante, onde deverão ser cadastrados todos os Acionistas que o representante/procurador irá representar, anexando todos os documentos pertinentes.

Quando o Acionista for representado por procurador, a regularidade e conformidade da procuração, bem como a comprovação de titularidade das ações da Companhia, serão examinadas previamente à Assembleia. O procurador receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada Acionista registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos. O procurador que porventura represente mais de um Acionista somente poderá votar na Assembleia pelos Acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. O procedimento aqui descrito também deverá ser realizado até o dia **26 de abril de 2022 (inclusive)**.

Verificada a regularidade do cadastro pela Companhia, serão encaminhadas aos Acionistas credenciados (ou seus respectivos procuradores, conforme o caso), os dados de acesso, assim como as orientações para utilização da Plataforma Digital. Tais informações serão encaminhadas – exclusivamente – ao e-mail informado no cadastro.

As credenciais de acesso recebidas pelos Acionistas ou seus procuradores e representantes serão pessoais e intransferíveis. Caso um Acionista não tenha recebido as informações descritas acima, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia com no mínimo 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia para que seja prestado o suporte adequado.

No dia da Assembleia, os Acionistas deverão realizar seus acessos para participação na AGO através do link https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal_#/?id=E2EF66607BBF, inserindo na plataforma o seu login (e-mail ou CPF sem pontos e dígitos) e senha cadastrados.

A Companhia recomenda que os Acionistas acessem a Plataforma Digital com antecedência de, no mínimo, 40 (quarenta) minutos do início da Assembleia a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e permitir a validação do acesso e participação de todos os Acionistas. A Companhia também sugere que os Acionistas se familiarizem previamente com a Plataforma Digital para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a Plataforma, principalmente o uso de recursos de áudio e vídeo.

Em cumprimento ao artigo 21-C, §1º, II, da Instrução CVM nº 481/09, a Companhia informa que gravará a Assembleia, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por Acionistas que acessem a Plataforma Digital para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia. O acesso à Assembleia não será permitido após o início dos trabalhos.

ATENÇÃO: Para acessar a Plataforma Digital, são necessários: (i) computador com câmera e áudio

que possam ser habilitados; e (ii) conexão de acesso à internet de no mínimo 1mb (banda mínima de 700kbps). O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome, observado que o navegador Safari do Sistema IOS não é compatível com a Plataforma Digital.

A Companhia não se responsabiliza por problemas operacionais ou de conexão que os Acionistas venham a enfrentar, ou quaisquer outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (e.g., instabilidade na conexão do Acionista com a internet ou incompatibilidade do Plataforma Digital com equipamento do Acionista) que dificultem ou impossibilitem a participação de um Acionista na Assembleia.

Os Acionistas que participarem da Assembleia via Plataforma Digital, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à Assembleia, e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do art. 21-V, III, da Instrução CVM nº 481/09.

2.2. Boletim de Voto a Distância

Conforme previsto nos artigos 21-A e seguintes da Instrução CVM nº 481/09, os Acionistas da Companhia poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias objeto da Assembleia mediante o preenchimento e envio do boletim de voto a distância ("Boletim").

O Boletim é um documento eletrônico, cuja forma reflete o Anexo 21-F da Instrução CVM nº 481/09, que reúne todas as propostas de deliberação incluídas na ordem do dia da Assembleia. O modelo para preenchimento foi disponibilizado no site de Relações com Investidores da Companhia (www.positivotecnologia.com.br/ri).

Assim, o Acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância, deverá fazê-lo por uma das seguintes opções:

I. Mediante instruções de voto transmitidas pelos Acionistas ao agente escriturador das ações de emissão da Companhia.

Neste caso, Acionistas com posição acionária em livro escritural podem exercer o voto à distância por intermédio do agente escriturador das ações de emissão da Companhia (Itaú Corretora de Valores S.A.)

As instruções de voto deverão ser realizadas através do site Itaú Assembleia Digital, observado os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo agente escriturador (que pode ser acessado por meio do endereço eletrônico: <https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/home/assembleia-digital>)

Em caso de dúvidas, favor consultar a página de perguntas frequentes <https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/atendimento/perguntas-frequentes>.

Alternativamente, os Acionistas podem entrar em contato com agente escriturador da Companhia através dos telefones ou e-mail indicados abaixo:

3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas)

0800 7209285 (demais localidades)

Email: atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br

O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h.

II. Mediante instruções de voto transmitidas pelos Acionistas aos seus respectivos agentes de custódia.

Nesse caso, o voto por meio do boletim de voto a distância será exercido pelos Acionistas de acordo com os procedimentos adotados pelas instituições e/ou corretoras responsáveis pela custódia das referidas ações.

O Acionista titular de ações depositadas na B3 que optar por exercer o seu direito de voto por meio do boletim de voto a distância deverá fazê-lo mediante a transmissão de sua instrução de voto à instituição e/ou corretora (agente de custódia) que mantém suas ações em custódia, observadas as regras determinadas por esses últimos que, na sequência, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3.

Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância é facultativa aos agentes de custódia, recomendamos que o Acionista verifique se o seu custodiante está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos.

A Companhia informa que caso seu respectivo agente de custódia não preste o referido serviço, o Acionista terá a opção de enviar seu boletim de voto a distância e documentos aplicáveis diretamente à própria Companhia, conforme descrito no item III a seguir.

III. Mediante encaminhamento de sua orientação de voto diretamente à Companhia

O Acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar as vias físicas dos boletins de voto a distância acompanhados da respectiva documentação indicada na tabela acima ao seguinte endereço:

Positivo Tecnologia S.A.
A/C: **Departamento de Relações com Investidores**
Rua João Bettega, 5200
Curitiba, PR, CEP 81.350-000

Adicionalmente, as vias digitalizadas dos documentos poderão ser enviadas para o e-mail ri@positivo.com.br, sendo que o prazo para as providências referidas abaixo (previstos no artigo 21-U da ICVM 481) contarão exclusivamente do recebimento da via física no endereço acima indicado. **Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.**

Os documentos só serão válidos se as vias físicas forem recebidas, impreterivelmente, até 7 (sete) dias

antes da data prevista para realização da Assembleia. Juntamente com o boletim de voto à distância, o Acionista deve enviar cópia dos documentos listados no quadro constante no item 2 do presente manual. **Eventuais Boletins recepcionados pela Companhia após esta data serão desconsiderados.**

A Companhia comunicará ao Acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do boletim de voto a distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido.

3. EDITAL DE CONVOCAÇÃO

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48

NIRE nº 41300071977

Companhia Aberta

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores acionistas da **Positivo Tecnologia S.A.** (“Positivo Tecnologia” ou “Companhia”) a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”), a ser realizada no **dia 29 de abril de 2022, às 15h00, de forma exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico Ten Meetings, cujo acesso se dará através do link https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal_#/?id=E2EF66607BBF**, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- (i) Tomar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021;
- (ii) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;
- (iii) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia;
- (iv) Fixar o limite de valor da remuneração global dos administradores para o exercício social de 2022; e
- (v) Instalar o Conselho Fiscal, eleger os respectivos membros e fixar a sua remuneração.

Informações Gerais:

a) Em conformidade com o parágrafo 6º do artigo 124 da Lei n.º 6.404/76, os documentos objeto das deliberações da Assembleia ora convocada, encontram-se à disposição dos acionistas: (i) na sede da Companhia; na rede mundial de computadores no (ii) *website* de relações com investidores da Companhia (<https://ri.positivotecnologia.com.br/>); (iii) *website* da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) por meio do sistema IPE; e (iv) *website* da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

b) Os acionistas, por si ou por seus procuradores ou representantes legais, que pretenderem participar da Assembleia, nos termos do artigo 5º, §3º, Instrução CVM nº 481/09, deverão realizar o seu pré-cadastro, por meio do link: https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal_/#/?id=E2EF66607BBF, impreterivelmente até o dia **26 de abril de 2022 (inclusive)**, preenchendo todas as informações solicitadas e fornecendo todos os documentos indicados no Manual para Participação de Acionistas – Proposta da Administração. Os acionistas ou procuradores que não realizarem o cadastro dentro do prazo supra não poderão participar da Assembleia por meio da plataforma digital. Após o credenciamento pela Companhia, os Acionistas receberão os seus dados de acesso, assim como orientações gerais, relacionadas ao sistema eletrônico de participação e votação à distância.

c) Para participação do acionista na Assembleia, independentemente do meio escolhido, será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

Documentação a ser encaminhada/apresentada	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
Comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia, emitido nos últimos 5 (cinco) dias.	X	X	X
Documento de identidade com foto do Acionista ou de seu representante legal (Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida, todos dentro do prazo de validade.)	X	X	X
Estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do Acionista (para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.)	-	X	X
Instrumento de mandato, quando aplicável.	X	X	X
Regulamento consolidado do fundo.	-	-	X

d) A Companhia informa que utilizará o processo de voto à distância, de acordo com a Instrução CVM nº 481/2009. Para tanto, o Acionista poderá exercer o seu direito de voto por meio de envio, até 7 (sete) dias de antecedência da realização da Assembleia, de Boletim de Voto à Distância: (i) diretamente à Companhia; (ii) ao seu respectivo agente de custódia; e/ou (iii) instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia; conforme as orientações constantes no Manual para Participação de Acionistas – Proposta da Administração.

e) Em atendimento ao artigo 4º da Instrução CVM nº 481 e de acordo com a Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, informamos que é de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao requerimento de adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, observado o prazo legal de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia para o exercício de tal faculdade, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 141 da Lei 6.404/1976. Adicionalmente, a Companhia

destaca a importância de que os pedidos de voto múltiplo sejam realizados com o máximo de antecedência possível, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos demais acionistas.

f) O detalhamento das deliberações propostas, das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar à distância na Assembleia (incluindo instruções para acesso e utilização do sistema eletrônico de participação e votação a distância pelos acionistas, bem como instruções gerais para preenchimento e envio do Boletim de Voto à Distância) encontram-se no Manual para Participação de Acionistas – Proposta da Administração divulgado nesta data pela Companhia.

Curitiba, 29 de março de 2022.

Alexandre Dias

Presidente do Conselho de Administração

4. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, deverá haver uma assembleia geral ordinária para, minimamente, (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e (iii) eleger os administradores e os membros do conselho fiscal, quando for o caso.

Logo, a administração da Positivo Tecnologia apresenta à Assembleia as propostas a seguir descritas.

4.1. Tomar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras preparadas pela administração da Positivo Tecnologia, acompanhadas do relatório dos auditores, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, foram publicados em 29 de março de 2022, nos jornais “O Estado de São Paulo” e “Metrópole” de Curitiba, além de terem sido disponibilizados, em 22 de março de 2022, no site de relações com investidores da Companhia (www.positivotecnologia.com.br/ri).

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras demonstram a situação econômico-financeira da Positivo Tecnologia e evoluções da situação patrimonial ocorridas no exercício social. Dessa forma, é possível avaliar também os índices de liquidez, o nível de lucratividade e o grau de endividamento da Positivo Tecnologia.

Tais documentos (i) foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme reunião realizada em 17 de março de 2022; e (ii) obtiveram parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia, conforme reunião realizada em 15 de março de 2022 e parecer firmado em 22 de março de 2022. Nesta mesma data, as demonstrações auditadas obtiveram o parecer favorável dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes SS.

Nesse sentido, a administração propõe que os Acionistas examinem com cuidado todos os documentos disponibilizados e aprovem as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras.

Nos termos do inciso III do art. 9º da Instrução CVM nº 481/09, o item 10 do Formulário de Referência consta como **Anexo I** ao presente manual, o qual contém os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia.

4.2. Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

Propomos que o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 tenha a destinação abaixo prevista, a qual se encontra detalhada no **Anexo II** deste manual, que contém as informações do Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09.

O lucro líquido da Positivo Tecnologia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 200.258.324,88 (duzentos milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, trezentos e vinte e quatro reais e oitenta e oito centavos). Dessa forma, a Companhia propõe a seguinte destinação para o lucro líquido do exercício:

- R\$ 10.012.916,24 (dez milhões, doze mil, novecentos e dezesseis reais e vinte e quatro centavos) para a constituição da reserva legal;
- R\$ 142.684.056,48 (cento e quarenta e dois milhões, seissentos e oitenta e quatro mil, cinquenta e seis reais e quarenta e oito centavos) para reserva de incentivos fiscais; e
- R\$ 47.561.352,16 (quarenta e sete milhões, quinhentos e sessenta e um mil, trezentos e cinquenta e dois reais e dezesseis centavos) a título de dividendo mínimo obrigatório.

4.3. Fixar a remuneração global anual para os órgãos da administração

De acordo com o artigo 8º, alínea "ii", do Estatuto Social da Positivo Tecnologia, cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária. Além disso, de acordo com o artigo 14, alínea "ii", do Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração fixar a remuneração individual de cada administrador com base na remuneração global aprovada pela Assembleia Geral.

O Conselho de Administração da Companhia propõe à Assembleia Geral que a remuneração global dos administradores para o exercício social de 2022 seja no montante de até R\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), que serão distribuídos por deliberação do Conselho de Administração.

Para o exercício social de 2021 foi aprovada remuneração global dos administradores no montante de até R\$ 11.598.130,15 (onze milhões, quinhentos e noventa e oito mil, cento e trinta reais e quinze centavos), tendo sido realizado o valor total de R\$ 11.536.078,40 (onze milhões, quinhentos e trinta e seis mil, setenta e oito reais e quarenta centavos).

Diante disso, o montante proposto para o exercício social de 2022 é quase 38% superior ao valor aprovado pela assembleia geral ordinária realizada em 30 de abril de 2021 para o exercício social

encerrado em 31 de dezembro de 2021. A variação entre ambas propostas é reflexo, principalmente, em razão da (i) correção do valor pela inflação medida pelo INPC/IBGE e acumulada no período entre janeiro e dezembro de 2021; (ii) estruturação de Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, visando assegurar o cumprimento das regras previstas no Regulamento do Novo Mercado e reforço na governança corporativa da Companhia.

Em conformidade com o art. 12 da Instrução CVM nº 481/09, o item 13 do Formulário de Referência, encontra-se disponível no **Anexo III** ao presente manual.

4.4. Eleição dos membros do Conselho de Administração

De acordo com o artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração é composto por 9 (nove) membros efetivos, pessoas naturais, residentes ou não no País, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos, sendo um Presidente. Ainda, no mínimo 20% (vinte por cento) dos membros deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado.

Nesse sentido, a Administração propõe eleger:

Candidato ao Conselho de Administração	Cargo
Alexandre Silveira Dias	Presidente do Conselho de Administração
Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima	Conselheira Independente
Gustavo Kehl Jobim	Conselheiro Independente
Marcel Martins Malczewski	Conselheiro Independente
Hélio Bruck Rotenberg	Conselheiro
Samuel Ferrari Lago	Conselheiro
Giem Raduy Guimarães	Conselheiro
Rodrigo Cesar Formighieri	Conselheiro
Rafael Moia Vargas	Conselheiro

A Positivo Tecnologia esclarece que, nos termos do artigo 10, I da Instrução CVM nº 481/09, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membros do Conselho de Administração, acerca dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, encontram-se detalhadas no **Anexo IV** ao presente manual.

4.5. Instalar o Conselho Fiscal, eleger os respectivos membros e fixar a sua remuneração

A Companhia recebeu pedido de renovação do período de instalação do Conselho Fiscal por Acionistas perfazendo o percentual mínimo do capital social necessário para tanto, conforme previsto na Lei das S.A. e nas normas da CVM.

Logo, a Administração propõe que o Conselho Fiscal seja composto por 3 (três) membros efetivos e 3

(três) suplentes – que entende ser uma quantidade adequada de membros dado que atende à mínima exigida pela Lei das S.A. e pelo Estatuto Social, atribuindo assim menos custos à Companhia:

Até o momento, os seguintes nomes foram indicados por Acionistas da Companhia:

Candidato ao Conselho Fiscal	Cargo	Indicação
<i>Irineu Homan</i>	<i>Membro Efetivo do Conselho Fiscal</i>	<i>Controladores</i>
<i>Carlos Tortelli</i>	<i>Membro Suplente do Conselho Fiscal</i>	<i>Controladores</i>
<i>Lincon Lopes Ferraz</i>	<i>Membro Efetivo do Conselho Fiscal</i>	<i>Controladores</i>
<i>Paulo Sérgio da Silva</i>	<i>Membro Suplente do Conselho Fiscal</i>	<i>Controladores</i>
<i>Michelle Squeff</i>	<i>Membro Efetivo do Conselho Fiscal</i>	<i>Minoritários (eleição em separado)</i>
<i>Marco Foletto</i>	<i>Membro Suplente do Conselho Fiscal</i>	<i>Minoritários (eleição em separado)</i>
<i>Júlio César Vezzaro</i>	<i>Membro Efetivo do Conselho Fiscal</i>	<i>Minoritários (eleição em separado)</i>
<i>Marcelo Gusmão Arnosti</i>	<i>Membro Suplente do Conselho Fiscal</i>	<i>Minoritários (eleição em separado)</i>

A Companhia ressalta que os Srs. Michelle Squeff, Marco Foletto, Júlio César Vezzaro e Marcelo Gusmão Arnosti foram indicados por Acionistas minoritários para fins da eleição em separado prevista no artigo 161, §4, inciso “a”, *in fine*, da Lei das S.A.

No mais, o Conselho de Administração da Companhia propõe à Assembleia Geral que a remuneração global dos administradores para o exercício social de 2022 seja no montante apresentado no item 4.3 anterior.

A Positivo Tecnologia esclarece que, nos termos do artigo 10, I da Instrução CVM nº 481/09, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membros do Conselho Fiscal, acerca dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, encontram-se detalhadas no **Anexo IV** ao presente manual.

ANEXO I

Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia

(item 10 do Formulário de Referência)

10.1 - Os diretores devem comentar sobre:

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios, bem como para cumprir as suas obrigações de curto e médio prazos.

Em 31 de dezembro de 2021, a liquidez corrente, representada pela razão entre o ativo circulante e o passivo circulante, registrou 1,6x, um patamar estável quando comparado ao encerramento dos exercícios sociais de 2020 e 2019 que registrou um índice de 1,6x e 1,2x. A relação entre o endividamento líquido e o EBITDA Ajustado apresentou múltiplo de 1,6x no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, índice superior ao 1,3x observado ao fim do exercício de 2020 e inferior ao 1,9x de 2019, representando um índice adequado de endividamento.

Em 31 de dezembro de 2021, o grau de endividamento total foi de 64,8%. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 359 milhões e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 539,7 milhões, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,46x.

Em 31 de dezembro de 2020, o grau de endividamento total foi de 63,4%. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 544,2 milhões e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 214,2 milhões, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,2x.

Em 31 de dezembro de 2019, o grau de endividamento total foi de 72,5%. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 460,7 milhões e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 261,3 milhões, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,5x.

(b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A Administração da Companhia entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis moderados de alavancagem, considerando-se a relação entre dívida líquida e patrimônio líquido.

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 534,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1,0 bilhão em 31 de dezembro de 2020 e para R\$ 1.2 bilhão em 31 de dezembro de 2021, decorrentes dos lucros registrados nos exercícios, de ajustes positivos de avaliação patrimonial e do aumento de capital social no montante líquido de R\$ 332,7 milhões mediante a emissão de novas ações ocorrido

em 2020.

Dívida Líquida	Em 31 de dezembro			
	2021	2020	2019	2018
<i>Em milhões de Reais</i>				
Empréstimos e Financiamentos	(900,6)	(762,9)	(712,1)	(610,2)
(-) Caixa e Aplicações Financeiras	359,0	544,2	460,7	393,3
(-) Saldo de instrumentos financeiros	4,5	4,5	(9,9)	(0,1)
Dívida Líquida	(537,1)	(214,2)	(261,3)	(217,0)

A tabela a seguir mostra o padrão de financiamento da Companhia entre capital próprio e de terceiros. Em 31 de dezembro de 2021 68,5% do ativo total da Companhia estava financiado com capital de terceiros, patamar superior ao observado no fim de 2020 em 5,1 p.p.

Padrão de financiamento	Em 31 de dezembro			
	2021	2020	2019	2018
<i>Em milhões de Reais</i>				
Empréstimos e Financiamentos	900,6	762,9	712,1	610,2
Otras obrigações com terceiros	1.671,9	1.028,6	698,4	567,5
Total - Capital de Terceiros	2.572,5	1.791,5	1.410,5	1.177,7
% do ativo total	68,5%	63,4%	72,5%	71,5%
Patrimônio Líquido	1.181,7	1.033,1	534,9	509,9
Total - Capital Próprio	1181,7	1033,1	534,9	509,9
% do ativo total	31,5%	36,6%	27,5%	28,5%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o perfil da estrutura de capital da Positivo Tecnologia, seu fluxo de caixa e sua posição de liquidez, a Companhia acredita ter condições suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, sendo esta visão embasada pelas informações setoriais e macroeconômicas atualmente disponíveis. Caso a Positivo Tecnologia entenda ser necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e capital de giro, a Companhia acredita ter capacidade para contratá-los atualmente com instituições financeiras de grande, médio e pequeno porte, conforme já tem efetuado nos últimos anos.

Entretanto, cumpre salientar que em caso de um agravamento profundo do quadro macroeconômico país, a Companhia pode sofrer redução de faturamento relevante e/ou ter seus limites de crédito com bancos e fornecedores reduzidos, o que impactaria o refinanciamento dos empréstimos e prazos de

pagamentos. Tais fatores afetariam a condição de liquidez da Companhia.

A tabela a seguir mostra a evolução dos principais indicadores de endividamento monitorados pela Companhia:

Indicadores de endividamento	Em 31 de dezembro			
	2021	2020	2019	2018
<i>em milhões de reais</i>				
Dívida Bruta	(900,6)	(762,9)	(712,1)	(610,2)
Caixa e Aplicações financeiras	359,0	544,2	460,7	393,3
Saldo de instrumentos financeiros	4,5	4,5	(9,9)	(0,1)
Dívida Líquida	(537,1)	(214,2)	(261,3)	(217,0)
EBITDA Ajustado	344,9	162,5	140,8	107,6
Patrimônio Líquido	1.181,7	1.033,1	534,9	509,9
Índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado ¹	1,6x	1,3x	1,8x	2,0x
Índice Dívida Bruta/Patrimônio Líquido	0,8x	0,7x	1,3x	1,2x
Índice Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	0,5x	0,2x	0,5x	0,4x

¹ EBITDA ajustado pelo efeito hedge da matéria prima. Não inclui itens não recorrentes.

Em 31 de dezembro de 2021, o EBITDA Ajustado foi de R\$ 344,9 milhões. A relação entre a dívida líquida (representada pela totalidade dos empréstimos e financiamentos descontada do saldo de caixa e de aplicações financeiras e saldo ativo ou passivo de instrumentos financeiros) e o EBITDA Ajustado foi de 1,6x.

Em 31 de dezembro de 2020, o EBITDA Ajustado foi de R\$ 162,5 milhões. A relação entre a dívida líquida (representada pela totalidade dos empréstimos e financiamentos descontada do saldo de caixa e de aplicações financeiras e saldo ativo ou passivo de instrumentos financeiros) e o EBITDA Ajustado foi de 1,3x.

Em 31 de dezembro de 2019, o EBITDA Ajustado foi de R\$ 140,8 milhões. A relação entre a dívida líquida (representada pela totalidade dos empréstimos e financiamentos descontada do saldo de caixa e de aplicações financeiras e saldo ativo ou passivo de instrumentos financeiros) e o EBITDA Ajustado foi de 1,8x.

Abaixo demonstramos a posição em 31 de dezembro de 2021 de fornecedores, arrendamento mercantil e partes relacionadas:

	<i>em milhões de reais</i>			
	2022	2023	2024 e seguintes	Total
Fornecedores	1.186,21	-	-	1.186,21
Arrendamento mercantil	9,12	9,98	16,54	35,64
Partes relacionadas e contas a pagar com sócios	9,37	10,13	7,30	26,80

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Além da utilização de recursos próprios, nos últimos três exercícios sociais a Companhia contratou empréstimos de curto e longo prazo para financiar seu capital de giro, além de recursos tomados junto ao BNDES e ao FINEP, realizou a 2ª emissão de debêntures.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Positivo Tecnologia capta, quando necessário, recursos por meio de contratos financeiros, os quais são empregados no financiamento de suas necessidades pontuais de capital de giro de curto prazo, respeitando a sazonalidade do negócio.

Além disso, a Companhia se utiliza desses recursos para a manutenção de suas disponibilidades de caixa em nível que acredita apropriado para a execução de suas atividades, buscando sempre manter um nível reduzido de exposição a riscos das taxas de juros e de câmbio.

Devido ao perfil de moderada alavancagem da Positivo Tecnologia e seu excelente histórico junto à comunidade financeira, a Companhia tem tido acesso a linhas de crédito junto a bancos de grande, médio e pequeno portes a taxas competitivas, e acredita manter essa capacidade para os próximos períodos, exceto se houver uma deterioração mais relevante das condições do mercado de crédito.

No que se refere a linhas de financiamento para investimentos em ativos não circulantes, a Companhia possui contratos de colaboração financeira de longo prazo com o BNDES, FINEP e CCB para financiar atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Adicionalmente, a Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures simples e não conversíveis em ações, de espécie com garantia real, em série única no valor total de R\$ 300 milhões.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O endividamento da Companhia era composto da seguinte forma nos períodos abaixo indicados:

Ao custo amortizado Passivo Circulante	Taxa média contratual (a.a.)	Taxa swap média em % CDI	Vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
					31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Debêntures	(a)	4,55% + CDI	-	Cessão Fiduciária	78.208	-	78.208	-
Capital de Giro		1,80 + VC	162,50%	Nota promissória	-	28.197	-	28.197
Capital de Giro		3,48 + VC	100,00%	Nota promissória	22.494	-	22.494	-
Capital de Giro		4,25% + CDI	-	Nota promissória	50.231	-	50.231	-
Capital de Giro		13,65% + CDI	-	Nota promissória	-	6.671	-	6.671
Capital de Giro		3,58% + CDI	-	Nota promissória	30.793	20.352	30.793	20.352
Capital de Giro		200,29% + CDI	-	Nota promissória	55.000	127.170	55.000	127.170
Capital de Giro		3,90% + CDI	-	Nota promissória	-	181.093	-	181.093
Capital de Giro		3,80 + CDI	-	Nota promissória	54.504	20.062	54.504	20.062
Capital de Giro	(a)	2,40% + CDI	-	Nota promissória	38.314	-	38.314	-
Capital de Giro		4,50% + CDI	-	Nota promissória	-	-	-	2.672
Capital de Giro		5,96%	-	Nota promissória	-	-	480	21.403
FINEP	(b)	5% + TR	-	Carta fiança	9.635	9.748	9.635	9.748
FINEP	(b)	3,00 + TR	-	Carta fiança	4.624	289	4.624	289
FINEP	(b)	10,50 + TR	-	Carta fiança	13.032	898	13.032	898
BNDES		TJLP + 3%	-	Carta Fiança	-	7.980	-	7.980
FINIMP		2,72% + VC	145,90%	Nota promissória	-	10.780	-	10.780
FINIMP		3% + VC	100,00%	Nota promissória	33.237	-	33.237	-
FINIMP		1,89 + VC	331,72%	Nota promissória	-	24.058	-	24.058
Passivo não circulante					390.072	437.298	400.196	461.373
Debêntures	(a)	4,55% + CDI	-	Cessão Fiduciária	168.750	-	168.750	-
BNDES		TJLP + 3%	-	Carta fiança	-	7.563	-	7.563
Capital de Giro		3,80 + CDI	-	Nota promissória	58.817	86.037	58.817	86.037
Capital de Giro	(a)	2,40% + CDI	-	Nota promissória	112.500	-	112.500	-
Capital de Giro		200,29% + CDI	-	Nota promissória	11.905	69.034	11.905	69.034
Capital de Giro		4,50% + CDI	-	Nota promissória	-	-	9.167	7.333
FINEP	(b)	3,00 + TR	-	Carta fiança	27.526	21.851	27.526	21.851
FINEP	(b)	10,50 + TR	-	Carta fiança	79.133	62.238	79.133	62.238
FINEP	(b)	5,00 + TR	-	Carta fiança	23.098	32.338	23.098	32.338
Capital de Giro		5,96%	-	Nota promissória	-	-	9.510	15.167
Total de empréstimos e financiamentos					871.801	716.359	900.602	762.934

FINEP

No exercício de 2018, a Companhia aprovou junto a FINEP contrato de crédito no montante de R\$ 125,1 milhões, cujos recursos foram aplicados em planos de inovação, com atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de automação industrial, tecnologia educacional e centro de inovação associados a novos produtos. Essa linha de crédito foi integralmente utilizada, com os valores captados em parcelas até o final do exercício de 2021.

FINIMP

Linha de crédito destinada a financiar a aquisição de bens e insumos importados. O fornecedor no exterior recebe o valor a vista da instituição financeira que passa a ser credora da Companhia.

CAPITAL DE GIRO

Para suprir a necessidade de capital de giro a Companhia capta recursos de instituições financeiras a taxas de juros praticadas no mercado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia captou recursos, encerrando o período com saldo a pagar no montante de R\$ 541,5 milhões. Destaque para as captações via CCB, que contribuirão para o alongamento da dívida da Companhia.

DEBÊNTURES

Visando o alongamento do perfil de endividamento da Companhia, no âmbito da gestão ordinária de seus negócios, a Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures simples e não conversíveis em ações no valor total de R\$ 300 milhões.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os contratos firmados junto à FINEP serão amortizados a partir de junho de 2018 a junho de 2025.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas da Companhia. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações da Companhia registradas no passivo exigível será estabelecida conforme a ordem de classificação prevista na legislação aplicável.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

Para as debêntures, os seguintes covenants estão definidos para a emissora observar semestralmente, tendo como base as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

i) Relação Dívida Líquida/EBITDA

Relação Dívida Líquida/EBITDA deve ser igual ou menor a 3,0 (três) vezes, considerando-se:

- *Dívida Líquida*: Considera-se os empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo caixa e equivalentes de caixa e reduzida e/ou acrescida pelo ganho e/ou perda das operações com derivativos de swap (proteção de contratos de empréstimos), conforme dados consolidados da demonstração financeira da Emissora; e

- *EBITDA*: Compreende o resultado acumulado dos últimos quatro trimestres, que consiste no lucro (prejuízo) do exercício ou do período, acrescido do resultado financeiro líquido, equivalência patrimonial, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e da depreciação e amortização.

Capital de giro

Durante o exercício corrente, a Companhia celebrou contrato de capital de giro, no montante de R\$150.000, com prazo de 4 anos. O referido contrato, inclui cláusula de covenants financeiros seguindo a mesma metodologia aplicada ao contrato das debêntures, acima, ou seja, relação Dívida líquida/EBITDA deve ser igual ou menor a 3,0 (três) vezes.

O próximo aferimento, de ambos os contratos acima, em relação ao cumprimento dos covenants será para a data base de 30 de junho de 2022. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava atendendo o índice limite determinado pela cláusula de covenants.

(g) limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

No exercício de 2018, a Companhia aprovou junto a FINEP contrato de crédito no montante de R\$ 125.100 cujos recursos foram aplicados em planos de inovação, com atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de automação industrial, tecnologia educacional e centro de inovação associados a novos produtos. Essa linha de crédito foi integralmente utilizada, com os valores captados em parcelas até o final do exercício de 2021.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparação dos resultados operacionais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

Exercício findo em 31 de dezembro						
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO CONSOLIDADO	2021		2020		Vas%	Vas. p.p.
Em milhares de reais	R\$ mil	% ROL	R\$ mil	% ROL	2020x2019	2020x2019
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	3.365.487	100,0%	2.192.173	100,0%	53,5%	0,0 p.p
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	(2.596.881)	77,2%	(1.743.427)	79,5%	49,0%	-2,4 p.p
LUCRO BRUTO	768.606	22,8%	448.746	20,5%	71,3%	2,4 p.p
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS						
Com vendas	(363.763)	10,8%	(272.919)	12,4%	33,3%	-1,6 p.p
Gerais e administrativas	(163.437)	4,9%	(136.782)	6,2%	19,5%	-1,4 p.p
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	57.585	1,7%	237.507	10,8%	-75,8%	-9,1 p.p
Resultado da equivalência patrimonial	4.158	0,1%	1.124	0,1%	269,9%	0,1
	(465.457)	13,8%	(171.070)	7,8%	172,1%	6,0
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	303.149	9,0%	277.676	12,7%	9,2%	-3,7 p.p
Receitas financeiras	43.706	1,3%	59.756	2,7%	-26,9%	-1,4 p.p
Despesas financeiras	(158.768)	4,7%	(100.576)	4,6%	57,9%	0,5 p.p
Variação cambial líquida	20.150	0,6%	35.533	1,6%	-43,3%	-1,0 p.p
	(94.912)	2,8%	(5.287)	0,2%	1695,2%	2,1 p.p
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	208.237	6,2%	272.389	12,4%	-23,6%	-0,1 p.p
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(4.712)	0,1%	(15.139)	0,7%	-221,3%	-0,6 p.p
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(629)	0,0%	(61.408)	2,8%	-99,0%	0,1 p.p
	(5.341)	0,2%	(76.547)	3,5%	-93,0%	-3,3 p.p
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	202.896	6,0%	195.842	8,9%	3,6%	-2,9 p.p
LUCRO POR AÇÃO - R\$	1,4		1,4			

Receita Líquida

A receita líquida totalizou R\$ 3.365,5 milhões no exercício de 2021, crescimento de 53,5% em relação ao ano de 2020. O aumento no faturamento deve-se principalmente: (i) à forte demanda em todas as Unidades de Negócios, e (ii) ao crescimento das Avenidas de Crescimento, que cada vez mais agregam valor ao nosso negócio principal como fonte de receita recorrente e com margens saudáveis.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (CPV)

O CPV totalizou R\$ 2.596,9 milhões no exercício de 2021, representando 77,2% da receita líquida (79,5% em 2020). A redução do percentual do custo sobre a receita líquida reflete o melhor mix de

produtos e serviços ofertados e o aumento da participação de receita recorrente advinda das Avenidas de Crescimento.

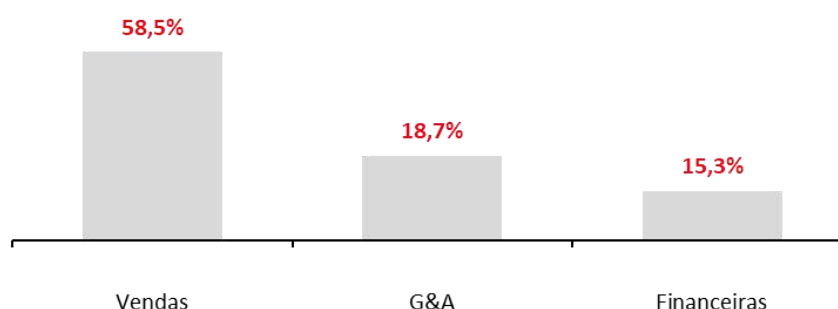
Lucro Bruto

O lucro bruto totalizou R\$ 768,6 milhões no exercício de 2021, aumento de 71,3% em relação ao ano de 2020, representando de 22,8%, da receita líquida do ano, aumento de 2,4 p.p. em relação a 2020. O aumento na margem bruta está relacionado principalmente ao mix de produtos.

Despesas (Receitas) Operacionais

Despesas Operacionais	Exercícios findos em					
	2021		2020		Variação	
	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida	Var%	Var. p.p.
Despesas com Vendas	363,7	10,8%	272,9	14,2%	33,3%	-3,4 p.p.
Despesas Gerais e Administrativas	163,4	4,9%	136,8	7,1%	19,5%	-2,3 p.p.
Outras Despesas (Receitas)	(57,6)	-1,7%	(237,5)	-12,4%	0,0%	0,0 p.p.
Despesas Operacionais Antes do Resultado Financeiro	469,6	14,0%	172,2	9,0%	172,7%	5,0 p.p.
Resultado Financeiro	94,9	2,8%	5,3	0,3%	1695,2%	2,5 p.p.
Total	564,5	16,8%	177,5	9,3%	218,0%	7,5 p.p.

Em 2021 as despesas com vendas representaram 58% das despesas operacionais (66% em 2020), excluindo-se o resultado obtido com outras receitas operacionais, sendo o principal componente desse grupo em 31 de dezembro de 2021.



Em 2021 mesmo com crescimento significativo da receita de vendas da Companhia, a proporção das despesas operacionais ficou melhor vs 2020, mesmo se considerarmos a adoção dos benefícios previstos da Medida Provisória nº936/2020, posteriormente convertida na Lei nº 14.020/2020, o que reforça a boa gestão das despesas operacionais em 2021.

Despesas com Vendas

	Exercício findo em					
	2021		2020		Variação	
	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida	Var%	Var. p.p.
Despesas com Vendas						
Marketing e pessoal	80,0	2,4%	56,7	3,0%	41,1%	-0,6 p.p.
Assistência Técnica e Garantia	131,1	3,9%	80,7	4,2%	62,4%	-0,3 p.p.
Comissões	54,9	1,6%	42,1	2,2%	30,4%	-0,6 p.p.
Depreciação e Amortização	11,1	0,3%	10,8	0,6%	2,8%	-0,2 p.p.
Outros	86,6	2,6%	82,6	4,3%	4,8%	-1,7 p.p.
Total	363,7	10,8%	272,9	14,2%	33,3%	-3,4 p.p.

As despesas com vendas totalizaram R\$ 363,7 milhões no exercício de 2021, representando 10,8% da receita líquida (14,2% em 2020), redução de 3,4 p.p. em relação ao exercício de 2020. A variação é decorrente principalmente de gastos com marketing, fretes sobre vendas e provisão para garantia que refletiram o aumento expressivo da receita no ano.

Despesas Gerais e Administrativas

	Exercício findo em					
	2021		2020		Variação	
	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida	Var%	Var. p.p.
Gerais e Administrativas						
Pessoal e Remuneração dos Administradores	96,7	2,9%	68,7	3,1%	40,7%	-0,3 p.p.
Depreciação e Amortização	19,1	0,6%	26,9	1,2%	-28,9%	-0,7 p.p.
Outros	47,6	1,4%	41,2	1,9%	15,5%	-0,5 p.p.
Total	163,4	4,9%	136,8	6,2%	19,4%	-1,4 p.p.

As despesas gerais e administrativas registraram R\$ 163,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, aumento de 19,4% em relação ao exercício de 2020. O aumento está relacionado ao crescimento da operação, somado ao fato de que em 2020 a Companhia fez uso dos benefícios previstos da Medida Provisória nº 936/2020, posteriormente convertida na Lei nº14.020/2020, que autorizou a suspensão do contrato de trabalho e a redução de jornada e salários pelos prazos e condições fixados em lei, durante o estado de calamidade pública estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 06/2020.

Outras Receitas e despesas operacionais

No 4T20, a Companhia obteve R\$ 175,7 milhões de ganhos provenientes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, refletido na linha 'Outras Receitas/Despesas Operacionais'.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 94,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro 2021, uma piora em relação a 2020, decorrente do gradual aumento da taxa de juros

no país ao longo do período, além do reconhecimento de receita financeira com correção monetária de R\$11,7 milhões em 2020 decorrente do reconhecimento dos ganhos provenientes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS e menor ganho em variação cambial registrado em 2021 vs. 2020. Ressaltamos que o objetivo da Política Cambial da Companhia é a proteção do resultado operacional e a redução de sua volatilidade no resultado, não permitindo, em hipótese alguma, a contratação de instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

Lucro Líquido

A Companhia apurou lucro líquido de R\$ 202,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro 2021, melhora em relação ao resultado do exercício de 2020 que apresentou lucro de 195,8 milhões. A variação é reflexo principalmente do crescimento de 53,5% na receita líquida da Companhia, com retomada das vendas no varejo, melhora do faturamento referente ao segmento de instituições públicas e melhor mix de faturamento, com a maior participação das Avenidas de crescimento.

Comparação das principais contas patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020

Balanço Patrimonial Consolidado em

Em milhares de Reais	31/12/2021	AV ¹	31/12/2020	AV ¹	AH ²
ATIVO					
Circulante	3.120.040	83,1%	2.211.237	78,3%	41,1%
Caixa e equivalente de caixa	359.007	9,6%	544.162	19,3%	-34,0%
Contas a receber	762.625	20,3%	698.044	24,7%	9,3%
Estoques	1.690.347	45,0%	645.750	22,9%	161,8%
Impostos a recuperar	176.025	4,7%	221.036	7,8%	-20,4%
Adiantamentos diversos	56.229	1,5%	48.753	1,7%	15,3%
Créditos de instrumentos financeiros	4.482	0,1%	4.474	0,2%	0,2%
Contas a receber com partes relacionadas	14.502	0,4%	20.410	0,7%	-28,9%
Outros créditos	56.823	1,5%	28.608	1,0%	98,6%
Não circulante	634.096	16,9%	613.398	21,7%	3,4%
Realizável a longo prazo	339.982	9,1%	337.585	12,0%	0,7%
Impostos a recuperar	275.722	7,3%	275.415	9,8%	0,1%
Tributos diferidos	624	0,0%	599	0,0%	4,2%
Outros créditos	63.636	1,7%	61.571	2,2%	3,4%
Permanente	294.114	7,8%	275.813	9,8%	6,6%
Investimentos	114.226	3,0%	91.692	3,2%	24,6%
Imobilizado líquido	92.894	2,5%	86.298	3,1%	7,6%
Intangível líquido	86.994	2,3%	97.823	3,5%	-11,1%
TOTAL DO ATIVO	3.754.136	100,0%	2.824.635	100,0%	32,9%
PASSIVO					
Circulante	1.937.651	51,6%	1.370.932	70,5%	41,3%
Fornecedores	1.186.214	31,6%	562.210	28,9%	111,0%
Empréstimos e financiamentos	400.196	10,7%	461.373	23,7%	-13,3%
Salários e encargos a pagar	38.387	1,0%	33.263	1,7%	15,4%

Provisões	164.065	4,4%	146.774	7,5%	11,8%
Tributos a recolher	52.814	1,4%	32.037	1,6%	64,9%
Crédito de instrumentos financeiros	0	0,0%	8.727	0,4%	-
Passivo de arrendamento	9.115	0,2%	9.292	0,5%	-1,9%
Partes relacionadas	745	0,0%	1.213	0,1%	-38,6%
Dividendos a pagar	47.611	1,3%	48.609	2,5%	-2,1%
Receita diferida	5.753	0,2%	7.492	0,4%	-23,2%
Outras contas a pagar	32.751	0,9%	59.942	3,1%	-45,4%
Não circulante	634.824	16,9%	420.565	21,6%	50,9%
Empréstimos e financiamentos	500.406	13,3%	301.561	15,5%	65,9%
Provisões	46.211	1,2%	19.306	1,0%	139,4%
Passivo de arrendamento	26.525	0,7%	31.839	1,6%	-16,7%
Provisão para contingências	39.584	1,1%	34.497	1,8%	14,7%
Outras contas a pagar	22.098	0,6%	33.362	1,7%	-33,8%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.181.661	31,5%	1.033.138	53,1%	14,4%
Capital Social	721.670	19,2%	721.670	37,1%	0,0%
Reserva de capital	119.939	3,2%	119.411	6,1%	0,4%
Reserva de lucros	361.419	9,6%	211.233	10,9%	71,1%
Ações em tesouraria	(21.128)	-0,6%	(13.325)	-0,7%	58,6%
Ajuste de avaliação patrimonial	(10.069)	-0,3%	(17.075)	-0,9%	-41,0%
Participação de não Controladores	9.830	0,3%	11.224	0,6%	-12,4%
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.754.136	100,0%	2.824.635	100,0%	32,9%

ATIVO

Circulante

O ativo circulante totalizou R\$ 3.120 milhões em 31 de dezembro de 2021, aumento de 41,1% em relação ao saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando o circulante registrava R\$ 2.211,2 milhões. Dentre as maiores variações, destacam -se os grupos de estoques Caixa e Equivalente de Caixa, Impostos a Recuperar, Estoques e Outros créditos, conforme explanações abaixo.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de caixa e equivalentes foi de R\$ 359 milhões, inferior em 34% ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2020, quando as disponibilidades totalizavam R\$ 544 milhões. A redução está ligada diretamente vinculada ao aumento da operação em 2021/22, com alto volume de capital de giro. Adicionalmente, em 2020 a Companhia realizou aumento do capital social mediante a emissão de novas ações, que representaram ingresso líquido de caixa no montante de R\$ 332,7 milhões.

Estoques

A conta de estoques totalizou R\$ 1.690,3 milhões em 31 de dezembro de 2021, aumento de 161,8% em relação ao registrado em 31 de dezembro de 2020, quando os estoques totalizaram R\$ 645,8 milhões. A conta de estoques representou 45% do ativo em 31 de dezembro de 2021. O aumento se

deve a aquisição de insumos para atendimento do forecast de vendas do primeiro semestre de 2022, bem como a compra de matéria prima para produção das urnas eletrônicas.

Impostos a recuperar

A conta de impostos a recuperar totalizou R\$ 176 milhões em 31 de dezembro de 2021, redução de 20,4% em relação ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2020, redução atrelada ao aumento de operação e faturamento da Companhia, com a realização dos impostos em linha com a expectativa da Companhia.

Outros créditos

O grupo de contas de outros créditos totalizou em 2021, R\$ 56,8 milhões, aumento de 98,6% em relação a 2020. O aumento está vinculado às despesas com emissão de debêntures, que serão apropriadas ao resultado de acordo com os respectivos prazos de vigências dos contratos.

Não circulante

Em 31 de dezembro de 2021 o ativo não circulante registrou R\$ 634,1 milhões, elevação de 3,4% em relação ao registrado em 31 de dezembro de 2020, quando o ativo não circulante registrou R\$ 613,4 milhões.

PASSIVO

Circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante totalizou R\$ 1.937,7 milhões, aumento de 16,3% em relação ao registrado em 31 de dezembro de 2020, quando o passivo circulante registrou R\$ 1.370,9 milhões. As contas que apresentaram variações mais relevantes foram Fornecedores, Tributos a recolher e Empréstimos e financiamentos.

Fornecedores

A conta de fornecedores registrou R\$ 1.186,2 milhões em 31 de dezembro de 2021, aumento de 111% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2020, de R\$ 562,2 milhões. Esta conta representou 31,6% do passivo em 31 de dezembro de 2021 e 28,9% em 31 de dezembro de 2020. A variação é decorrente da aquisição de insumos para atendimento do forecast de vendas do primeiro semestre de 2022, bem como a compra de matéria-prima para produção das urnas eletrônicas.

Tributos a recolher

O saldo de tributos a recolher totalizou R\$ 52,8 milhões em 31 de dezembro de 2021, aumento de 64,9% em relação aos R\$ 32,0 milhões em 31 de dezembro de 2020. O crescimento observado em 2021 decorre principalmente do alto volume de faturamento da Companhia no final do ano de 2021.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos totalizou R\$ 900,6 milhões em 31 de dezembro de 2021, aumento de 18,1% em relação aos R\$ 762,9 milhões registrados em 31 de dezembro de 2020. Em 2021 a Companhia emitiu R\$ 300 milhões em debêntures, melhorando a distribuição da sua dívida, com maior participação no longo prazo 56% vs 40% em 2020.

Não circulante

O passivo não circulante totalizou R\$ 634,8 milhões em 31 de dezembro de 2021, aumento de 50,9% em relação ao saldo de R\$ 420,6 milhões observado em 31 de dezembro de 2020. A variação é decorrente da captação líquida de R\$ 198,9 milhões de linhas de longo prazo como as debêntures.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido totalizou R\$ 1181,7 milhões em 31 de dezembro de 2021, aumento de 14,4% em relação ao valor de R\$ 1.033,1 milhões registrado em 31 de dezembro de 2020. A variação é decorrente do lucro do exercício de 2021.

Comparação da demonstração de fluxo de caixa para o exercício encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em R\$ mil	Exercício findo em		AH (%)
	2021	2020	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(145.748)	(223.656)	-34,8%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(67.034)	(48.638)	37,8%
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	28.564	356.883	-92,0%
Variação cambial sobre caixa e equivalentes	(937)	(1.141)	-17,9%
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(185.155)	83.448	-321,9%

Atividades operacionais

O caixa líquido consumido nas atividades operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 145,7 milhões, redução de R\$ 77,9 milhões em relação ao desembolso de R\$ 223,7 milhões observado no exercício de 2020. Essa redução no consumo entre os exercícios decorreu principalmente do: (i) Maior volume de recebimento de clientes entre os períodos em virtude da concentração de vendas no 4º trimestre de 2021, impactando num volume menor de aumento do contas a receber de aproximadamente R\$ 74,5 milhões vs R\$451,1 em 2020; (ii) aumento de R\$ 270 milhões líquidos na movimentação do saldo de fornecedores, estoques, adiantamentos e obrigações tributárias líquidas de impostos a recuperar.

Atividades de Investimento

Nas atividades de investimento, o caixa líquido desembolsado totalizou R\$ 67 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, consumo superior em 37,8%, aos R\$ 43,3 milhões consumidos em 2020. Foram investidos R\$ 27,5 milhões na aquisição de imobilizado, R\$ 16,0 milhões em ativos intangíveis, e R\$ 13,5 milhões foram aportados em investimentos no exercício 2021. No mesmo período do ano anterior, as adições foram de R\$ 9,2 milhões no ativo imobilizado, R\$ 22,1 milhões no ativo intangível além investimentos em novas empresas no montante de R\$ 12 milhões.

Atividades de Financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento foi de R\$ 28,6 milhões no exercício de 2021, redução de R\$ 328,3 milhões em relação à geração líquida de caixa de R\$ 356,9 milhões verificada no mesmo período de 2020. Tal variação decorreu substancialmente em virtude do aumento do capital social mediante a emissão de novas ações, ocasionando um ingresso líquido no caixa de R\$ 332,7 milhões.

Comparação dos resultados operacionais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO CONSOLIDADO	Exercício findo em 31 de dezembro					
	2020		2019		Var%	Var. p.p.
Em milhares de reais	R\$ mil	% ROL	R\$ mil	% ROL	2020x2019	2020x2019
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	2.192.173	100,0%	1.915.308	100,0%	14,5%	0,0 p.p
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	(1.743.427)	79,5%	(1.435.200)	74,9%	21,5%	4,6 p.p
LUCRO BRUTO	448.746	20,5%	480.108	25,1%	-6,5%	-4,6 p.p
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS						
Com vendas	(272.919)	12,4%	(273.006)	14,3%	0,0%	-1,8 p.p
Gerais e administrativas	(136.782)	6,2%	(112.095)	5,9%	22,0%	0,4 p.p
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	237.507	10,8%	5.896	0,3%	3928,3%	10,5 p.p
Resultado da equivalência patrimonial	1.124	0,1%	(2.048)	0,1%	-154,9%	-0,1 p.p
	(171.070)	7,8%	(381.253)	19,9%	-55,1%	-12,1 p.p
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	277.676	12,7%	98.855	5,2%	180,9%	7,5 p.p
Receitas financeiras	59.756	2,7%	32.306	1,7%	85,0%	1,0 p.p
Despesas financeiras	(100.576)	4,6%	(107.981)	5,6%	-6,9%	-1,0 p.p
Variação cambial líquida	35.533	1,6%	5.100	0,3%	596,7%	1,4 p.p
	(5.287)	0,2%	(70.575)	3,7%	-92,5%	-3,4 p.p
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	272.389	12,4%	28.280	1,5%	863,2%	10,9 p.p
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(15.139)	0,7%	(7.266)	0,4%	52,0%	0,3 p.p
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(61.408)	2,8%	(166)	0,0%	36892,8%	2,8 p.p
	(76.547)	3,5%	(7.432)	0,4%	930,0%	3,1 p.p
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	195.842	8,9%	20.848	1,1%	839,4%	7,8 p.p
LUCRO POR AÇÃO - R\$	1,4		0,2			

Receita Líquida

A receita líquida totalizou R\$ 2.192,2 milhões no exercício de 2020, crescimento de 14,5% em relação ao ano de 2019. O aumento no faturamento decorre da melhora do faturamento de notebooks, que

teve um incremento de R\$ 331,5 milhões (48,46%) comparando os dois exercícios, e também em decorrência do crescimento nas vendas de servidores com incremento de R\$ 49,0 milhões se comparado a 2019 (25,64%). Em contrapartida houve redução das vendas de telefones celulares e desktops, nos mercados de instituições públicas e Varejo.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (CPV)

O CPV totalizou R\$ 1.743,4 milhões no exercício de 2020, representando 79,5% da receita líquida, aumento de R\$ 308,2 milhões, representando 79,5% da receita líquida (74,9% em 2019). O aumento do percentual do custo sobre a receita líquida é resultado do mix de produtos e da alta da cotação do dólar, ocasionando o encarecimento dos insumos importados principalmente no segundo trimestre de 2020.

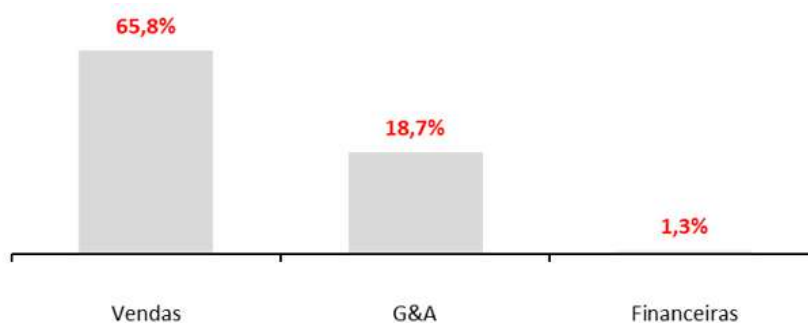
Lucro Bruto

O lucro bruto totalizou R\$ 448,7 milhões no exercício de 2020, redução de 6,5% em relação ao ano de 2019, representando de 20,5%, da receita líquida do ano, redução de 4,6 p.p. em relação a 2019. A redução margem bruta está relacionada principalmente ao mix de produtos e a da alta da cotação do dólar, ocasionando o encarecimento dos insumos importados.

Despesas (Receitas) Operacionais

	Exercícios findos em					
	2020		2019		Variação	
Despesas Operacionais	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida	Var%	Var. p.p.
Despesas com Vendas	272,9	12,4%	273,0	14,3%	0,0%	-1,8 p.p
Despesas Gerais e Administrativas	136,8	6,2%	112,1	5,9%	22,0%	0,4 p.p
Outras Despesas (Receitas)	237,5	0,0%	5,9	0,3%	0,0%	0,0 p.p
Despesas Operacionais Antes do Resultado Financeiro	647,2	29,5%	391,0	20,4%	65,5%	9,1 p.p
Resultado Financeiro	5,3	0,2%	70,6	3,7%	-92,5%	-3,4 p.p
Total	652,5	29,8%	461,6	24,1%	41,4%	5,7 p.p

Em 2020 as despesas com vendas representaram 65,8% das despesas operacionais, excluindo-se o resultado obtido com outras receitas operacionais, sendo o principal componente desse grupo em 31 de dezembro de 2020.



Em 2020, em razão da Pandemia da Covid-19 e como forma de preservar os empregos e renda dos nossos colaboradores, a Companhia fez uso dos benefícios previstos da Medida Provisória nº 936/2020, posteriormente convertida na Lei nº 14.020/2020, que autorizada a suspensão do contrato de trabalho e a redução de jornada e salários pelos prazos e condições fixados em lei, durante o estado de calamidade pública estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 06/2020.

Despesas com Vendas

Despesas com Vendas	Exercício findo em					
	2020		2019		Variação	
	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida	Var%	Var. p.p.
Marketing e pessoal	56,7	2,6%	53,5	2,8%	6,0%	-0,2 p.p
Assistência Técnica e Garantia	80,7	3,7%	87,2	4,6%	-7,5%	-0,9 p.p
Depreciação e Amortização	10,8	0,5%	6,0	0,3%	80,0%	0,2 p.p
Outros	124,7	5,7%	126,3	6,6%	-1,3%	-0,9 p.p
Total	272,9	12,4%	273,0	14,3%	-0,0%	-1,8 p.p

As despesas com vendas totalizaram R\$ 272,9 milhões no exercício de 2020, representando 12,4% da receita líquida, redução de 1,8 p.p. em relação ao exercício de 2019.

Despesas Gerais e Administrativas

Gerais e Administrativas	Exercício findo em					
	2020		2019		Variação	
	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida	Var%	Var. p.p.
Pessoal e Remuneração dos Administradores	68,8	3,1%	52,6	2,7%	30,8%	0,4 p.p
Depreciação e Amortização	26,9	1,2%	29,4	1,5%	-8,5%	-0,3 p.p
Outros	41,1	1,9%	30,1	1,6%	36,5%	0,3 p.p
Total	136,8	6,2%	112,1	12,3%	22,0%	-6,0 p.p

As despesas gerais e administrativas registraram R\$ 136,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, aumento de 22,0% em relação ao exercício de 2019. A variação está em consonância com o crescimento da receita líquida.

Outras Receitas e despesas operacionais

A alínea de outras receitas e despesas operacionais apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 um resultado positivo de R\$ 221,2 milhões (ganho de R\$ 5,9 milhões em 2019). O Ganho deve-se substancialmente ao êxito em ação judicial que questionava a constitucionalidade da inclusão do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS e da COFINS, transitada em jugado em outubro de 2020. Os efeitos dessa decisão foram apurados pela Companhia e foi reconhecido em 2020, o montante de R\$ 223.486 mil (R\$ 218.501 mil líquido de honorários e impostos sobre a receita financeira) referente aos débitos de PIS e COFINS apurados a

maior, sendo R\$ 197.747 mil registrado na rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais” e R\$ 25.739 mil na rubrica “Receitas financeiras” por se tratar de atualização pela Selic.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 5,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro 2020, uma melhora de 92,5% em relação a 2019, basicamente em do registro da atualização monetária do êxito obtido no processo que discutia a constitucionalidade o ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS conforme destacado acima, e no resultado positivo no valor justos dos instrumentos financeiros derivativos contratados para cobertura cambial.

Lucro Líquido

A Companhia apurou lucro líquido de R\$ 195,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro 2020, melhora considerável em relação ao resultado do exercício de 2019 que apresentou lucro de 20,8 milhões. A variação é reflexo principalmente do crescimento de 14,5% na receita líquida da Companhia, com retomada das vendas no varejo, melhora do faturamento referente ao segmento de servidores, forte controle de custo fixo, e êxitos em processos judiciais.

Comparação das principais contas patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019

Balanco Patrimonial Consolidado em					
Em milhares de Reais	31/12/2020	AV ¹	31/12/2019	AV ¹	AH ²
ATIVO					
Circulante	2.211.237	78,3%	1.471.763	75,7%	50,2%
Caixa e equivalente de caixa	544.162	19,3%	460.714	23,7%	18,1%
Contas a receber	698.044	24,7%	258.642	13,3%	169,9%
Estoques	645.750	22,9%	494.422	25,4%	30,6%
Impostos a recuperar	221.036	7,8%	124.615	6,4%	77,4%
Adiantamentos diversos	48.753	1,7%	60.535	3,1%	-19,5%
Créditos de instrumentos financeiros	4.474	0,2%	0	0,0%	0,0%
Outros créditos	49.018	1,7%	72.835	3,7%	-32,7%
Não circulante	613.398	21,7%	473.640	24,3%	29,5%
Realizável a longo prazo	337.585	12,0%	206.351	10,6%	63,6%
Impostos a recuperar	275.415	9,8%	86.096	4,4%	219,9%
Tributos diferidos	599	0,0%	60.296	3,1%	-99,0%
Outros créditos	61.571	2,2%	59.959	3,1%	2,7%
Permanente	275.813	9,8%	267.289	13,7%	3,2%
Investimentos	91.692	3,2%	73.433	3,8%	24,9%
Imobilizado líquido	86.298	3,1%	88.718	4,6%	-2,7%
Intangível líquido	97.823	3,5%	105.138	5,4%	-7,0%
TOTAL DO ATIVO	2.824.635	100,0%	1.945.403	100,0%	45,2%

PASSIVO

Circulante	1.370.932	48,5%	1.178.943	60,6%	16,3%
Fornecedores	562.210	19,9%	383.964	19,7%	46,4%
Empréstimos e financiamentos	461.373	16,3%	601.728	30,9%	-23,3%
Salários e encargos a pagar	33.263	1,2%	20.281	1,0%	64,0%
Provisões	146.774	5,2%	90.955	4,7%	61,4% T
Tributos a recolher	32.037	1,1%	24.035	1,2%	33,3%
Crédito de instrumentos financeiros	8.727	0,3%	14.584	0,7%	-40,2%
Dividendos a pagar	48.609	1,7%	4.560	0,2%	966,0%
Receita diferida	7.492	0,3%	8.344	0,4%	-10,2%
Outras contas a pagar	70.447	2,5%	30.492	1,6%	131,0%
Não circulante	420.565	14,9%	231.568	11,9%	81,6%
Empréstimos - Terceiros	301.561	10,7%	110.396	5,7%	173,2% P
Provisões	19.306	0,7%	19.322	1,0%	-0,1%
Provisão para contingências	34.497	1,2%	30.600	1,6%	12,7%
Outras contas a pagar	65.201	2,3%	71.250	3,7%	-8,5%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.033.138	36,6%	534.892	27,5%	93,1%
Capital Social	721.670	25,5%	389.000	20,0%	85,5%
Reserva de capital	119.411	4,2%	119.290	6,1%	0,1%
Reserva de lucros	211.233	7,5%	68.687	3,5%	207,5%
Ações em tesouraria	(13.325)	-0,5%	(12.501)	-0,6%	6,6%
Ajuste de avaliação patrimonial	(17.075)	-0,6%	(37.452)	-1,9%	-54,4%
Participação de não Controladores	11.224	0,4%	7.868	0,4%	42,7%
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.824.635	100,0%	1.945.403	100,0%	45,2%

¹ Análise vertical

² Análise horizontal

ATIVO

Circulante

O ativo circulante totalizou R\$ 2.211,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, aumento de 50,2% em relação ao saldo verificado em 31 de dezembro de 2019, quando o circulante registrava R\$ 1.471,8 milhões. Dentre as maiores variações, destacam -se os grupos de Caixa e Equivalente de Caixa, Contas a Receber, Impostos a Recuperar e Estoques, conforme explicações abaixo.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de caixa e equivalentes foi de R\$ 544,2 milhões, superior em 18,1% ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2019, quando as disponibilidades totalizavam R\$ 460,7 milhões. O aumento está ligado substancialmente ao aumento do capital social mediante a emissão de novas ações, que representaram ingresso líquido de caixa no montante de R\$ 332,7 milhões.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de contas a receber foi de R\$ 698,0 milhões, superior em 169,9% ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2019, quando o contas a receber totalizava R\$

258,6 milhões. O aumento está ligado a concentração do faturamento no último trimestre do ano, onde 61% da receita da Companhia ocorreu nesse período.

Estoques

A conta de estoques totalizou R\$ 645,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, aumento de 30,6% em relação ao registrado em 31 de dezembro de 2019, quando os estoques totalizaram R\$ 494,4 milhões. A conta de estoques representou 22,9% do ativo em 31 de dezembro de 2020. O aumento se deve a aquisição de insumos para atendimento do forecast de vendas do primeiro semestre de 2021, bem como a compra de matéria prima para produção das urnas eletrônicas, com previsão de início da entrega desses equipamentos no mês de agosto.

Impostos a recuperar

A conta de impostos a recuperar totalizou R\$ 221,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, aumento de 77,4% em relação ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2019., bem como o registro do crédito financeiro estabelecido pela lei 13.969/2019, em vigor a partir de primeiro de abril de 2020.

Não circulante

Em 31 de dezembro de 2020 o ativo não circulante registrou R\$ 613,4 milhões, elevação de 29,5% em relação ao registrado em 31 de dezembro de 2019, quando o ativo não circulante registrou R\$ 473,6 milhões.

PASSIVO

Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante totalizou R\$ 1.370,9 milhões, aumento de 16,3% em relação ao registrado em 31 de dezembro de 2019, quando o passivo circulante registrou R\$ 1.178,9 milhões. As contas que apresentaram variações mais relevantes foram Fornecedores, Empréstimos e financiamentos e Provisões.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos totalizou R\$ 461,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, redução de 23,3% em relação aos R\$ 601,7 milhões registrados em 31 de dezembro de 2019. Os empréstimos e financiamentos representaram 16,3% do total do passivo em 31 de dezembro de 2020, 30,9% em 31 de dezembro de 2019. A variação é resultado da captação de novas modalidades de empréstimos pela Companhia, que alteraram o perfil da dívida ocasionando a redução do saldo a pagar no curto prazo e transferindo para o longo.

Fornecedores

A conta de fornecedores registrou R\$ 562,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, aumento de 46,4%

em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, de R\$ 383,9 milhões. Esta conta representou 19,9% do passivo em 31 de dezembro de 2020, 19,7% em 31 de dezembro de 2019. A variação é decorrente da aquisição de insumos para atendimento do forecast de vendas do primeiro semestre de 2021, bem como a compra de matéria-prima para produção das urnas eletrônicas, com previsão para o início da entrega desses equipamentos no mês de agosto.

Provisões

O saldo de provisões em 31 de dezembro de 2020 registrou R\$ 146,8 milhões, aumento de 61,4% em relação aos R\$ 90,9 milhões verificados em 31 de dezembro de 2019. A variação é o decorrente da concentração das vendas da Companhia no 4º trimestre de 2020, impactando num maior volume principalmente de provisões comerciais como verba de propaganda cooperada (VPC), rebate, comissões e marketing.

Não circulante

O passivo não circulante totalizou R\$ 420,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, aumento de 81,6% em relação ao saldo de R\$ 231,6 milhões observado em 31 de dezembro de 2019. A variação é decorrente da captação de R\$ 191,2 milhões de linhas de longo prazo junto à FINEP e ao CCB.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido totalizou R\$ 1.033,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, aumento de 93,1% em relação ao valor de R\$ 534,9 milhões registrado em 31 de dezembro de 2019. A variação é decorrente do lucro do exercício de 2020, do aumento de capital mediante a emissão de novas ações, e dos ajustes positivos de avaliação patrimonial no exercício.

Comparação da demonstração de fluxo de caixa para o exercício encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em R\$ mil	Exercício findo em		AH (%)
	2020	2019	
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(223.656)	(6.131)	3548,0%
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	(43.307)	(31.968)	35,5%
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	351.552	105.615	232,9%
Variação cambial sobre caixa e equivalentes	(1.141)	(150)	660,7%
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	83.448	67.366	23,9%

Atividades operacionais

O caixa líquido consumido nas atividades operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 223,7 milhões, incremento de R\$ 217,6 milhões em relação ao desembolso de R\$ 6,1 milhões observado no exercício de 2019. Esse aumento no consumo entre os exercícios decorreu principalmente da: (i) Menor volume de recebimento de clientes entre os períodos em virtude da concentração de vendas no 4º trimestre de 2020, impactando num aumento do contas a receber de aproximadamente R\$ 451,1 milhões; (ii) melhora de R\$ 13,2 milhões líquidos na movimentação do saldo de fornecedores, estoques, adiantamentos e obrigações tributárias líquidas de impostos a recuperar, passando de um consumo de caixa de R\$ 39,1 milhões no exercício de 2019 para um consumo de caixa de R\$ 25,8 milhões no exercício de 2020; (iii) melhora de R\$ 175,0 milhões do resultado líquido, passando de um lucro de R\$ 20,8 milhões no ano de 2019 para lucro de R\$ 195,8 milhões no ano de 2019.

Atividades de Investimento

Nas atividades de investimento, o caixa líquido desembolsado totalizou R\$ 43,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, consumo superior em 35,5%, aos R\$ 32,0 milhões consumidos em 2019. Foram investidos R\$ 9,2 milhões na aquisição de imobilizado, R\$ 22,1 milhões em ativos intangíveis, e R\$ 12,0 milhões foram aportados em investimentos no exercício 2020. No mesmo período do ano anterior, as adições foram de R\$ 5,1 milhões no ativo imobilizado, R\$ 14,3 milhões no ativo intangível além investimentos em novas empresas no montante de R\$ 12,6 milhões.

Atividades de Financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento foi de R\$ 351,6 milhões no exercício de 2020, aumento de R\$ 246 milhões em relação à geração líquida de caixa de R\$ 105,6 milhões verificada no mesmo período de 2019. Tal variação decorreu substancialmente em virtude do aumento do capital social mediante a emissão de novas ações, ocasionando um ingresso líquido no caixa de R\$ 335,7 milhões.

Comparação dos resultados operacionais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018

Exercício findo em 31 de dezembro

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO CONSOLIDADO	2019		2018		Var %	Var p.p.
Em milhares de reais	R\$ mil	% RO L	R\$ mil	% RO L	2019x2018	2019x2018
RECEITA LÍQUIDA	1.915.308	100,0%	1.890.654	100,0%	1,3%	0,0 p.p.
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	(1.435.200)	74,9%	(1.436.949)	76,0%	-0,1%	-1,1 p.p.
LUCRO BRUTO	480.108	25,1%	453.705	24,0%	5,8%	1,1 p.p.
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS						
Com vendas	(273.006)	14,3%	(276.226)	14,6%	-1,2%	-0,3 p.p.
Gerais e administrativas	(112.095)	5,9%	(105.148)	5,6%	6,6%	0,3 p.p.
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	5.896	0,3%	5.610	0,3%	5,1%	0,0
Resultado da equivalência patrimonial	(2.048)	0,1%	(2.927)	0,2%	-30,0%	-0,1 p.p.
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	(381.253)	19,9%	(378.691)	20,0%	0,7%	-0,1 p.p.
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	98.855	5,2%	75.014	4,0%	31,8%	1,2 p.p.
Receitas financeiras	32.306	1,7%	48.130	2,5%	-32,9%	-0,8 p.p.
Despesas financeiras	(107.981)	5,6%	(104.563)	5,5%	3,3%	0,1 p.p.
Variação cambial líquida	5.100	0,3%	(8.348)	0,4%	-161,1%	-0,1 p.p.
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(70.575)	3,7%	(64.781)	3,4%	8,9%	0,3 p.p.
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	28.280	1,5%	10.233	0,5%	176,4%	1,0 p.p.
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(7.266)	0,4%	(7.373)	0,4%	-1,5%	0,0 p.p.
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(166)	0,0%	(3.321)	0,2%	-1901%	-0,2 p.p.
DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(7.432)	0,4%	(10.694)	0,6%	-30,5%	-0,2 p.p.
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	20.848	1,1%	(461)	0,0%	4622,3%	1,1 p.p.
LUCRO POR AÇÃO - R\$	0,2		(0,0)			

Receita Líquida

A receita líquida totalizou R\$ 1.915,3 milhões no exercício de 2019, crescimento de 1,3% em relação ao ano de 2018. O aumento no faturamento decorre da melhora do faturamento no mercado celulares, que teve um incremento de R\$ 63,4 milhões (18,9%) comparando os dois exercícios, e também em decorrência da aquisição da Accept em dezembro de 2018, a qual teve uma receita líquida de R\$ 167,1 milhões. Em contrapartida houve redução das vendas de hardware, especialmente no mercado de instituições públicas e Varejo

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (CPV)

O CPV totalizou R\$ 1.435,2 milhões no exercício de 2019, representando 74,9% da receita líquida, redução de R\$ 1,7 milhões (0,1%) em relação ao mesmo período de 2018. A melhora da rentabilidade é resultado da política de margens mínimas aplicada pela Companhia desde o fim de 2018, que focou em produtos com maior retorno de margem de contribuição

Lucro Bruto

O lucro bruto totalizou R\$ 480,1 milhões no exercício de 2019, crescimento de 5,8% em relação ao ano de 2018, representando de 25,1%, da receita líquida do ano, aumento de 1,1 p.p. em relação a 2018. A melhora na margem bruta está relacionada principalmente à melhora das margens praticadas no varejo de computadores e instituições públicas quando comparadas a 2018.

Despesas (Receitas) Operacionais

Despesas Operacionais	Exercícios findos em				Variação	
	2019		2018			
	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida	Var%	Var. p.p.
Despesas com Vendas	273,0	14,3%	276,2	14,6%	-1,2%	-0,3 p.p
Despesas Gerais e Administrativas	112,1	5,9%	105,1	5,6%	6,7%	0,3 p.p
Outras Despesas (Receitas)	(5,9)	-0,3%	(5,6)	-0,3%	5,4%	0,0 p.p
Despesas Operacionais Antes do Resultado Financeiro	379,2	19,8%	375,7	19,9%	0,9%	-0,1 p.p
Resultado Financeiro	70,6	3,7%	64,8	3,4%	9,0%	0,3 p.p
Total	449,8	23,5%	440,5	23,3%	2,1%	0,2 p.p

As despesas com vendas representaram 60,7% das despesas operacionais, sendo o principal componente deste grupo em 31 de dezembro de 2019.



Despesas com Vendas

Despesas com Vendas	Exercícios findos em					
	2019		2018		Variação	
	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida	Var%	Var. p.p.
Marketing e pessoal	53,5	2,8%	63,7	3,4%	-16,0%	-0,6 p.p
Assistência Técnica e Garantia	87,2	4,6%	85,3	4,5%	2,2%	0,1 p.p
Depreciação e Amortização	6,0	0,3%	2,3	0,1%	160,9%	0,2 p.p
Outros	126,3	6,6%	124,9	6,6%	1,1%	-0,0 p.p
Total	273.0	14.3%	276.2	14.6%	-1.2%	-0.3 p.p

As despesas com vendas totalizaram R\$ 273,0 milhões no exercício de 2019, representando 14,3% da receita líquida, redução de 1,2 p.p. em relação ao exercício de 2018. A variação é decorrente principalmente de menores despesas com pessoal, marketing e fretes sobre vendas que reduziram de R\$105,4 milhões no exercício de 2018 para R\$ 88,1 milhões no exercício de 2019. Esta redução de despesas foi obtida principalmente pelo mix de receita de 2019 (participação mais significativa de celular) em relação a 2018.

Despesas Gerais e Administrativas

Gerais e Administrativas	Exercícios findos em					
	2019		2018		Variação	
	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida	Var%	Var. p.p.
Pessoal e Remuneração dos Administradores	52,6	2,7%	58,4	3,1%	-9,9%	-0,4 p.p
Depreciação e Amortização	29,4	1,5%	23,8	1,3%	23,5%	0,2 p.p
Outros	30,1	1,6%	22,9	1,2%	31,4%	0,4 p.p
Total	112,1	5,9%	105,1	5,6%	6,7%	0,3 p.p

As despesas gerais e administrativas registraram R\$ 112,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, aumento de 6,7% em relação ao exercício de 2018. A variação está em consonância com o crescimento da receita líquida e é resultado principalmente do aumento com despesas de depreciação e amortização de novos bens e projetos, e despesas administrativas de uma controlada adquirida pela Companhia no final de 2018.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 70,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro 2019, aumento de 9,0% em relação a 2018, basicamente em função dos juros sobre empréstimos pelo do devido ao aumento de captação de empréstimos e financiamentos em 2019.

Lucro (Prejuízo) Líquido

A Companhia apurou lucro líquido de R\$ 20,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro 2019, melhora considerável em relação ao resultado do exercício de 2018 que apresentou prejuízo de 0,5 milhões. A variação é reflexo principalmente da recomposição das margens no varejo de computadores e instituições públicas, forte controle do custo fixo e da aquisição da Accept.

Comparação das principais contas patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018

Balanco Patrimonial Consolidado em

Em milhares de Reais	31/12/2019	AV ¹	31/12/2018	AV ¹	AH ²
ATIVO					
Circulante	1.471.763	75,7%	1.418.740	79,3%	3,7%
Caixa e equivalente de caixa	460.714	23,7%	393.348	22,0%	17,1%
Contas a receber	258.642	13,3%	235.282	13,1%	9,9%
Estoques	494.422	25,4%	534.726	29,9%	-7,5%
Impostos a recuperar	124.615	6,4%	129.445	7,2%	-3,7%
Adiantamentos diversos	60.535	3,1%	65.747	3,7%	-7,9%
Créditos de instrumentos financeiros	0	0,0%	2.740	0,2%	-100,0%
Outros créditos	72.835	3,7%	57.452	3,2%	26,8%
Não circulante	473.640	24,3%	370.789	20,7%	27,7%
Realizável a longo prazo	206.351	10,6%	192.540	10,8%	7,2%
Impostos a recuperar	86.096	4,4%	75.507	4,2%	14,0%
Tributos diferidos	60.296	3,1%	64.744	3,6%	-6,9%
Outros créditos	59.959	3,1%	52.289	2,9%	14,7%
Permanente	267.289	13,7%	178.249	10,0%	50,0%
Investimentos	73.433	3,8%	48.087	2,7%	52,7%
Imobilizado líquido	88.718	4,6%	50.746	2,8%	74,8%
Intangível líquido	105.138	5,4%	79.416	4,4%	32,4%
TOTAL DO ATIVO	1.945.403	100,0%	1.789.529	100,0%	8,7%
PASSIVO					
Circulante	1.178.943	60,6%	1.111.886	62,1%	6,0%
Fornecedores	383.964	19,7%	449.260	25,1%	-14,5%
Empréstimos e financiamentos	601.728	30,9%	519.434	29,0%	15,8%
Salários e encargos a pagar	20.281	1,0%	18.205	1,0%	11,4%
Provisões	90.955	4,7%	79.204	4,4%	14,8%
Tributos a recolher	24.035	1,2%	21.563	1,2%	11,5%
Crédito de instrumentos financeiros	14.584	0,7%	242	0,0%	5.926,4%
Dividendos a pagar	4.560	0,2%	3	0,0%	151.900,0%
Receita diferida	8.344	0,4%	9.346	0,5%	-10,7%
Outras contas a pagar	30.492	1,6%	14.629	0,8%	108,4%
Não circulante	231.568	11,9%	167.735	9,4%	38,1%
Empréstimos - Terceiros	110.396	5,7%	90.801	5,1%	21,6%
Provisões	19.322	1,0%	14.060	0,8%	37,4%
Provisão para contingências	30.600	1,6%	32.921	1,8%	-7,1%
Outras contas a pagar	71.250	3,7%	29.953	1,7%	137,9%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	534.892	27,5%	509.908	28,5%	4,9%
Capital Social	389.000	20,0%	389.000	21,7%	0,0%
Reserva de capital	119.290	6,1%	119.117	6,7%	0,1%
Reserva de lucros	68.687	3,5%	61.843	3,5%	11,1%
Ações em tesouraria	(12.501)	0,6%	(19.229)	-1,1%	-35,0%
Ajuste de avaliação patrimonial	(37.452)	1,9%	(41.741)	-2,3%	-10,3%
Participação de não Controladores	7.868	0,4%	918	0,1%	757,1%
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.945.403	100,0%	1.789.529	100,0%	8,7%

¹ Análise vertical

² Análise horizontal

ATIVO

Circulante

O ativo circulante totalizou R\$ 1.471,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, aumento de 3,7% em relação ao saldo verificado em 31 de dezembro de 2018, quando o circulante registrava R\$ 1.418,7 milhões. Dentre as maiores variações, destacam-se os grupos de Caixa e Equivalente de Caixa, Contas a receber e Estoques, conforme explicações abaixo.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de caixa e equivalentes foi de R\$ 460,7 milhões, superior em 17,1% ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2018, quando as disponibilidades totalizavam R\$ 393,3 milhões. O aumento está ligado ao crescimento do faturamento no ano de 2019 e a contratação de linhas de financiamento para reforço do capital de giro.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de contas a receber foi de R\$ 258,6 milhões, superior em 9,9% ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2018, quando o contas a receber totalizava R\$ 235,3 milhões. O aumento está ligado a concentração do faturamento no último bimestre, principalmente relacionado ao segmento de instituições públicas e também a consolidação do contas a receber da Accept que totalizou R\$ 30,1 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Estoques

A conta de estoques totalizou R\$ 494,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, redução de 7,5% em relação ao registrado em 31 de dezembro de 2018, quando os estoques totalizaram R\$ 534,7 milhões. A conta de estoques representou 25,4% do ativo em 31 de dezembro de 2019. Os níveis de estoque permaneceram controlados, a pequena redução se deve à realização dos estoques pelas vendas do 4º trimestre de 2019, bem como o fato da Companhia ter tido a necessidade de manter um nível maior insumos no final de 2018 para o atendimento do forecast de vendas do 1º semestre de 2019.

Não circulante

Em 31 de dezembro de 2019 o ativo não circulante registrou R\$ 473,6 milhões, elevação de 27,7% em relação ao registrado em 31 de dezembro de 2018, quando o ativo não circulante registrou R\$ 370,8 milhões. O aumento é decorrente do registro dos contratos de arrendamento mercantil conforme determina o Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019, aporte de capital, ganho no valor justo, ágio e mais valia registrados na participação em investimentos.

PASSIVO

Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante totalizou R\$ 1.178,9 milhões, aumento de 6,0% em relação ao registrado em 31 de dezembro de 2018, quando o passivo circulante registrou R\$ 1.111,9 milhões. As contas que apresentaram variações mais relevantes foram Fornecedores, Empréstimos e financiamentos e Provisões.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos totalizou R\$ 601,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, aumento de 15,8% em relação aos R\$ 519,4 milhões registrados em 31 de dezembro de 2018. Os empréstimos e financiamentos representaram 30,9% do total do passivo em 31 de dezembro de 2019, aumento de 1,9 p.p. em relação ao observado em 31 de dezembro de 2018. A variação é resultado da captação de recursos para o fortalecimento do capital de giro da Companhia.

Fornecedores

A conta de fornecedores registrou R\$ 384,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, redução de 14,5% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, de R\$ 449,3 milhões. Esta conta representou 19,7% do passivo em 31 de dezembro de 2019, redução de 5,4 p.p. em relação a 31 de dezembro de 2018. A variação é decorrente da melhora no controle de estoques, a qual resultou na sua utilização e consequentemente redução dos respectivos saldos.

Provisões

O saldo de provisões em 31 de dezembro de 2019 registrou R\$ 91,0 milhões, aumento de 14,8% em relação aos R\$ 79,2 milhões verificados em 31 de dezembro de 2018. A variação é o resultado da combinação de aumento do saldo de provisões para garantia e assistência técnica, em função principalmente ao crescimento da participação das vendas de celulares no faturamento os quais possuem um índice de provisão maior que de computadores, e no aumento das obrigações de pagamento de verbas comerciais (VPC, rebate e comissões) referentes as vendas realizadas no exercício.

Não circulante

O passivo não circulante totalizou R\$ 231,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, aumento de 38,1% em relação ao saldo de R\$ 167,7 milhões observado em 31 de dezembro de 2018. A variação é decorrente da captação de R\$ 55,8 milhões de linhas de longo prazo junto à FINEP e do registro dos contratos de arrendamento mercantil conforme determina o Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido totalizou R\$ 534,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, aumento de 4,9% em relação ao valor de R\$ 509,9 milhões registrado em 31 de dezembro de 2018. A variação é decorrente do lucro do exercício de 2019 e da combinação entre ajustes positivos de avaliação patrimonial e da redução de valor das ações em tesouraria.

Comparação da demonstração de fluxo de caixa para o exercício encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Em R\$ mil	Exercício findo em		AH (%)
	2019	2018	
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(6.131)	(64.563)	-90,5%
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	(31.968)	(10.853)	194,6%
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	105.615	80.262	31,6%
Variação cambial sobre caixa e equivalentes	(150)	676	-122,2%
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	67.366	5.522	1120,0%

Atividades operacionais

O caixa líquido consumido nas atividades operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 3,7 milhões, incremento de R\$ 60,9 milhões em relação ao desembolso de R\$ 64,6 milhões observado no exercício de 2018. Esta melhora entre os exercícios decorreu principalmente da: (i) melhora de R\$ 21,3 milhões do resultado líquido, passando de um prejuízo de R\$ 0,5 milhões no ano de 2018 para lucro de R\$ 20,8 milhões no ano de 2019; (ii) melhora de R\$ 54,3 milhões líquidos na movimentação do saldo de fornecedores, estoques e obrigações tributárias líquidas de impostos a recuperar, passando de um consumo de caixa de R\$ 97,5 milhões no exercício de 2018 para um consumo de caixa de R\$ 43,2 milhões no exercício de 2019.

Atividades de Investimento

Nas atividades de investimento, o caixa líquido desembolsado totalizou R\$ 32,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, consumo superior em 194,6%, aos R\$ 10,9 milhões consumidos em 2018. Foram investidos R\$ 5,1 milhões na aquisição de imobilizado, R\$ 14,3 milhões em ativos intangíveis, e 12,6 milhões foram aportados em investimentos no exercício 2019. No mesmo período do ano anterior, as adições foram de R\$ 4,3 milhões no ativo imobilizado, R\$ 14,2 milhões no ativo intangível além de um incremento referente a incorporação de caixa na aquisição de investimentos no montante de R\$ 7,7 milhões.

Atividades de Financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento foi de R\$ 103,2 milhões no exercício de 2019, aumento de R\$ 22,9 milhões em relação à geração líquida de caixa de R\$ 80,3 milhões verificada no mesmo período de 2018. Tal variação decorreu basicamente pela contratação de linhas de financiamento para reforço do capital de giro da Companhia.

10.2- Os diretores devem comentar:

(a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

A maior parte da receita da Companhia provém da venda de dispositivos, como computadores de mesa (desktops), computadores portáteis (notebooks e netbooks), servidores e telefones celulares (feature phones e smartphones). Uma parte menor é proveniente do segmento de Tecnologia Educacional, com serviços, hardware e softwares, como portais e mesas educacionais para instituições de ensino das redes pública e particular.

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A situação financeira da Companhia e o resultado de suas operações têm sido influenciados por fatores como o nível do emprego e da renda da população, a confiança do consumidor, a disponibilidade de crédito, o ambiente competitivo da indústria de PCs e celulares e a taxa de câmbio.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A situação financeira da Companhia e o resultado de suas operações têm sido influenciados por fatores como o nível do emprego e da renda da população, a confiança do consumidor, a disponibilidade de crédito, o ambiente competitivo da indústria de PCs e celulares e a taxa de câmbio.

Indicadores	2021	2020	2019	Var. 2021x2020	Var. 2020x2019
Taxa de desemprego - RMSP ¹	12,7%	13,9%	11,8%	-8,6%	17,8%
População ocupada - RMs ²	55,6%	44,6%	54,8%	24,7%	-18,6%
Rendimento real efetivo – RMs ²	2.447,0	2.302,0	2.298,0	6,3%	0,2%
Confiança do consumidor ³	85,3	78,5	89,7	8,7%	-12,5%
Crédito à pessoa física (R\$bilhões) ⁴	2.232,0	1.855,0	2.165,0	20,3%	-14,3%
Taxa de câmbio - fim do período - R\$/US\$ ⁴	5,58	5,14	4,03	8,6%	27,5%
Taxa de câmbio - média - R\$/US\$ ⁴	5,41	5,24	3,96	3,2%	32,3%

¹ Fonte: Seade. Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Compreende desemprego o culto (trabalho precário e desemprego por desalento) e desemprego aberto.

² Fonte: IBGE. Regiões metropolitanas (RMs): Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre

³ Fonte: FGV. Base:100

⁴ Fonte: BCB

O mercado de computadores brasileiro apresentou aumento de 36,5% em 2021, em relação ao ano anterior. O crescimento no consumo se deu principalmente pelo aumento da demanda de computadores no mercado de varejo. Na comparação entre 2020 e 2019, o mercado cresceu 9,6%.

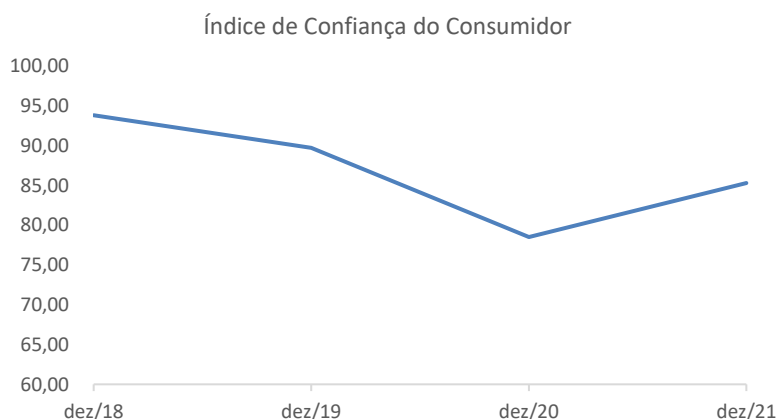
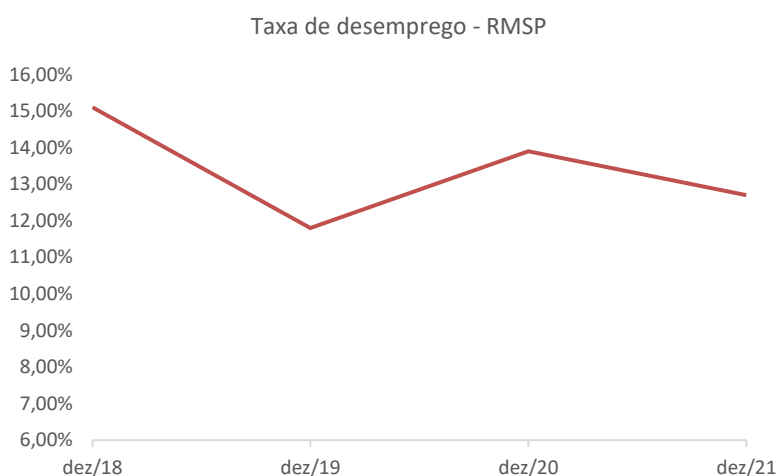
O mercado de celulares apresentou queda de -6,1% em 2021 em relação ao ano anterior, após queda

apresentada por este mercado entre 2020 e 2019 de -8,2%.

Estão destacados, a seguir, os principais fatores que afetaram materialmente as receitas operacionais da Companhia:

Nível de emprego e de renda da população

A taxa de desemprego em Dez/19 atingiu o menor valor no período apresentado na casa de 11%, apresentando crescimento em 2020 com início da pandemia de covid-19 no Brasil, mas voltando cair em 2021 para 12,7%. O Índice de Confiança do Consumidor chegou em 2020 aos 78,5 pontos com o início da pandemia de covid-19, mas encerrou 2021 apresentando uma melhora e ficou em 85,3 pontos.



Disponibilidade de crédito

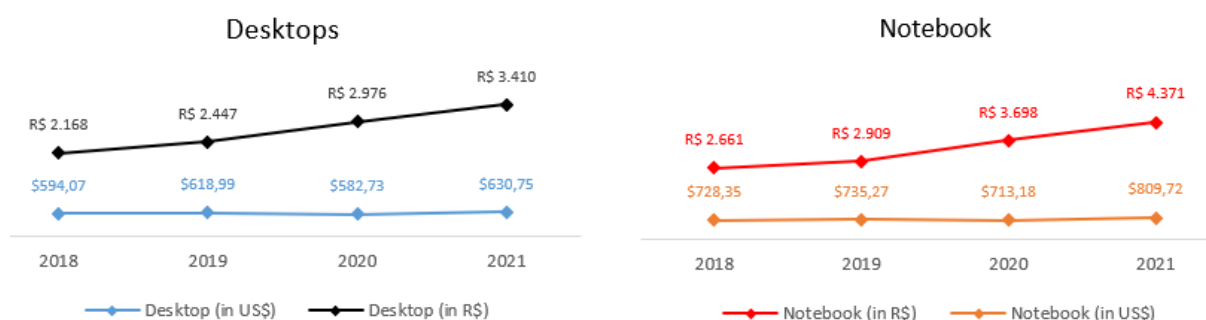
A oferta de crédito no Brasil até 2019 apresentou elevadas taxas expansão. Em fins de 2019 o montante de operações de crédito a partir de recursos livres para pessoas físicas atingiu R\$ 2.165 bilhões, representando um crescimento de 15,2%, segundo o BCB. Esta dinâmica favorece especialmente as classes de renda mais baixa, enquanto as redes varejistas são uma das principais

ofertantes de crédito a estas classes. Em 2020 presenciamos uma retração do crédito para os mesmos patamares de 2018 influenciado principalmente pelo início da pandemia de covid-19 no Brasil, porém, em 2021 volta a apresentar crescimento, atingindo R\$ 2.232 bilhões.

Preços

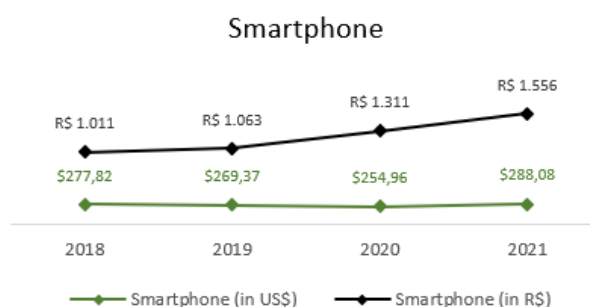
Considerando que cerca de 90% do custo de um computador é atrelado ao Dólar, a taxa de câmbio representa um dos principais indicadores para a precificação no mercado de computadores. Entre 2021 e 2020 o preço médio de desktops no Brasil aumentou 14,6%, impulsionado pela alta do Dólar médio entre os períodos. Os notebooks apresentaram elevação de 18%, também influenciados pela alta do Dólar.

Preço Médio dos PCs no Mercado Brasileiro



Para os smartphones, houve um aumento de 18,7% no preço médio em 2021 ante 2020.

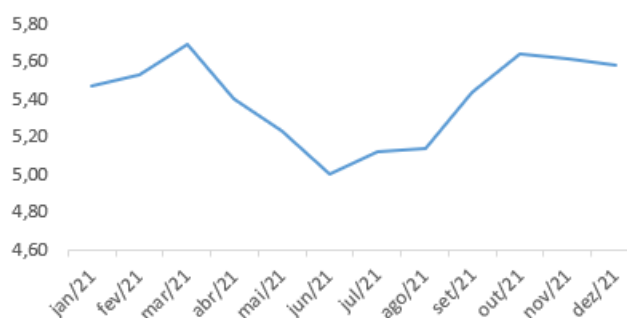
Preço Médio dos Smartphones no Mercado Brasileiro



Fonte: IDC

Em 2021, devido às incertezas provocadas pela pandemia do Covid-19 o dólar voltou a subir, apresentando em março de 2021 a maior cotação média do ano de R\$ 5,70. Já em dezembro de 2021 o dólar médio foi de R\$ 5,58, encerrando o ano com uma média de R\$ 5,41.

Taxa de câmbio – R\$/US\$



Fonte: IDC

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Estão apresentadas a seguir as análises das variações de receitas consolidadas atribuíveis a alterações nos níveis de preços e volumes de venda entre os exercícios sociais de 2018, 2019, 2020 e 2021. Cumpre destacar que a precificação dos produtos eletrônicos é significativamente influenciada pela taxa de câmbio, uma vez que cerca de 90% do custo é atrelado ao Dólar. Adicionalmente, a Companhia busca refletir em sua precificação a variação de seus custos fixos causada pela inflação.

Análise 2021 x 2020:

Volume de Vendas:

No ano de 2021, o volume consolidado de dispositivos vendidos sob a marca Positivo atingiu 2,2 milhões de unidades. A companhia adota desde o fim de 2018 uma política de margens mínimas, após estudos de otimização da remuneração do capital investido nas áreas de negócio, o que apresentou impacto no volume de dispositivos vendidos, porém com reflexo em aumento da lucratividade operacional. As vendas de computadores registraram 1,1 milhões de equipamentos, aumento de 39,5% em relação a 2020.

As vendas de celulares atingiram 1,1 milhões de aparelhos, redução de 19,9%, motivado principalmente pela redução nas vendas de feature phones.

Volume de Vendas (unidades)	2021	2020	Var% 2021x2020
PCs Total	1.123.192	804.954	39,5%
Desktops	123.808	144.435	-14,3%
Notebooks	999.384	660.519	51,3%
PCs Por Canal	1.123.192	804.954	39,5%
Varejo	614.882	596.174	3,1%
Licitações	380.786	110.959	243,2%
Corporativo	127.524	97.821	30,4%
Telefones Celulares	1.108.916	1.384.208	-19,9%
Smartphones	627.532	754.272	-16,8%
Feature Phones	481.384	629.936	-23,6%

Preços Médios:

Preço Médio ⁽¹⁾	2021	2020	Var% 2021x2020
Computadores Positivo			
Dólar Médio do Período ⁽²⁾	5,40	5,22	3,4%
Desktops			
Em R\$	3.817,6	3.191,7	19,6%
Em US\$	707,0	611,4	15,6%
Notebooks			
Em R\$	2.079,1	1.763,5	17,9%
Em US\$	385,0	337,8	14,0%
Telefones Celulares			
Em R\$	357,0	254,2	40,4%
Em US\$	66,1	48,7	35,7%

¹ Considera apenas os equipamentos comercializados no mercado brasileiro.

² Cálculo da Companhia, ponderado pela venda mensal para reduzir distorções sazonais, com base na PTAX Venda do BACEN.

O preço médio em Reais dos desktops apresentou elevação de 19,6% em relação ao período anterior, devido ao repasse da alta do dólar nos preços dos produtos. O preço médio em Reais dos notebooks aumentou 17,9% no período também devido ao repasse dos efeitos do câmbio no preço de vendas.

Os telefones celulares registraram aumento no preço médio em Reais de 40,4%, em função da maior proporção de vendas de smartphones e repasse do efeito do câmbio aos preços de venda.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (CPV):

	Exercício findo em				Variação	
	2021		2020		Var%	Var. p.p.
Custo dos Produtos Vendidos	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida		
Matéria Prima e Insumos	2.480,1	73,7%	1.673,6	76,3%	48,2%	-2,7 p.p
Depreciação e Amortização	12,1	0,4%	8,4	0,4%	44,0%	-0,0 p.p
Outros	104,7	3,1%	61,4	2,8%	70,5%	0,3 p.p
Total	2.596,9	77,2%	1.743,4	79,5%	49,0%	-2,4 p.p

Matéria Prima e Insumos:

A conta de matéria-prima e insumos correspondeu a 73,7% da receita líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, redução de 2,4 p.p. em relação ao ano de 2020. A redução reflete o melhor mix de produtos e serviços ofertados e o aumento da participação de receita recorrente advinda das Avenidas de Crescimento.

Outros Custos:

Os outros custos totalizaram 3,1% da receita líquida em dezembro de 2021, um aumento de 0,3 p.p. em relação a dezembro de 2020.

Resultado Financeiro:

	Exercício findo em				Variação	
	2021		2020		Var%	Var. p.p.
Resultado Financeiro	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida		
Receitas Financeiras	43,7	1,3%	59,8	2,7%	-26,9%	-1,4 p.p
Despesas Financeiras	(158,8)	-4,7%	(100,6)	-4,6%	57,9%	-0,1 p.p
Variação Cambial*	20,2	0,6%	35,5	1,6%	-43,1%	-1,0 p.p
Total	(94,9)	-2,8%	(5,3)	-0,2%	1.690,6%	-2,6 p.p

*Inclui os efeitos das operações de hedge cambial

Para o acumulado de 2021, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 94,9 milhões, o que representa uma piora de 2,6 p.p. em relação a 2020. decorrente do gradual aumento da taxa de juros no país ao longo do período, além do reconhecimento de receita financeira com correção monetária de R\$11,7 milhões em 2020 decorrente do reconhecimento dos ganhos provenientes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS e menor ganho em variação cambial registrado em 2021 vs. 2020.

Ressaltamos que o objetivo da Política Cambial da Companhia é a proteção do resultado operacional e a redução de sua volatilidade no resultado, não permitindo, em hipótese alguma, a contratação de instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

Análise 2020 x 2019:

Volume de Vendas:

No ano de 2020, o volume consolidado de dispositivos vendidos sob a marca Positivo atingiu 2,2 milhões de unidades. A companhia adota desde o fim de 2018 uma política de margens mínimas, após estudos de otimização da remuneração do capital investido nas áreas de negócio, o que apresentou impacto no volume de dispositivos vendidos, porém com reflexo em aumento da lucratividade operacional. As vendas de computadores registraram 805 mil equipamentos, aumento de 8,7% em relação a 2019.

As vendas de celulares atingiram 1,4 milhões de aparelhos, redução de 15,1%, motivado principalmente pela redução nas vendas de terminais de pagamento.

Volume de Vendas (unidades)	2020	2019	Var% 2020x2019
PCs Total	804.954	740.236	8,7%
Desktops	144.435	194.519	-25,7%
Notebooks	660.519	545.717	21,0%
PCs Por Canal	804.954	740.236	8,7%
Varejo	596.174	471.740	26,4%
Instituições Públicas	110.959	162.759	-31,8%
Corporativo	97.821	105.737	-7,5%
Telefones Celulares	1.384.208	1.630.520	-15,1%
Smartphones	754.272	882.132	-14,5%
Feature Phones	629.936	748.388	-15,8%

Preços Médios:

Preço Médio ⁽¹⁾	2020	2019	Var% 2020x2019
Computadores Positivo			
Dólar Médio do Período ⁽²⁾	5,22	4,10	27,3%
Desktops			
Em R\$	3.191,7	3.177,5	0,4%
Em US\$	611,4	771,9	-20,8%
Notebooks			
Em R\$	1.763,5	1.644,7	7,2%
Em US\$	337,8	399,5	-15,4%
Telefones Celulares			
Em R\$	254,2	173,7	46,4%
Em US\$	48,7	42,2	15,4%

¹ Considera apenas os equipamentos comercializados no mercado brasileiro.

² Cálculo da Companhia, ponderado pela venda mensal para reduzir distorções sazonais, com base na PTAX Venda do BACEN.

O preço médio em Reais dos desktops apresentou elevação de 0,4% em relação ao período anterior, devido ao repasse da alta do dólar nos preços dos produtos compensado pela queda na proporção de vendas desses produtos no mercado de instituições públicas, segmento em que usualmente se aplicam configurações superiores e prazos de garantia mais longos, apresentando preço de venda mais elevado. O preço médio em Reais dos notebooks aumentou 7,25% no período, dada a maior proporção de equipamentos com processador Intel Core® no varejo, além do repasse dos efeitos do câmbio no preço de vendas.

Os telefones celulares registraram aumento no preço médio em Reais de 46,4%, em função da maior proporção de vendas de smartphones e repasse do efeito do câmbio aos preços de venda.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (CPV):

Custo dos Produtos Vendidos	Exercício findo em					
	2020		2019		Variação	
	RS milhões	% Receita Líquida	RS milhões	% Receita Líquida	Var%	Var. p.p.
Matéria Prima e Insumos	1.673,6	76,3%	1.363,4	71,2%	22,8%	5,2 p.p
Depreciação e Amortização	8,4	0,4%	8,9	0,5%	-5,6%	-0,1 p.p
Outros	61,4	2,8%	62,9	3,3%	-2,4%	-0,5 p.p
Total	1.743,4	79,5%	1.435,2	74,9%	21,5%	4,6 p.p

Matéria Prima e Insumos:

A conta de matéria-prima e insumos correspondeu a 76,3% da receita líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, aumento de 5,2 p.p. em relação ao ano de 2019. O aumento é resultado do mix de produtos e da alta da cotação do dólar, ocasionando o encarecimento dos insumos importados principalmente no segundo trimestre de 2020

Outros Custos:

Os outros custos totalizaram 2,8% da receita líquida em dezembro de 2020, uma redução de 0,5 p.p. em relação a dezembro de 2019.

Resultado Financeiro:

Resultado Financeiro	Exercício findo em					
	2020		2019		Variação	
	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida	Var%	Var. p.p.
Receitas Financeiras	59,8	2,7%	48,1	2,5%	24,3%	0,2 p.p
Despesas Financeiras	(100,6)	-4,6%	(104,6)	-5,5%	-3,8%	0,9 p.p
Variação Cambial*	35,5	1,6%	(8,3)	-0,4%	-527,7%	2,1 p.p
Total	(5,3)	-0,2%	(64,8)	-3,4%	-91,8%	3,1 p.p

*Inclui os efeitos das operações de hedge cambial

Para o acumulado de 2020, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 5,3 milhões, o que representa uma melhora de 91,8% em relação a 2019. A variação é decorrente principalmente do resultado positivo com instrumentos financeiros para proteção de contas a pagar em moeda estrangeira (cobertura cambial) e ao reconhecimento da atualização monetária pela SELIC, dos créditos provenientes do processo que questionava a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

Análise 2019 x 2018:

Volume de Vendas:

No ano de 2019, o volume consolidado de dispositivos vendidos sob a marca Positivo atingiu 2,3 milhões de unidades. A companhia adota desde o fim de 2018 uma política de margens mínimas, após estudos de otimização da remuneração do capital investido nas áreas de negócio, o que apresentou impacto no volume de dispositivos vendidos, porém com reflexo em aumento da lucratividade operacional. As vendas de computadores registraram 939 mil equipamentos, redução de 21,2% em relação a 2018.

As vendas de celulares atingiram 1,6 milhões de aparelhos, aumento de 6,2%, motivado principalmente pelo êxito da Companhia em direcionar seu foco de atuação para as faixas de preço inferiores, onde a competição com demais fabricantes é menor

Volume de Vendas⁽¹⁾			
(unidades)	2019	2018	Var%
			2019x2018
PCs Total	740.236	939.228	-21,2%
Desktops	194.519	236.240	-17,7%
Notebooks	545.717	702.988	-22,4%
PCs Por Canal	740.236	939.228	-21,2%
Varejo	471.740	608.677	-22,5%
Instituições Públicas	162.759	204.021	-20,2%
Corporativo	105.737	126.530	-16,4%
Telefones Celulares	1.630.470	1.535.126	6,2%
Smartphones	882.132	802.212	10,0%
Feature Phones	748.338	732.914	2,1%

Preços Médios:

O preço médio em Reais dos desktops apresentou elevação de 29,7% em relação ao período anterior, devido à maior proporção de vendas deste formato no mercado de instituições públicas, segmento em que usualmente se aplicam configurações superiores e prazos de garantia mais longos. O preço médio em Reais dos notebooks aumentou 17,9% no período, dada a maior proporção de equipamentos com processador Intel Core® no varejo, além do avanço da proporção de vendas nos mercados de instituições públicas e corporativo.

Os telefones celulares registraram redução no preço médio em Reais de 33,4%, em função da maior proporção de vendas de feature phones.

Preço Médio⁽¹⁾			
Computadores Positivo	2019	2018	Var%
			2019x2018
Dólar Médio do Período⁽²⁾	4,1	3,7	11,4%
Desktops			
Em R\$	3.177,5	2.449,1	29,7%
Em US\$	771,9	668,7	15,4%
Notebooks			
Em R\$	1.644,7	1.395,1	17,9%
Em US\$	399,5	380,5	5,0%
Telefones Celulares			
Em R\$	173,7	260,9	-33,4%
Em US\$	42,2	70,3	-40,0%

1 Considera apenas os equipamentos comercializados no mercado brasileiro.

2 Cálculo da Companhia, ponderado pela venda mensal para reduzir distorções sazonais, com base na PTAX Venda do BACEN.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (CPV):

	Exercícios findos em					
	2019		2018		Variação	
Custo dos Produtos Vendidos	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida	Var%	Var. p.p.
Matéria Prima e Insumos	1.363,4	71,2%	1.360,5	72,0%	0,2%	-0,8 p.p
Depreciação e Amortização	8,9	0,5%	6,5	0,3%	36,9%	0,2 p.p
Outros	62,9	3,3%	69,9	3,7%	-10,0%	-0,4 p.p
Total	1.435,2	74,9%	1.436,9	76,0%	-0,1%	-1,1 p.p

Matéria Prima e Insumos:

A conta de matéria-prima e insumos correspondeu a 71,2% da receita líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, redução de 0,8 p.p. em relação ao ano de 2018, refletindo a continuidade da dinâmica de normalização entre a relação do custo dos insumos e correção dos preços ao mercado.

Outros Custos:

Os outros custos totalizaram 3,3% da receita líquida em dezembro de 2019, uma redução de 0,4 p.p. em relação a dezembro de 2018.

Resultado Financeiro:

	Exercício findo em					
	2019		2018		Variação	
Resultado Financeiro	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida	Var%	Var. p.p.
Receitas Financeiras	32,3	1,7%	48,1	2,5%	-32,8%	-0,9 p.p
Despesas Financeiras	(108,0)	-5,6%	(104,6)	-5,5%	3,3%	-0,1 p.p
Variação Cambial*	5,1	0,3%	(8,3)	-0,4%	-161,4%	0,2 p.p
Total	(70,6)	-3,7%	(64,8)	-3,4%	9,0 %	-0,8 p.p

* Inclui os efeitos das operações de hedge cambial

Para o acumulado de 2019, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 70,6 milhões, o que representa um aumento de 9,0% em relação a 2018. A variação é decorrente principalmente de um menor volume de receitas financeiras em 2019, rubrica que em 2018 fora favorecida por maiores resultados com ajuste de AVP, e de um aumento de R\$ 11,3 milhões nos valores reconhecidos como juros sobre empréstimos na linha de despesas financeiras.

10.3 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados.

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nas atividades da Companhia durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante em suas demonstrações financeiras ou seus resultados.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2018, a Positivo Informática da Bahia Ltda. adquiriu 80% do capital da ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. ("Accept"). A Accept apresentou receita líquida de R\$ 101 milhões em 2021 e atua com foco na fabricação e venda de servidores e storages, além de soluções clientes, como Mini PCs, thin clients e desktops.

(c) Eventos ou operações não usuais

Durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não ocorreram quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia e/ou suas atividades que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Os diretores devem comentar:

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi aprovada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, de 27 de maio de 2009 (conversão, em lei, da MP 449/08), que alteraram a Lei das Sociedades por Ações e introduziram novas regras contábeis aplicáveis a esta espécie de sociedade, como a Companhia, com o objetivo de convergência com as práticas contábeis internacionais.

Adicionalmente, a partir da aprovação da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, as alterações e inclusões a partir dos Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deverão ser aplicados, quando necessários.

A Companhia e suas controladas adotaram os pronunciamentos CPC 47 - Receita de contrato com cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo que a adoção destas normas não apresentou impactos relevantes sobre o patrimônio da Companhia e suas controladas.

A partir de 01 de janeiro de 2019 a Companhia adotou o pronunciamento CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, o qual introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, como impacto desta norma, a Companhia possui o montante líquido de R\$ 32.615 mil registrado em seu balanço patrimonial, no ativo imobilizado, referente a contratos de direito de uso a serem amortizados, com contrapartida no passivo circulante de R\$ 7.874 mil e no passivo não circulante de R\$ 23.754 mil.

Na opinião dos Administradores da Companhia e com o embasamento de seus assessores especializados (consultores, escritórios de advocacia, tributaristas, entre outros), as principais alterações nas práticas contábeis descritas acima, aplicáveis à Companhia e adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão descritas no item “b” abaixo.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Companhia entende que os principais efeitos decorrentes de alterações nas práticas contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de, 2021, 2020 e 2019, são os abaixo elencados, visto que as demais alterações na adoção inicial das práticas contábeis trazidas pela Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, já estão refletidas nos exercícios anteriores.

Efeitos na Demonstração de Resultados:

Arrendamento mercantil (CPC 06 R2): Em 01 de janeiro de 2019 entrou em vigor o CPC – 06 – Operações de arrendamento mercantil, que determina que todos os contratos de arrendamento mercantil e suas correspondentes obrigações devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial, com isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses, com prazo indeterminado ou contratos de baixo valor. O valor do ativo de direito de uso deve ser depreciado ao longo da vida útil estimada (vigência do contrato) e cessado quando do ajuste por redução ao valor recuperável, ou quando ocorrer o cancelamento do contrato. Com a mudança na norma contábil a partir de 2019, a Companhia deixa de registrar a despesa com aluguel, e passou a incorrer em despesas de depreciação e de juros implícitos nos contratos.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer de auditoria referente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não possui ressalvas e ênfases.

O parecer de auditoria referente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, possui parágrafo de ênfase quanto à reapresentação da demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, para refletir as reclassificações das verbas de propaganda cooperada e os valores provisionados como rebate conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 47- Receita de Contratos com Clientes. A referida reclassificação não impactou o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

10.5 - Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela Administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas, premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Mensuração do valor justo: Alguns dos ativos e passivos da Companhia são mensurados pelo valor justo para fins de elaboração das demonstrações financeiras, em especial caixa e equivalente de caixa e os instrumentos financeiros derivativos. Para estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis do mercado na extensão em que estejam disponíveis. Quando não há informações de Nível 1 disponíveis, a Companhia envolve profissionais qualificados no processo de avaliação e mensuração dos valores justos de tais ativos e passivos.

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa: A Companhia mensura a provisão para perdas de contas a receber de clientes em um valor equivalente à perda de crédito esperada sobre as contas a receber de clientes durante a vida útil. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas considerando a experiência de inadimplência histórica do devedor e em uma análise da posição financeira atual do devedor, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam. As informações prospectivas (como os indicadores de desempenho econômico previstos) também são levadas em consideração se, com base na experiência anterior, tais indicadores mostrarem uma correlação significativa com as perdas reais de crédito.

Realização dos estoques: A Companhia efetua a análise de realização dos estoques com base na expectativa de utilização ou venda dos estoques, como também na avaliação entre o valor contábil e o valor líquido de realização. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas de perda por giro lento de mercadorias ou realização com margem abaixo do valor contábil.

Impostos a recuperar: a Administração efetua estudos periódicos para avaliar a realização dos créditos relativos a impostos a recuperar, tomando medidas preventivas para que tal realização ocorra e evitar que o saldo exceda a capacidade de sua realização.

Vida útil dos bens do ativo imobilizado, intangível e prazo dos contratos de arrendamento: O cálculo da depreciação e amortização dos ativos imobilizado e intangível inclui as estimativas das vidas úteis. Essa estimativa é determinada considerando o período que esses ativos irão gerar benefícios econômicos para a Companhia. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato. A Companhia realizou durante 2021, a revisão da vida útil de seus ativos imobilizado e intangível, e não identificou alterações necessárias.

Provisão dos riscos tributários, trabalhistas e cíveis: As provisões são reconhecidas como passivo quando pode ser feita uma estimativa confiável do valor presente da obrigação, sendo ainda provável que ocorram saídas de recursos necessárias para liquidar tais obrigações. As provisões são realizadas com base no parecer dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, considerando jurisprudências disponíveis, legislação vigente, elementos probatórios disponíveis. As provisões são reavaliadas periodicamente para constatar se houveram mudanças significativas nos valores das causas ou a existência de elementos novos que possam impactar a estimativa de perda desses processos.

Provisões: Uma provisão é reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação legal, que pode ser estimada de maneira confiável, seja provável que sejam necessárias saídas de caixa futuras para liquidação dessas obrigações. As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. As provisões reconhecidas pela Companhia derivam de contratos firmados como a provisão para royalties, legislação (pós-venda) ou originadas em suas relações comerciais como por exemplo comissões e marketing.

10.6 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

(a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há ativos ou passivos relevantes detidos pela Companhia que não estejam demonstrados em seu balanço patrimonial, nos anos 2021, 2020 e 2019.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
Não aplicável. Conforme mencionado no item 10.6.b, não há outros itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável. Conforme mencionado no item 10.6.b, não há outros itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável. Conforme mencionado no item 10.6.b, não há outros itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.8 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Para usufruir dos benefícios concedidos pela Lei de Informática (Lei 8.248/1991 e suas alterações), a Companhia deve investir anualmente cerca de 4% do faturamento bruto de bens e serviços de informática incentivados, em atividades de pesquisa e desenvolvimento e tecnologia de informação, calculados de acordo com a referida lei. Os investimentos em P&D configuram oportunidade para a Companhia aprimorar seu posicionamento no processo competitivo, uma vez que esta direciona tais recursos para o desenvolvimento de novos produtos, funcionalidades, tecnologias, conteúdos digitais e serviços, contribuindo para sustentabilidade de seu negócio. Tais recursos foram aplicados nos últimos dois exercícios em projetos envolvendo principalmente a área de Tecnologia Educacional como o desenvolvimento de mesas educacionais, Microbit, robótica, desenvolvimento de software, dentre outros projetos. Adicionalmente, a Companhia possui Fundo de Participação em Empresas Emergentes (F.I.P.), na qual utiliza parte dos recursos no fomento do ecossistema de desenvolvimento e inovação tecnológica do país e aceleração de Startups. Encerrou em 2021 com R\$ 27 milhões destinados ao programa. Cabe destacar que os projetos de Startups são de cunho estratégico e com resultados ainda marginais no resultado consolidado da Companhia.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Para a realização dos investimentos mencionados, a Companhia pretende utilizar recursos próprios, buscar linhas de crédito junto a instituições financeiras, utilizar os recursos relativos à linha de crédito aberta junto ao BNDES para atividades inovadoras, bem como da Finep.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos de capital relevantes em andamento ou previstos para os próximos anos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há expectativa de aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia, que já tenha sido divulgada.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

(iii) **projetos em desenvolvimento já divulgados**

(iv) **montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos**

Além dos investimentos indicados como atividades de pesquisa e desenvolvimento ao longo deste documento, não há novos produtos ou serviços em desenvolvimentos que já não tenham sido divulgados.

10.9 - Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais.

* * *

ANEXO II

Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício

(Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 200.258.324,88 (duzentos milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, trezentos e vinte e quatro reais e oitenta e oito centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

A proposta da Administração é de distribuir R\$ 47.561.352,16 (quarenta e sete milhões, quinhentos e sessenta e um mil, trezentos e cinquenta e dois reais e dezesseis centavos) relativos ao lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 na forma de dividendos, ou seja, R\$ 0,340263524 por ação.

Tal valor por ação será ratificado em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 29 de abril de 2022, tendo em vista que a Companhia detém ações de emissão própria em tesouraria e Programa de Recompra vigente, cuja quantidade poderá sofrer alterações até a data de sua realização.

A Companhia informa, ainda, que exceto quanto ao valor indicado acima, não foram distribuídos outros valores a título de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Os R\$ 47.561.352,16 (quarenta e sete milhões, quinhentos e sessenta e um mil, trezentos e cinquenta e dois reais e dezesseis centavos) a serem distribuídos, após realizada a destinação de 5% (cinco por cento) atribuídos para a constituição da reserva legal e ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, é representativo de 25% do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável. A Companhia não realizou distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

(a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Base - Exercício social encerrado em 31/12/2021			
Tipo de Ação	Percentual no Capital Total da Companhia	Valor Total dos Dividendos Propostos	Valor Bruto dos Dividendos por Ação¹
Ordinária	100,00%	R\$ 47.561.352,16	R\$ 0,340263524

¹ Considera a exclusão de 2.022.008 ações detidas em tesouraria. O valor por ação será ratificado em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 29 de abril de 2022, tendo em vista que a quantidade de ações em tesouraria poderá sofrer alterações até a sua realização.

(b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

O pagamento dos dividendos propostos, uma vez aprovado em Assembleia Geral Ordinária, será efetuado em dinheiro, em duas parcelas, sem correção monetária, nos seguintes montantes e datas:

Data	Valor (R\$)	%
Em 31/05/2022	16.646.473,26	35%
Em 30/09/2022	30.914.878,90	65%
TOTAL	47.561.352,16	100%

(c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não incidirá atualização e/ou correção monetária.

(d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos Acionistas que terão direito ao seu recebimento

A proposta de distribuição de dividendos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 será aprovada em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada em 29 de abril de 2022. Os acionistas assim identificados na data da AGO farão jus aos referidos dividendos. As ações serão negociadas ex-dividendos em 02 de maio de 2022.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

(a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

(b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

(a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício Social findo em 31 de dezembro de (em R\$)			
Descrição	2019	2020	2021
Lucro (Prejuízo) Líquido	16.457.258,73	190.971.269,80	200.258.324,88
Lucro Líquido por Ação	0,11695904	1,346764	1,412258

(b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício Social findo em 31 de dezembro de (em R\$)						
	2019		2020		2021	
	Valor Bruto por Ação	Valor Líquido por Ação	Valor Bruto por Ação	Valor Bruto por Ação	Valor Líquido por Ação	Valor Bruto por Ação
Dividendos	0,116959	0,116959	1,346764	1,346764	1,412258	1,412258
Juros sobre o Capital Próprio	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Total por Ação Ordinária	0,116959	0,116959	1,346764	1,346764	1,412258	1,412258

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

Houve destinação de lucros à reserva legal no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(a) Identificar o montante destinado à reserva legal

Do total do lucro líquido apurado, o montante de R\$ 10.012.916,24 (dez milhões, doze mil, novecentos e dezesseis reais e vinte e quatro centavos) será destinado à reserva legal.

(b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

No exercício de 2021 foi constituída a Reserva Legal corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, no montante de R\$ 10.012.916,24 (dez milhões, doze mil, novecentos e dezesseis reais e vinte e quatro centavos).

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

A Companhia não possui ações preferenciais, pois faz parte do Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, onde o regulamento determina que as empresas tenham somente ações ordinárias.

(a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

(b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

(c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

(d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

(e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada Classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

(a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O Estatuto Social da Companhia prevê em seu Capítulo VI:

(a) 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução da participação estatutária dos administradores até o limite máximo legal, são atribuídos para a constituição da reserva legal, que não deve exceder 20% (vinte por cento) do capital social; e

(b) Do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução (i) de eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda, (ii) da participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal, conforme previsto no artigo 152, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações e (iii) da destinação referida no item (a) acima, e ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, destinar-se-ão 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento de dividendo obrigatório a todos os Acionistas.

(b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim. O dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia está sendo pago integralmente.

(c) Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não há retenção do dividendo obrigatório.

(a) Informar o montante da retenção

Não aplicável.

(b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

(c) Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não houve destinação de resultado para reserva de contingências no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(a) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

(b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

(c) Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

(d) Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não houve destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

(b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Não houve destinação de resultado para reservas estatutárias no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável.

(b) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

(c) Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(a) Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

(b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

(a) Informar o montante destinado à reserva

O montante constituído no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 na rubrica de reserva de incentivos fiscais foi de R\$ 142.684.056,48 (cento e quarenta e dois milhões, seissentos e oitenta e quatro mil, cinquenta e seis reais e quarenta e oito centavos).

(b) Explicar a natureza da destinação

Os valores registrados nesta conta referem-se a parte do incentivo fiscal de redução de ICMS, em conformidade com o Decreto Estadual nº 1922/2011, que possibilita a utilização de crédito presumido do ICMS, resultando em alíquota efetiva de 0%.

* * *

ANEXO III

Informações Indicadas no Item 13 do Formulário de Referência

(item 13 do Formulário de Referência)

13.1- Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A prática de remuneração da Positivo Tecnologia em relação aos membros de seu Conselho de Administração e de sua Diretoria estatutária e não estatutária tem como principal objetivo atrair e reter profissionais bem qualificados para os cargos estratégicos da Companhia, visando proporcionar à organização elevado nível de desempenho e de alinhamento dos membros destes órgãos aos objetivos da Companhia e de seus acionistas. A remuneração individual dos Administradores é examinada anualmente pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, a Companhia está se preparando para a formalização e divulgação de sua política de remuneração.

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta de pagamentos fixos mensais a título de pró-labore e de eventual concessão discricionária de um Plano de Opção de Compra de Ações para membros que não sejam acionistas controladores ou parte relacionada destes.

Diretoria estatutária e não estatutária

A remuneração concedida aos membros da Diretoria da Companhia, estatutária e não estatutária, é constituída por uma remuneração mensal fixa, uma remuneração variável paga anualmente atrelada ao desempenho do diretor e condicionada ao cumprimento de determinadas metas de sua (s) área (s) e da Companhia, bem como a eventual concessão discricionária de um Plano de Opção de Compra de Ações. Além da remuneração mencionada acima, os Diretores também têm a opção de participar de um plano de assistência médica em condições mais favoráveis às praticadas no mercado, devido à negociação estabelecida pelo Grupo Positivo com o administrador do plano de assistência médica. A Companhia participa com 10% sobre a mensalidade do plano, sendo os demais custos suportados pelo próprio Diretor.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta de pagamentos fixos mensais a título de pró-labore.

(b) Composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Remuneração fixa: salário base (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria estatutária e não estatutária). O objetivo deste tipo de remuneração é reconhecer e refletir o valor do cargo internamente (Companhia) e externamente (mercado).

Remuneração variável: bônus (Diretoria estatutária e não estatutária). O pagamento de bônus, quando aplicável, ocorre de três formas: (i) depósito em conta de uma porção do valor total individual no ano subsequente ao exercício-base; (ii) depósito de uma porção em conta de previdência privada, a título de contribuição da Companhia (conforme descrito no item Benefícios a seguir e (iii) Possível diferimento de uma porção por ciclos de três anos contados a partir do exercício-base. O objetivo deste tipo de remuneração é premiar o alcance e superação de metas da Companhia, de cada área e individuais, alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e mercado, bem como estimular a retenção e o comprometimento com objetivos de longo prazo por meio dos mecanismos de previdência privada e diferimento.

Benefícios: os diretores estatutários e não estatutários têm a opção de aderir a um plano de assistência médica em condições mais favoráveis às praticadas no mercado, oferecido pelo Grupo Positivo em parceria com o administrador do plano de assistência. O custo do plano é parcialmente arcado pelo próprio colaborador. O objetivo deste tipo de benefício é complementar benefícios da assistência social.

A Companhia oferece (por adesão) um plano de previdência complementar para a Diretoria estatutária e não estatutária, na qual contribui em igual proporção aos valores efetivados pelos diretores até um limite percentual de cada remuneração fixa individual mensal. Adicionalmente, uma porção da remuneração variável (bônus), para alguns executivos, é anualmente direcionada para este benefício. Estas contribuições originadas da remuneração variável tornam-se passíveis de movimentação por parte dos diretores, após o período de um exercício fiscal (12 meses) contados a partir do início do próximo exercício. O objetivo deste benefício é reforçar a retenção de executivos no longo prazo.

Para alguns Executivos também é oferecida a locação de veículo, cujo custo de aluguel é arcado pela Companhia, sendo que ao final do prazo de três anos é permitida a aquisição do bem com deságio em relação ao seu valor de mercado. Referido deságio é arcado pela empresa locadora do veículo. O objetivo deste benefício é reforçar o vínculo dos principais executivos com a Companhia e alinhar os benefícios concedidos com boas práticas de mercado.

Plano de Opções de Compra de Ações (Conselho de Administração, Diretoria estatutária e não estatutária): Esta forma de compensação, quando utilizada, consiste em um benefício de longo prazo e tem como objetivo reforçar a retenção de profissionais e alinhar interesses com os acionistas na

criação de valor para o negócio de forma sustentável.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

13.1.a.ii

2021 REALIZADO

Composição da Remuneração (%)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria
Remuner. Fixa	100,00%	55,77%	74,59%	100,00%	0,00%
Remuner. Variável	0,00%	43,27%	17,26%	0,00%	0,00%
Benefícios	0,00%	0,96%	1,24%	0,00%	0,00%
Plano de Opção de Compra de Ações	0,00%	0,00%	6,91%	0,00%	0,00%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%

¹ As proporções acima apresentadas consideram todos os encargos incorridos pela Companhia, inclusive INSS.

² Base: exercício de 2021.

O Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria são órgãos não permanentes. Nas AGOs realizadas em 2019, 2010 e 2021 o Conselho Fiscal foi instalado. O Comitê de Auditoria, seja estatutário ou não, não foi instalado nos exercícios sociais de 2019, 2020 e 2021.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O montante global da remuneração dos administradores da Companhia, incluindo o reajuste, é fixado pela Assembleia Geral de acionistas da Companhia a cada exercício social.

O reajuste da remuneração fixa da Diretoria não estatutária é realizado anualmente, considerando todo ou parte do índice obtido em negociação sindical.

Eventualmente, reajustes específicos dos montantes de remuneração fixa são realizados com base em pesquisas de mercado conduzidas em conjunto com consultorias externas especializadas, visando avaliar sua competitividade.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A estrutura de remuneração dos administradores da Companhia foi desenvolvida com o objetivo de atender às necessidades estratégicas do negócio, de modo a atrair, reter e motivar um quadro de administradores de alto nível incentivando o comprometimento com os resultados de curto, médio e longo prazos da Companhia. Ademais, a composição da remuneração visa assegurar a competitividade do pacote total de remuneração comparado com as condições do mercado, de forma a garantir a retenção e a motivação dos administradores.

(c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A política de remuneração variável da Companhia busca alinhar a atuação de sua Diretoria estatutária e não estatutária e demais colaboradores aos interesses da Companhia e dos seus acionistas. São

estabelecidas metas anuais individuais, relacionadas às respectivas áreas de atuação, como vendas, produtividade, indicadores de qualidade, eficiência em processos, cumprimento de prazos, entre outros. Adicionalmente, as metas de resultados financeiros nominais globais da Companhia pactuadas junto ao Conselho de Administração funcionam como multiplicadores das metas individuais obtidas, na proporção dos resultados efetivamente realizados no período.

(d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Conforme mencionado no item 13.1.c acima, as metas de resultados financeiros nominais globais da Companhia pactuadas junto ao Conselho de Administração são fatores multiplicadores das metas individuais dos diretores, na proporção dos resultados efetivamente realizados no período.

(e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração anteriormente descrito procura incentivar os administradores e colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira a alinhar os interesses destes com os da Companhia e seus acionistas.

Em uma perspectiva de curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio da remuneração fixa mensal e pacote de benefícios compatíveis com a função desempenhada e com o mercado.

No médio prazo, visamos obter tal alinhamento por meio do pagamento de bônus anual atrelado ao alcance de metas e ao desempenho da Companhia, conforme descrito nos itens 13.1.b e 13.1.c acima.

No longo prazo, buscamos apoiar a retenção de alguns profissionais qualificados por meio de plano de previdência privada, no qual a Companhia contribui em igual proporção aos valores efetivados pelos diretores até um limite percentual de cada remuneração fixa individual mensal, bem como direciona parte do bônus anual para este benefício a título de contribuição da Companhia. Estas contribuições originadas do bônus anual (denominada aporte) tornam-se passíveis de movimentação por parte dos diretores abrangidos após o período de um exercício fiscal (12 meses), contados a partir do início do próximo exercício, reforçando a retenção de executivos no longo prazo. Para alguns diretores, outra porção do bônus anual é anualmente diferida por ciclos de três anos contados a partir do exercício-base. Adicionalmente, a Companhia pode oferecer eventual outorga de opções de compra de nossas ações aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e não estatutária.

(f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 não houve remuneração de administradores suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos. Para o exercício social

encerrado em 31 de dezembro de 2019, parte da remuneração de um membro da diretoria estatutária foi suportada pela controlada indireta ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda., unicamente na forma de remuneração fixa. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 não houve remuneração de administradores suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente, o Plano de Opções de Compra de Ações terminará e qualquer opção até então concedida extinguir-se-á, a não ser que, em conexão com tal operação (e quando cabível): (i) o Conselho de Administração aprove a antecipação do prazo final para o exercício da opção dos programas em vigência; ou (ii) estabeleça-se por escrito a permanência dos planos e a assunção das opções até então concedidas com a substituição de tais opções por novas opções, desde que a Companhia sucessora ou sua afiliada ou subsidiária os assumam e realize os ajustes apropriados no número e preço das opções de ações, caso em que os planos continuariam na forma então prevista.

(h) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.

De forma a determinar a remuneração individual dos Administradores, o Conselho de Administração tem como prática o exame anual desta em conjunto com a Diretoria Administrativa.

(ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há utilização de estudos e verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.

A estruturação da remuneração individual dos Administradores é feita com embasamento em análises internas e pesquisas de mercado, com abrangência regional e nacional.

(iii) Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

A frequência é anual.

13.2 - Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Os valores apresentados nesta seção se referem aos montantes reconhecidos no resultado ou previstos para os períodos compreendidos entre janeiro e dezembro dos anos indicados nas respectivas tabelas.

2019 ¹	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<i>Número de membros²</i>	7,00	5,00	3,00	15,00
Remuneração fixa anual (em R\$)	1.658.021,15	5.653.169,28	319.385,49	7.630.575,92
Número de membros remunerados	7,00	5,00	3,00	15,00
Salário ou pró-labore	1.658.021,15	5.547.344,14	317.715,36	7.523.080,65
Benefícios diretos e indiretos	0	105.825,14	1.670,13	107.495,27
Remuneração por participação em Comitês	0	0	0	0,00
Outros	0	0,00	0,00	0,00
Remuneração Variável (em R\$)	0	0	0	0,00
Número de membros remunerados	0	0	0	0,00
Bônus	0	0	0	0,00
Participação nos resultados	0	0	0	0,00
Remuneração por participação em reuniões	0	0	0	0,00
Comissões	0	0	0	0,00
Outros	0	0	0	0,00
Benefícios pós-emprego	0	0	0	0,00
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	0	0	0	0,00
Remuneração baseada em ações	0	162.929,00	0	162.929,00
Valor por órgão da remuneração	1.658.021,15	5.816.098,28	319.385,49	7.793.504,92

¹ Os valores acima apresentados consideram todos os encargos incorridos pela Companhia, inclusive INSS, destacado na linha "Outros INSS da remuneração fixa.

² O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<i>Número de membros</i>	7,00	4,17	3,00	14,17
Remuneração Fixa Anual (R\$)	1.684.298,24	4.258.492,19	246.371,42	6.189.161,86
Número de membros remunerados	7,00	4,17	3,00	14,17
Salário/Pró-labore	1.403.581,87	3.454.531,32	205.309,52	5.063.422,71
Benefícios diretos e indiretos	0,00	113.054,61	0,00	113.054,61
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros - INSS	280.716,37	690.906,26	41.061,90	1.012.684,54
Remuneração variável	0,00	301.417,93	0,00	0,00
Bônus	0,00	301.417,93	0,00	301.417,93
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em Reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros - INSS	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações	0,00	340.000,00	0,00	340.000,00
Total da remuneração	1.684.298,24	4.899.910,12	246.371,42	6.830.579,79

¹ Os valores acima apresentados consideram todos os encargos incorridos pela Companhia

² O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

³ Os valores previstos para o exercício de 2020 (de janeiro até dezembro) foram estimados com base nas informações atualmente disponíveis, estando sujeitos a alterações.

2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	5	3	16
Nº de membros remunerados	8	5	3	16
Remuneração fixa anual	2.277.638,66	5.920.960,97	349.449,24	8.548.048,87
Salário ou pró-labore	1.848.532,32	4.839.921,95	291.207,76	6.979.662,03
Benefícios direto e indireto	0	113.054,61	0	113.054,61
Participações em comitês	49.500,00	0	0	49.500,00
Outros - INSS	379.606,34	967.984,41	58.241,48	1.405.832,23
Remuneração variável	0	4.506.916,67	0	4.506.916,67
Bônus	0	4.506.916,67	0	4.506.916,67
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0
Total da remuneração	2.277.638,66	10.427.877,64	349.449,24	13.054.965,54

¹ Os valores acima apresentados consideram todos os encargos incorridos pela Companhia

² Os valores previstos para o exercício de 2021 (de janeiro até dezembro) foram estimados com base nas informações atualmente disponíveis, estando sujeitos a alterações.

2022 (Previsto)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	4	3	16
Nº de membros remunerados	8	4	3	15
Remuneração fixa anual	3.326.388,19	6.201.720,16	390.999,73	9.919.108,09
Salário ou pró-labore	2.051.990,16	5.168.100,14	325.833,11	7.545.923,40
Benefícios direto e indireto	0	0,00	0	0,00
Participações em comitês	720.000,00	0	0	720.000,00
Outros - INSS	554.398,03	1.033.620,03	65.166,62	1.653.184,68
Remuneração variável	0	7.718.624,59	0	7.718.624,59
Bônus	0	7.718.624,59	0	7.718.624,59
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0
Total da remuneração	3.326.388,19	13.920.344,75	390.999,73	17.637.732,67

13.3 - Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Os valores apresentados nesta seção se referem aos montantes reconhecidos no resultado ou previstos para os períodos compreendidos entre janeiro e dezembro dos anos indicados nas respectivas tabelas.

2019 ¹	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros²	7,00	4,83	3,00	14,83
Número de membros remunerados	0,00	4,83	0,00	4,83
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ³	N/A	769.204,48	N/A	769.204,48
Valor máximo previsto no plano de remuneração ⁴	N/A	3.692.181,48	N/A	3.692.181,48
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas ⁵	N/A	3.076.817,90	N/A	3.076.817,90
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos Resultados (em R\$)	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A

1 Os valores acima apresentados consideram todos os encargos incorridos pela Companhia.

2 O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

3 O valor mínimo previsto no plano de remuneração foi estimado considerando um cenário de alcance mínimo das metas individuais dos administradores.

4 O valor máximo previsto no plano de remuneração foi estimado considerando alcance de 125% das metas de resultados financeiros globais da Companhia pactuadas com o Conselho de Administração, as quais geram multiplicadores das metas individuais obtidas, conforme mencionado no item 13.1.c. Por este motivo, ressaltamos que o valor máximo do bônus poderá diferir do apresentado nesta seção, caso sejam atingidos resultados financeiros globais superiores aos considerados na estimativa.

5 O valor previsto no plano de remuneração foi estimado considerando alcance de 100% das metas de resultados financeiros globais da Companhia pactuadas com o Conselho de Administração.

2020 ¹	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros²	7,00	4,17	3,00	14,17
Número de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ³	N/A	661.993,62	N/A	661.993,62
Valor máximo previsto no plano de remuneração ⁴	N/A	3.197.429,16	N/A	3.197.429,16
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas ⁵	N/A	2.647.974,46	N/A	2.647.974,46
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	301.417,93	N/A	301.417,93
Participação nos Resultados (em R\$)	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A

1 Os valores acima apresentados consideram todos os encargos incorridos pela Companhia.

2 O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

3 O valor mínimo previsto no plano de remuneração foi estimado considerando um cenário de alcance mínimo das metas individuais dos administradores.

4 O valor máximo previsto no plano de remuneração foi estimado considerando alcance de 125% das metas de resultados financeiros globais da Companhia pactuadas com o Conselho de Administração, as quais geram multiplicadores das metas individuais obtidas, conforme mencionado no item 13.1.c. Por este motivo, ressaltamos que o valor máximo do bônus poderá diferir do apresentado nesta seção, caso sejam atingidos resultados financeiros globais superiores aos considerados na estimativa.

5 O valor previsto no plano de remuneração foi estimado considerando alcance de 100% das metas de resultados financeiros globais da Companhia pactuadas com o Conselho de Administração.

2021 ^{1,6}	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros²	8,00	5,00	3,00	16,00
Número de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	5,00
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ³	N/A	1.751.753,08	N/A	1.751.753,08
Valor máximo previsto no plano de remuneração ⁴	N/A	5.255.259,24	N/A	5.255.259,24
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas ⁵	N/A	3.503.506,16	N/A	3.503.506,16
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos Resultados (em R\$)	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A

1 Os valores acima apresentados consideram todos os encargos incorridos pela Companhia.

2 O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

3 O valor mínimo previsto no plano de remuneração foi estimado considerando um cenário de alcance mínimo das metas individuais dos administradores.

4 O valor máximo previsto no plano de remuneração foi estimado considerando alcance de 125% das metas de resultados financeiros globais da Companhia pactuadas com o Conselho de Administração, as quais geram multiplicadores das metas individuais obtidas, conforme mencionado no item 13.1.c. Por este motivo, ressaltamos que o valor máximo do bônus poderá diferir do apresentado nesta seção, caso sejam atingidos resultados financeiros globais superiores aos considerados na estimativa.

5 O valor previsto no plano de remuneração foi estimado considerando alcance de 100% das metas de resultados financeiros globais da Companhia pactuadas com o Conselho de Administração.

2022 ^{1,6}	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros²	8,00	4,00	3,00	15,00
Número de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ³	N/A	3.074.646,29	N/A	3.074.646,29
Valor máximo previsto no plano de remuneração ⁴	N/A	9.223.938,87	N/A	9.223.938,87
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas ⁵	N/A	6.149.292,58	N/A	6.149.292,58
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos Resultados (em R\$)	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A

1 Os valores acima apresentados consideram todos os encargos incorridos pela Companhia.

2 O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

3 O valor mínimo previsto no plano de remuneração foi estimado considerando um cenário de alcance mínimo das metas individuais dos administradores.

4 O valor máximo previsto no plano de remuneração foi estimado considerando alcance de 125% das metas de resultados financeiros globais da Companhia pactuadas com o Conselho de Administração, as quais geram multiplicadores das metas individuais obtidas, conforme mencionado no item 13.1.c. Por este motivo, ressaltamos que o valor máximo do bônus poderá diferir do apresentado nesta seção, caso sejam atingidos resultados financeiros globais superiores aos considerados na estimativa.

5 O valor previsto no plano de remuneração foi estimado considerando alcance de 100% das metas de resultados financeiros globais da Companhia pactuadas com o Conselho de Administração.

6 Os valores previstos para o exercício de 2022 (de janeiro até dezembro) foram estimados com base nas informações atualmente disponíveis, estando sujeitos a alterações.

13.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

(a) Termos e condições gerais

Em 03 de novembro de 2006, os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as condições gerais do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), detalhadas a seguir.

Estabeleceu-se que poderão ser beneficiários do Plano os administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("Beneficiários"). Ainda, foi determinado que as opções outorgadas não excederão o percentual de 3,5% (três e meio por cento) do total de ações do capital da Companhia existentes na data de sua concessão, acrescidas das ações existentes caso todas as opções concedidas nos termos do Plano houvessem sido exercidas. Uma vez exercida a opção pelo Beneficiário, as ações correspondentes são objeto de emissão por meio de aumento de capital da Companhia. Também podem ser oferecidas opções de compra de ações existentes em tesouraria.

O Plano deve ser administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção deste, por um Comitê composto por 3 membros, sendo pelo menos um deles necessariamente membro (titular ou suplente) do Conselho de Administração. O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, terá amplos poderes, respeitados os termos do Plano e, no caso do Comitê, as diretrizes do Conselho de Administração da Companhia para a organização e administração do Plano e das outorgas de opções, podendo, inclusive, a qualquer tempo, (i) alterar ou extinguir o Plano; (ii) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos; (iii) prorrogar, mas nunca antecipar, o prazo final para o exercício das opções vigentes; e (iv) antecipar o prazo de carência para o exercício das opções vigentes.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, pode criar, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Programas"), onde serão definidos: (i) os beneficiários, (ii) o número total de ações da Companhia objeto de outorga; (iii) o preço de aquisição; (iv) o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida; (v) os prazos e as datas limite para o exercício da opção, bem como as datas em que os direitos decorrentes da opção expirarão, observadas as hipóteses previstas no Plano; (vi) eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção; e (vii) disposições sobre penalidades.

Quando outorgadas opções no âmbito do Plano, cada Beneficiário deve celebrar com a Companhia um Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, o qual contém as condições específicas e individuais de cada outorga, como a quantidade de ações que o Beneficiário tem direito de adquirir com o exercício da opção, o preço de exercício e o prazo no qual as opções podem ser exercidas.

Em 20 de março de 2019 foi aprovado o programa de 2019, que totaliza 390.000 ações (“Programa 2019 – Lote I”) divididas em três lotes de 20%, 35% e 45%. Em 24 de abril de 2019 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração um programa que totaliza 120.000 opções de compra de ações (“Programa 2019 – Lote II”), divididas em três lotes de 20%, 35% e 45%. Em 08 de agosto de 2019 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração um programa que totaliza 60.000 opções de compra de ações (“Programa 2019 – Plano III”), divididas em três lotes de 20%, 35% e 45%.

Em 04 de fevereiro de 2020 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração um novo programa que totaliza 60.000 opções de compra de ações (“Programa 2020 – Lote I”), divididas em três lotes de 20%, 35% e 45%. Em 28 de abril de 2020 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração um novo programa que totaliza 90.000 opções de compra de ações (“Programa 2020 – Lote II”), divididas em três lotes de 20%, 35% e 45%. Em 09 de junho de 2020 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração um novo programa que totaliza 612.000 opções de compra de ações (“Programa 2020 – Lote III”), divididas em três lotes de 20%, 35% e 45%. Em 17 de dezembro de 2020 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração um novo programa que totaliza 160.000 opções de compra de ações (“Programa 2020 – Lote IV”), divididas em três lotes de 20%, 35% e 45%.

Em 21 de janeiro de 2021 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração um novo programa que totaliza 70.000 opções de compra de ações (“Programa 2021 – Lote I”), divididas em três lotes de 20%, 35% e 45%. Em 31 de maio de 2021 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração um novo programa que totaliza 280.000 opções de compra de ações (“Programa 2021 – Lote III”), divididas em três lotes de 20%, 35% e 45%.

Em consonância com a estratégia da Companhia, participaram dos referidos programas os diretores estatutários, diretores não estatutários, gerentes e alguns colaboradores cuja retenção no longo prazo a Administração entendesse relevante para a Companhia. A Companhia concedeu a estes Beneficiários a opção de compra de uma quantidade pré-determinada de ações ordinárias de sua emissão.

Conforme descrito acima, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha os Programas 2019, 2020 e 2021 em aberto. Entretanto, o Conselho de Administração poderá aprovar novas outorgas de opções de compra de ações, de acordo com as condições gerais aprovadas pela assembleia geral de acionistas e descritas neste item 13.4.

(b) Principais objetivos do plano

Os principais objetivos do plano são estimular a expansão, o êxito, e a consecução dos objetivos da Companhia e dos interesses de seus acionistas, permitindo aos seus administradores e outros colaboradores adquirir ações da Companhia em condições diferenciadas, incentivando desta forma o maior vínculo dos mesmos à organização.

Adicionalmente, este tipo de benefício constitui uma das ferramentas de retenção de talentos no longo prazo, pois oferece a tais executivos a oportunidade de se tornarem futuros acionistas da Companhia, nos termos e condições previstos no plano.

(c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

Considerando que a maior parte das opções fica disponível para exercício no longo prazo, devido ao fracionamento do benefício em tranches anuais, os Beneficiários são estimulados a manterem-se na Companhia, direcionando seus melhores esforços no alcance das metas empresariais.

(d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

A Companhia possui uma política de valorização do mérito de seus administradores e colaboradores, com base no cumprimento de metas operacionais e financeiras, bem como na excelência do desempenho individual, sendo que os planos de remuneração baseados em ações implementados constituem um instrumento motivador para o alcance desses benefícios.

(e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo.

A Companhia busca estimular a melhoria de sua gestão e a permanência de seus administradores, visando ganhos por meio do comprometimento com os resultados de longo prazo e do desempenho de curto prazo. Adicionalmente, o Plano visa à manutenção e obtenção de serviços de executivos de alto nível, oferecendo aos mesmos, como vantagem adicional, tornarem-se acionistas da Companhia em condições diferenciadas, conforme os termos e condições previstos no Plano, sendo que a quantidade de opções outorgadas a cada Beneficiário é determinada conforme seu cargo, responsabilidades e reputação na organização.

(f) Número máximo de ações abrangidas

Conforme definido em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2015, o número máximo de opções a serem outorgadas não deverá exceder o percentual de 3,5% (três e meio por cento) do total de ações do capital da Companhia existentes na data de sua concessão, já acrescidas das ações existentes caso todas as opções, concedidas nos termos do Plano, houvessem sido exercidas.

(g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção outorgada no âmbito do Plano dá ao Beneficiário o direito de aquisição de uma ação de emissão da Companhia. A quantidade de opções a serem outorgadas está atrelada ao limite de diluição descrito no item “f” acima. Na data deste Formulário de Referência, esta quantia corresponde a 4.963.000 opções.

(h) Condições de aquisição de ações

Conforme o disposto no Plano e no item 13.4 (a) acima, as condições de aquisição das ações objeto das opções outorgadas no âmbito do Plano deverão ser determinadas pelo Conselho de Administração nos Programas a serem criados periodicamente e nos Contratos de Outorga, a serem celebrados com os Beneficiários, tais como os Beneficiários a serem contemplados, o número total de ações da Companhia objeto da outorga, o preço de aquisição, o prazo inicial de carência e de exercício das opções, dentre outras condições.

(i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de aquisição das ações decorrentes do exercício da opção deve ser pago à vista no ato da subscrição ou compra das referidas ações e será determinado pelo Conselho de Administração nos Programas a serem criados periodicamente.

Segundo o estabelecido no Plano, o preço de aquisição das ações deverá ser calculado com base no valor médio das ações de emissão da Companhia dos últimos 30 (trinta) pregões em que foram negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, anteriores à data da concessão da opção, podendo ser acrescido, a critério do Conselho de Administração, de correção monetária com base na variação de um índice de preços a ser determinado em cada Programa (“Preço de Exercício”).

Ainda o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, quando do lançamento dos Programas, conceder aos Beneficiários um desconto de até 10% (dez por cento) sob o Preço de Exercício.

(j) Critérios para fixação do prazo de exercício

Conforme previsto no Plano, o prazo de exercício deverá ser determinado pelo Conselho de Administração na criação dos Programas e na celebração do Contrato de Outorga.

(k) Forma de liquidação

Conforme previsto no Plano, a forma de liquidação das opções outorgada no âmbito do Plano deverá ser determinada pelo Conselho de Administração na criação dos Programas e na celebração do Contrato de Outorga.

(l) Restrições à transferência das ações

Os direitos e obrigações decorrentes do Plano não podem ser cedidos ou transferidos, no todo ou em parte, por qualquer das partes, nem dado como garantia em obrigações, sem a prévia anuência escrita da Companhia.

Ainda, conforme descrito no Plano, a Companhia tem direito de preferência na aquisição das ações adquiridas pelo Beneficiário no âmbito do Plano. Sendo inclusive considerada “ações” para efeitos do direito de preferência da Companhia, as ações que venham a ser adquiridas pelo Beneficiário em

virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição, ou valores mobiliários que deem direito à subscrição ou aquisição de ações, desde que tais ações ou valores mobiliários tenham decorrido para o Beneficiário da propriedade das ações objeto do Plano.

Vale destacar também que todos os Beneficiários do Plano deverão ser signatários de um Termo de Compromisso de adesão à Política de Atos ou Fatos Relevantes e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Positivo Tecnologia S.A., aprovada em Reunião do Conselho de Administração, em 20 de novembro de 2006, e alterada em Reunião do Conselho de Administração, em 07 de abril de 2009, no qual declaram ter integral conhecimento das disposições constantes de tal documento, obrigando-se a pautar suas ações sempre em conformidade com tais regras.

Essa política prevê o impedimento do exercício de opções, bem como da compra ou venda de ações de emissão da Companhia sempre quando seus signatários estiverem de posse de informação relevante ainda não divulgada ao mercado. Adicionalmente, tais signatários ficam obrigados a abster-se de exercer opções e de comprar ou vender ações de emissão da Companhia durante os “períodos de bloqueio”, quando comunicados pela Diretoria de Relações com Investidores, conforme previsto na referida política. A Companhia pratica seu “período de bloqueio” no período de quinze dias antecedentes à divulgação ou publicação de suas Informações Trimestrais (ITR) e demonstrações financeiras padronizadas anuais (DFP), sendo que essa mesma regra é aplicável caso a Companhia opte por divulgar dados operacionais e financeiros preliminares anteriormente à divulgação dos resultados auditados. Adicionalmente, a Diretoria de Relações com Investidores pode determinar outros “períodos de bloqueio” a qualquer tempo, caso entenda necessário, mas sempre informando os Beneficiários do Plano.

(m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo, alterar ou extinguir os Programas, estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos, prorrogar o prazo final para o exercício das opções vigentes e antecipar o prazo de carência para o exercício das opções vigentes.

Se as ações existentes da Companhia forem aumentadas ou diminuídas em número, como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, serão feitos ajustamentos apropriados no número de ações objeto de outorga de opções não exercidas. Quaisquer ajustamentos nas opções serão feitos sem mudança no valor de comprado total aplicável à parcela não exercida da opção, mas com ajustamento correspondente ao preço de exercício.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente, o Plano terminará e qualquer opção até então concedida extinguir-se-á, a não ser que, em conexão com tal operação e quando cabível: (i) o Conselho

de Administração aprove a antecipação do prazo final para o exercício da opção dos Programas em vigência; ou (ii) estabeleça-se por escrito a permanência do Plano e a assunção das opções até então concedidas com a substituição de tais opções por novas opções, desde que a Companhia sucessora ou sua afiliada ou subsidiária assuma os devidos ajustes no número e preço de ações, caso em que o Plano continuará na forma então prevista.

(n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

- Destituição, Demissão ou Desligamento Voluntário. No caso de desligamento voluntário, destituição, demissão ou término do contrato de prestação de serviços do Beneficiário, caducará automaticamente, sem indenização, a opção não exercida, tendo ou não decorrido os prazos de carência das respectivas opções que lhes foram outorgadas.
- Aposentadoria. Na hipótese de aposentadoria do Beneficiário, a opção cujo prazo de carência ainda não tenha decorrido caducará sem indenização. A opção cujo prazo de carência já tenha decorrido poderá, desde que o Beneficiário não passe a exercer qualquer função em outra Companhia, ser exercida no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do evento que originar o término do mandato ou contrato de trabalho, ou até o término do prazo para o exercício da opção, se restar prazo inferior a 60 (sessenta) dias.
- Falecimento ou Invalidez Permanente do Beneficiário. Se o Beneficiário falecer ou tornar-se permanentemente inválido para o exercício de sua função na Companhia, os direitos decorrentes da opção estender-se-ão a seus herdeiros e sucessores. Neste caso, a opção poderá ser exercida por um período de 90 (noventa), dias a contar da data do óbito ou invalidez permanente, independentemente do decurso do prazo de carência. A opção poderá ser exercida no todo ou em parte, com pagamento à vista, partilhando-se entre os herdeiros ou sucessores o direito às ações, na forma de disposição testamentária ou conforme estabelecido no inventário respectivo.

13.5 - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Em 24 de abril de 2019, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o Programa de Opção de Compra de Ações de 2019 (Lote II). Foram reconhecidas despesas relativas ao Programa de 2019 (Lote II) no valor de R\$ 28 mil no exercício fiscal de 2019, de R\$ 42 mil no exercício de 2020 e de R\$ 29 mil em 2021. Em 08 de agosto de 2019, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o Programa de Opção de Compra de Ações de 2019 (Lote III). Foram reconhecidas despesas relativas ao Programa de 2019 (Lote III) no valor de R\$ 28 mil no exercício fiscal de 2019, de R\$ 42 mil no exercício de 2020 e R\$ 46 mil em 2021.

Em 04 de fevereiro de 2020, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o Programa de Opção de Compra de Ações de 2020 (Lote I). Foram reconhecidas despesas relativas ao Programa de 2020 (Lote I) no valor de R\$ 48 mil no exercício fiscal de 2020 e R\$ 53 mil em 2021. Em 28 de abril 2020, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o Programa de Opção de Compra de Ações de 2020 (Lote II). Foram reconhecidas despesas relativas ao Programa de 2020 (Lote II) no valor de R\$ 80 mil no exercício fiscal de 2020 e R\$ 119 mil em 2021. Em 09 de junho 2020, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o Programa de Opção de Compra de Ações de 2020 (Lote III). Foram reconhecidas despesas relativas ao Programa de 2020 (Lote III) no valor de R\$ 71 mil no exercício fiscal de 2020 e R\$ 569 mil em 2021. Em 17 de dezembro 2020, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o Programa de Opção de Compra de Ações de 2020 (Lote IV). Foram reconhecidas despesas relativas ao Programa de 2020 (Lote IV) no valor de R\$ 112 mil no exercício fiscal de 2021.

Em 21 de janeiro de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o Programa de Opção de Compra de Ações de 2021 (Lote I). Foram reconhecidas despesas relativas ao Programa de 2020 (Lote I) no valor de R\$ 23 mil no exercício fiscal de 2021. Em 31 de maio de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o Programa de Opção de Compra de Ações de 2021 (Lote II). Foram reconhecidas despesas relativas ao Programa de 2020 (Lote II) no valor de R\$ 23 mil no exercício fiscal de 2021.

Remuneração baseada em ações ("Programa 2019 II")

Remuneração baseada em ações("Programa 2019")	Encerramento 2019	Encerramento 2020	Encerramento 2021	Previsão 2022
Nº total de membros	N/A	N/A	N/A	5
Nº de membros remunerados	N/A	N/A	N/A	1
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A	3,21

(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Diluição potencial (exercício de todas as opções outorgadas)	N/A	N/A	N/A	0,09%

Remuneração baseada em ações ("Programa 2020 I")

Remuneração baseada em ações("Programa 2020 I")	Encerramento 2019	Encerramento 2020	Encerramento 2021	Previsão 2022
Nº total de membros	N/A	N/A	5	5
Nº de membros remunerados	N/A	N/A	1	1
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A	13,59
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Diluição potencial (exercício de todas as opções outorgadas)	N/A	N/A	N/A	0,01%

Remuneração baseada em ações ("Programa 2020 II")

Remuneração baseada em ações("Programa 2020 II")	Encerramento 2019	Encerramento 2020	Encerramento 2021	Previsão 2022
Nº total de membros	N/A	N/A	5	5
Nº de membros remunerados	N/A	N/A	1	1
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A	4,27
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Diluição potencial (exercício de todas as opções outorgadas)	N/A	N/A	N/A	0,01%

Remuneração baseada em ações ("Programa 2020 III")

Remuneração baseada em ações("Programa 2020 III")	Encerramento 2019	Encerramento 2020	Encerramento 2021	Previsão 2022
Nº total de membros	N/A	N/A	5	5
Nº de membros remunerados	N/A	N/A	1	1
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A	5,28
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Diluição potencial (exercício de todas as opções outorgadas)	N/A	N/A	N/A	0,08%

Remuneração baseada em ações ("Programa 2020 IV")

Remuneração baseada em ações("Programa 2020 IV")	Encerramento 2019	Encerramento 2020	Encerramento 2021	Previsão 2022
Nº total de membros	N/A	N/A	5	5
Nº de membros remunerados	N/A	N/A	1	1
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A	5,76
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Diluição potencial (exercício de todas as opções outorgadas)	N/A	N/A	N/A	0,02%

Informações sobre cada outorga reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e do exercício socialcorrente:

Programa 2019 II (ano 2019):

2019 II	Plano 2019 – Conselho Administrativo
Outorga de opções de compras de ações	
Data de outorga	24/04/2019
Quantidade de opções outorgadas	120.00

Prazo para que as opções se tornem exercíveis	24.000 (lote 1) por um ano a partir de 31/12/20; 42.000 (lote 2) por um ano a partir de 31/12/21; 54.000 (lote 3) por um ano a partir de 31/12/22.
Prazo máximo para exercício das opções	Dentro de um ano a partir da data em que se tornarem exercíveis
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 274.800

Programa 2019 III (ano 2019):

2019 III	Plano 2019 – Conselho Administrativo
Outorga de opções de compras de ações	
Data de outorga	02/08/2019
Quantidade de opções outorgadas	60.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	12.000 (lote 1) por um ano a partir de 31/12/20; 21.000 (lote 2) por um ano a partir de 31/12/21; 27.000 (lote 3) por um ano a partir de 31/12/22.
Prazo máximo para exercício das opções	Dentro de um ano a partir da data em que se tornarem exercíveis
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 155.520

Programa 2020 I (ano 2020):

2020 I	Plano 2020 – Conselho Administrativo
Outorga de opções de compras de ações	
Data de outorga	04/02/2020
Quantidade de opções outorgadas	60.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	12.000 (lote 1) por um ano a partir de 31/12/21; 21.000 (lote 2) por um ano a partir de 31/12/22; 27.000 (lote 3) por um ano a partir de 31/12/23.
Prazo máximo para exercício das opções	Dentro de um ano a partir da data em que se tornarem exercíveis
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 575.900

Programa 2020 II (ano 2020):

2020 II	Plano 2020 – Conselho Administrativo
Outorga de opções de compras de ações	
Data de outorga	28/04/2020
Quantidade de opções outorgadas	90.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	18.000 (lote 1) por um ano a partir de 31/12/21; 31.500 (lote 2) por um ano a partir de 31/12/22; 40.500 (lote 3) por um ano a partir de 31/12/23.
Prazo máximo para exercício das opções	Dentro de um ano a partir da data em que se tornarem exercíveis
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 295.620

Programa 2020 III (ano 2020):

2020 III	Plano 2020 – Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	
Data de outorga	26/06/2020
Quantidade de opções outorgadas	612.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	122.400 (lote 1) por um ano a partir de 31/12/21; 214.200 (lote 2) por um ano a partir de 31/12/22; 275.400 (lote 3) por um ano a partir de 31/12/23.
Prazo máximo para exercício das opções	Dentro de um ano a partir da data em que se tornarem exercíveis
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 2.253.018

Programa 2020 IV (ano 2020):

2020 IV	Plano 2020 – Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	
Data de outorga	28/12/2020
Quantidade de opções outorgadas	160.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	32.000 (lote 1) por um ano a partir de 31/12/21; 56.000 (lote 2) por um ano a partir de 31/12/22; 72.000 (lote 3) por um ano a partir de 31/12/23.
Prazo máximo para exercício das opções	Dentro de um ano a partir da data em que se tornarem exercíveis

Prazo de restrição à transferência das ações	Não há
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 806.933

Programa 2021 I (ano 2021):

2021 I	Plano 2021 – Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	
Data de outorga	21/01/2021
Quantidade de opções outorgadas	70.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	14.000 (lote 1) por um ano a partir de 31/12/22; 24.500 (lote 2) por um ano a partir de 31/12/23; 31.500 (lote 3) por um ano a partir de 31/12/24.
Prazo máximo para exercício das opções	Dentro de um ano a partir da data em que se tornarem exercíveis
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 341.965

Programa 2021 II (ano 2021):

2020	Plano 2021 – Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	
Data de outorga	17/05/2021
Quantidade de opções outorgadas	280.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	56.000 (lote 1) por um ano a partir de 31/12/22; 98.000 (lote 2) por um ano a partir de 31/12/23; 126.000 (lote 3) por um ano a partir de 31/12/24.
Prazo máximo para exercício das opções	Dentro de um ano a partir da data em que se tornarem exercíveis
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 2.962.400

Embora o Conselho de Administração possa vir a aprovar novas outorgas de opções de compra de ações, até a data desta Proposta da Administração não houve a outorga de novas opções além daquelas relativas aos Planos de Opções de Compra de Ações descritos anteriormente. As opções em aberto exercíveis em 2021 e no ano seguinte estão detalhadas no item 13.6 a seguir.

13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Plano 2019 – Lote II - Lançado em 24/09/2019			
Em 31 de dezembro de 2021	Diretoria Estatutária		
	Lote 1	Lote 2	Lote 3
Nº total de membros	4	5	5
Nº de membros remunerados	0	0	0
Em relação às opções ainda não exercíveis			
Quantidade	N/A	42.000	54.000
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	31/12/2021	31/12/2022
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	2 anos	1 ano
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	2,29	2,29
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	0,95	0,97
Em relação às opções exercíveis			
Quantidade	24.000	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	31/12/2020	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	3 anos	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	2,29	N/A	N/A
Valor justo total das opções no último dia do exercício social	0,95	N/A	N/A

Plano 2019 – Lote III - Lançado em 02/08/2019			
Em 31 de dezembro de 2021	Diretoria Estatutária		
	Lote 1	Lote 2	Lote 3
Nº total de membros	4	5	5
Nº de membros remunerados	0	0	0
Em relação às opções ainda não exercíveis			
Quantidade	N/A	21.000	27.000
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	31/12/2021	31/12/2022
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	2 anos	1 ano
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A

Preço médio ponderado de exercício	N/A	2,52	2,52
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	2,66	2,88
Em relação às opções exercíveis			
Quantidade	12.000	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	31/12/2020	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	3 anos	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
Valor justo total das opções no último dia do exercício social	2,29	N/A	N/A

Plano 2020 – Lote I - Lançado em 04/02/2020			
Em 31 de dezembro de 2021	Diretoria Estatutária		
	Lote 1	Lote 2	Lote 3
Nº total de membros	5	5	5
Nº de membros remunerados	0	0	0
Em relação às opções ainda não exercíveis			
Quantidade	12.000	21.000	27.000
Data em que se tornarão exercíveis	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
Prazo máximo para exercício das opções	3 anos	2 anos	1 ano
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	9,60	9,60	9,60
Valor justo das opções no último dia do exercício social	1,92	2,61	3,17
Em relação às opções exercíveis			
Quantidade	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
Valor justo total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A

Plano 2020 – Lote II - Lançado em 28/04/2020			
Em 31 de dezembro de 2021	Diretoria Estatutária		
	Lote 1	Lote 2	Lote 3
Nº total de membros	5	5	5
Nº de membros remunerados	0	0	0
Em relação às opções ainda não exercíveis			
Quantidade	18.000	31.500	40.500
Data em que se tornarão exercíveis	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
Prazo máximo para exercício das opções	3 anos	2 anos	1 ano
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	3,28	3,28	3,28
Valor justo das opções no último dia do exercício social	3,12	3,59	3,90
Em relação às opções exercíveis			
Quantidade	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
Valor justo total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A

Plano 2020 – Lote III - Lançado em 26/06/2020			
Em 31 de dezembro de 2021	Diretoria Estatutária		
	Lote 1	Lote 2	Lote 3
Nº total de membros	5	5	5
Nº de membros remunerados	2	2	2
Em relação às opções ainda não exercíveis			
Quantidade	122.400	214.200	275.400
Data em que se tornarão exercíveis	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2022
Prazo máximo para exercício das opções	3 anos	2 anos	1 ano
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	5,44	5,44	5,44
Valor justo das opções no último dia do exercício social	1,10	1,50	1,81
Em relação às opções exercíveis			

Quantidade	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
Valor justo total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A

Plano 2020 – Lote IV - Lançado em 28/12/2020			
Em 31 de dezembro de 2021	Diretoria Estatutária		
	Lote 1	Lote 2	Lote 3
Nº total de membros	5	5	5
Nº de membros remunerados	0	0	0
Em relação às opções ainda não exercíveis			
Quantidade	32.000	56.000	72.000
Data em que se tornarão exercíveis	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2022
Prazo máximo para exercício das opções	3 anos	2 anos	1 ano
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	5,06	5,06	5,06
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0,96	1,38	1,71
Em relação às opções exercíveis			
Quantidade	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
Valor justo total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A

Plano 2021 – Lote I - Lançado em 21/01/2021			
Em 31 de dezembro de 2021	Diretoria Estatutária		
	Lote 1	Lote 2	Lote 3
Nº total de membros	5	5	5
Nº de membros remunerados	0	0	0

Em relação às opções ainda não exercíveis			
Quantidade	14.000	24.500	31.500
Data em que se tornarão exercíveis	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024
Prazo máximo para exercício das opções	3 anos	2 anos	1 ano
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	4,89	4,89	4,89
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0,74	1,07	1,25
Em relação às opções exercíveis			
Quantidade	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
Valor justo total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A

Plano 2021 – Lote II - Lançado em 17/05/2021			
Em 31 de dezembro de 2021	Diretoria Estatutária		
	Lote 1	Lote 2	Lote 3
Nº total de membros	5	5	5
Nº de membros remunerados	1	1	1
Em relação às opções ainda não exercíveis			
Quantidade	56.000	98.000	126.000
Data em que se tornarão exercíveis	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024
Prazo máximo para exercício das opções	3 anos	2 anos	1 ano
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	4,89	4,89	4,89
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0,74	1,07	1,25
Em relação às opções exercíveis			
Quantidade	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A

Valor justo total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
--	-----	-----	-----

13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Programa 2017 – Exercício 2021

	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5
Nº de membros remunerados	1
Número de ações	180.200
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 4,93
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 5,96
Número de ações entregues	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A

Programa de 2018 I – Exercício 2019

	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5
Nº de membros remunerados	1
Opções exercidas	
Número de ações	145.575
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 5,59
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 5,30
Ações entregues	
Número de ações entregues	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A

Diferença entre o valor de aquisição e o valor demercado das ações adquiridas	N/A
---	-----

13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando:

a) Modelo de precificação

O valor de mercado das opções outorgadas é estimado utilizando o modelo Black-Scholes de precificação de opções. As premissas utilizadas na contabilização dos Programas devem ser: (i) volatilidade calculada com base nas observações históricas do preço do ativo no prazo de dois anos anteriores à data de outorga; (ii) sem expectativa de distribuição de dividendos sobre as ações; (iii) taxa de juros livre de risco de mercado para o prazo da opção no momento da outorga; e (iv) prazo de vida correspondente a cada uma das opções, conforme as condições determinadas nos Programas a serem criados.

b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e taxa de juros livre de risco

Vide item 13.8(a).

c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Vide item 13.8(a).

d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Vide item 13.8(a).

e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não há outras características incorporadas na mensuração do valor justo das opções de compra de ações.

13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Apresentamos, a seguir, as participações direta e indiretamente detidas por membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal na Companhia e em suas controladas em 31 de dezembro de 2021.

Exercício encerrado em 31/12/2021				
Positivo Tecnologia S.A.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Quantidade de ações	11.884.786,00	15.418.919,00	0	27.303.705,00
Percentual do capital social	8,38%	10,87%	0%	19,26%

1 Os números referentes ao membro do Conselho de Administração que também compõe a Diretoria Estatutária estão 100% refletidos na coluna da Diretoria Estatutária.

Exercício encerrado em 31/12/2021				
Positivo Smart Tecnologia Ltda.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Quantidade de ações	0	1	0	1
Percentual do capital social	0	0,00001%	0%	0,00001%

Exercício encerrado em 31/12/2021				
Portal Mundo Positivo Ltda.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Quantidade de ações	0	1	0	1
Percentual do capital social	0	0,00001%	0%	0,00001%

Exercício encerrado em 31/12/2021				
Boreo Indústria de Componentes Ltda.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Quantidade de ações	0	1	0	1
Percentual do capital social	0	0,00001%	0%	0,00001%

Exercício encerrado em 31/12/2021				
Positivo Distrib. de Equip. de Informática Ltda.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Quantidade de ações	0	0	0	0
Percentual do capital social	0%	0%	0%	0%

13.10 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de Membros	8,00	5,00
Nome do Plano	N/A	BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA - Plano de Previdência Corporate PGBL (Instituidora PositivoTecnologia S/A)
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	0
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	1) Ter idade mínima de 50 anos; 2) Ter, no mínimo, 5 anos de tempo de contribuição ao plano; 3) Ter se desligado da Instituidora.
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 247.959,80
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 9.544,50
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	Não há possibilidade de resgate antecipado das contribuições mensais feitas pela instituidora, à exceção dos aportes anuais feitos por liberalidade da empresa. O Resgate das contribuições mensais feitos pela Instituidora somente pode ser realizado com a perda do vínculo empregatício, e na seguinte proporção: Até 24 meses na Instituidora - 0% De 25 a 48 meses na Instituidora - 30% De 49 a 72 meses na Instituidora - 50% De 73 a 96 meses na Instituidora - 80% Acima de 97 meses na Instituidora - 100%

13.11 - Indicação dos itens da tabela abaixo, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	5	7	4,33	7	4,17	7	3	3	3
Nº de membros remunerados	5	7	4,33	7	4,17	7	3	3	3
Valor da maior remuneração(Reais)	1.418.582,66	1.235.908,08	1.456.868,09	637.315,22	524.215,86	591.324,93	125.183,76	96.343,70	106.461,83
Valor da menor remuneração(Reais)	986.182,86	896.289,70	781.414,50	228.740,68	190.866,98	197.234,45	124.558,56	53.684,02	106.461,83
Valor médio da remuneração(Reais)	1.272.781,37	1.094.378,43	1.076.479,03	259.247,88	240.614,03	276.336,86	124.871,16	68.436,51	106.461,83

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2021	¹Os valores acima apresentados consideram INSS e demais encargos incorridos pela Companhia. Ressalta-se que tais encargos foram devidamente pagos pela Companhia, conforme destacado nas tabelas do item 13.2. ²Exclui a remuneração dos membros da Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal que atuaram por menos de 12 meses no exercício de 2021, conforme especificado no Ofício Circular CVM / SEP Nº 02/2018. ³Calculado com base na média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme especificado no Ofício Circular CVM / SEP Nº 02/2016. ⁴Cálculo proporcional ao tempo de exercício do cargo referente a maior remuneração.

Conselho de Administração	
31/12/2021	¹Os valores acima apresentados consideram INSS e demais encargos incorridos pela Companhia. Ressalta-se que tais encargos foram devidamente pagos pela Companhia, conforme destacado nas tabelas do item 13.2. ²Exclui a remuneração dos membros da Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal que atuaram por menos de 12 meses no exercício de 2021, conforme especificado no Ofício Circular CVM / SEP Nº 02/2018. ³Calculado com base na média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme especificado no Ofício Circular CVM / SEP Nº 02/2016. ⁴Cálculo proporcional ao tempo de exercício do cargo referente a maior remuneração.

Conselho Fiscal	
31/12/2021	¹Os valores acima apresentados consideram INSS e demais encargos incorridos pela Companhia. Ressalta-se que tais encargos foram devidamente pagos pela Companhia, conforme destacado nas tabelas do item 13.2. ²Exclui a remuneração dos membros da Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal que atuaram por menos de 12 meses no exercício de 2021, conforme especificado no Ofício Circular CVM / SEP Nº 02/2018. ³Calculado com base na média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme especificado no Ofício Circular CVM / SEP Nº 02/2016. ⁴Cálculo proporcional ao tempo de exercício do cargo referente a maior remuneração.

13.12 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou deaposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	2019	2020	2021
Conselho de Administração	56,29%	49,79%	40,16%
Diretoria Estatutária	18,39%	20,68%	34,00%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%

13.14 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

A Companhia não registrou, nos 3 últimos exercícios sociais, valores reconhecidos em seu resultado como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não foram registrados, nos últimos 3 exercícios sociais, valores reconhecidos no resultado de controladores, em sociedades sob controle comum e em controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Positivo Tecnologia, conforme informações fornecidas pelos administradores da Companhia.

13.16 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes, uma vez que a Companhia acredita que todos os itens relevantes foram devidamente citados nos itens anteriores desta seção.

ANEXO IV

Informações Indicadas nos Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência

12.5 - Composição e Informações sobre os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal a serem eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2022.

A Companhia vem, por meio deste documento, fornecer aos seus Acionistas as informações indicadas no item 12.5 do formulário de referência, conforme aplicável, relativamente aos candidatos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Companhia.

Propõe-se que o Conselho Fiscal seja composto por 3 (três) membros efetivos, e 3 (três) membros suplentes, tendo os membros do Colegiado o mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária em que se deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, conforme segue:

a) Nome	b) Data de nascimento	c) Profissão	d) CPF ou passaporte	e) Cargo	f) Data de eleição	g) Data da posse	h) Prazo de mandato	i) Outros cargos	j) Eleito pelo controlador	k) É membro independente?	l) Mandatos consecutivos
Alexandre Silveira Dias	18/09/1971	Engenheiro	158.558.418-55	Presidente do Conselho de Administração	29/04/22	29/04/22	1 ano	N/A	Sim	Sim	3
Hélio Bruck Rotenberg	20/07/1961	Engenheiro	428.804.249-68	Membro do Conselho de Administração	29/04/22	29/04/22	1 ano	Diretor Presidente	Sim	Não	15
Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima	17/01/1963	Administradora	125.978.208-01	Membro do Conselho de Administração	29/04/22	29/04/22	1 ano	N/A	Sim	Sim	1
Samuel Ferrari Lago	31/10/1966	Administrador	599.964.209-49	Membro do Conselho de Administração	29/04/22	29/04/22	1 ano	N/A	Sim	Não	14
Giem Raduy Guimarães	12/12/1969	Empresário	755.250.039-53	Membro do Conselho de Administração	29/04/22	29/04/22	1 ano	N/A	Sim	Não	6

a) Nome	b) Data de nascimento	c) Profissão	d) CPF ou passaporte	e) Cargo	f) Data de eleição	g) Data da posse	h) Prazo de mandato	i) Outros cargos	j) Eleito pelo controlador	k) É membro independente?	l) Mandatos consecutivos
Rodrigo Cesar Formighieri	14/09/1981	Administrador	033.949.989-39	Membro do Conselho de Administração	29/04/22	29/04/22	1 ano	N/A	Sim	Não	3
Rafael Moia Vargas	20/07/1989	Engenheiro	005.164.139-96	Membro do Conselho de Administração	29/04/22	29/04/22	1 ano	N/A	Sim	Não	2
Marcel Martin Malczewski	08/12/1964	Engenheiro	445.212.009-15	Membro do Conselho de Administração	29/04/22	29/04/22	1 ano	N/A	Sim	Sim	1
Gustavo Kehl Jobim	09/07/1965	Administrador	075.913.208- 90	Membro do Conselho de Administração	29/04/22	29/04/22	1 ano	N/A	Sim	Sim	1
Irineu Homan	14/11/1971	Contador	834.263.889-87	Conselheiro Fiscal Titular	29/04/22	29/04/22	1 ano	N/A	Sim	N/A	4
Paulo Sérgio da Silva	08/05/1968	Contador	672.690.529-72	Conselheiro Fiscal Suplente	29/04/22	29/04/22	1 ano	N/A	Sim	N/A	4
Lincon Lopes Ferraz	17/07/1983	Economista	318.897.678-08	Conselheiro Fiscal Titular	29/04/22	29/04/22	1 ano	N/A	Sim	N/A	2
Carlos Tortelli	10/09/1959	Contador e Advogado	274.296.100-30	Conselheiro Fiscal Suplente	29/04/22	29/04/22	1 ano	N/A	Sim	N/A	4
Michelle Squeff	27/11/1978	Advogada	393.791.320-34	Conselheiro Fiscal Titular	29/04/22	29/04/22	1 ano	N/A	Não	N/A	0
Marco Antonio Mayer Foletto	24/03/1970	Contador	480.083.380-91	Conselheiro Fiscal Suplente	29/04/22	29/04/22	1 ano	N/A	Não	N/A	0
Júlio César Vezzaro	07/12/1978	Bancário	026.058.029-57	Conselheiro Fiscal Titular	29/04/22	29/04/22	1 ano	N/A	Não	N/A	0
Marcelo Gusmão Arnosti	29/06/1974	Bancário	246.316.198-13	Conselheiro Fiscal Suplente	29/04/22	29/04/22	1 ano	N/A	Não	N/A	0

(a) Currículos

Conselheiros de Administração

Alexandre Silveira Dias - 158.558.418-55

O Sr. Alexandre Silveira Dias, engenheiro civil graduado pela Universidade Estadual de Campinas e com MBA pela UCLA, além de ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, atuou nas seguintes funções nos últimos 5 anos: (i) Sócio e membro do Comitê de Investimentos da Victoria Capital Partners, sociedade de investimentos independente especializada em investimentos de private equity na América do Sul; (ii) Presidente do Conselho de Administração da Elemídia S.A., veículo de comunicação estratégico do segmento de mídia exterior do portfólio da Victoria Capital Partners; (iii) membro independente do Conselho de Administração da Qualicorp S.A. (organização do terceiro setor), grupo empresarial com foco na comercialização e administração de planos de saúde coletivos e serviços em saúde; (iv) Presidente do Conselho de Administração da Damásio Educacional, grupo de ensino que oferece cursos de graduação, pós graduação e preparatórios para exames; e (v) Diretor Presidente na Anhanguera Educacional S.A. (organização do terceiro setor), grupo de ensino que oferece cursos de graduação, pós-graduação, técnicos e de extensão em diversas áreas. Adicionalmente, trabalhou como consultor na McKinsey & Company, empresa de consultoria empresarial americana e Google no Brasil. O critério de determinação da independência dos membros do Conselho de Administração é o do Regulamento do Novo Mercado.

Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.

Hélio Bruck Rotenberg - 428.804.249-68

O Sr. Helio Bruck Rotenberg, formado em engenharia civil pela Universidade Federal do Paraná e mestre em ciência da computação pela PUC-RJ, além de ocupar os cargos de membro do Conselho de Administração e de Diretor Presidente da Companhia, foi um dos fundadores da Companhia e atuou como Diretor Presidente de todo o Grupo Positivo, incluindo Editora Positivo Ltda., Editora Piá Ltda., Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda., Positivo Administradora de Bens Ltda., Sociedade Educacional Positivo Ltda. e Gráfica e Editora Posigraf S.A. e Positivo Educacional Ltda.

Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.

Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima - 125.979.208-01

A Sra. Adriana Muratore é administradora formada pela EASP-Fundação Getúlio Vargas, com MBA pela FIA/USP e Vanderbilt University, AMP por INSEAD. Atuou nas seguintes organizações nos últimos anos: sócia da Actavox Consultoria, Vice-Presidente Senior das áreas comercial, marketing e reabastecimento do Walmart Brasil, CMO do Carrefour Brasil, CMO da Parmalat Brasil, Diretora da Hypermarcas, Diretora Unilever Brasil em diversas áreas como marketing Brasil e global, comercial, sustentabilidade, entre outros. O critério de determinação da independência dos membros do Conselho de Administração é o do Regulamento do Novo Mercado.

Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.

Samuel Ferrari Lago – 599.964.209-49

O Sr. Samuel Ferrari Lago, formado em administração de empresas pela Faculdade Positivo, além de ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração, atuou como Diretor nas seguintes sociedades que atuam na gestão e participação societária em outras empresas: (i) LP Investimentos S.A.; e (ii) SSTP Investimentos Ltda. Atuou também na gerência administrativa, financeira e de compras no grupo Positivo.

Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.

Giem Raduy Guimarães - 755.250.039-53

O Sr. Giem Raduy Guimarães, formado em administração de empresas, pós graduado em marketing pela Universidade de Berkeley, mestre em administração pela Universidade Positivo, em International Business Law pela Universidade de Viena e doutorando em administração pela Universidade de Economia e Negócios de Viena, além de possuir além de ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, atuou nas seguintes funções nos últimos 5 anos: (i) membro do Conselho de Administração de empresas do Grupo Positivo, incluindo Editora Positivo Ltda., Editora Piá Ltda., Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda., Positivo Administradora de Bens Ltda., Sociedade Educacional Positivo Ltda. e Gráfica e Positivo Educacional Ltda.; e (ii) Presidente da Editora Posigraf S.A., empresa do Grupo Positivo que atua no mercado de impressão, acabamento e distribuição de impressos editoriais e promocionais.

Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da

CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.

Rodrigo Cesar Formighieri - 033.949.989-39

O Sr. Rodrigo Cesar Formighieri, formado em administração de empresas pela Universidade Positivo e mestre em administração de empresas pela Babson College, além de ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, desempenhou funções de: (i) sócio na Oblivion Vapery, start-up focada no desenvolvimento de soluções sustentáveis para vaporizadores e cigarros eletrônicos; (ii) Sócio na Boqueria Restaurantes, rede de restaurantes localizada no Centro de Curitiba; (iii) Sócio na Unique Investimentos, sociedade que atua em gestão e participação societária em outras empresas; e (iv) funções ligadas a planejamento financeiro em empresas do Grupo Positivo, incluindo Editora Positivo Ltda., Editora Piá Ltda., Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda., Positivo Administradora de Bens Ltda., Sociedade Educacional Positivo Ltda., Gráfica e Positivo Educacional Ltda. e a Editora Posigraf S.A.

Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.

Rafael Moia Vargas – 005.164.139-96

O Sr. Rafael Moia Vargas, formado em engenharia da computação pela Universidade Positivo e com certificação acadêmica na Stanford University, além de ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, desempenhou funções de: (i) membro do Conselho da Administração de empresas do Grupo Positivo, incluindo Editora Positivo Ltda., Editora Piá Ltda., Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda., Positivo Administradora de Bens Ltda., Sociedade Educacional Positivo Ltda., Gráfica e Positivo Educacional Ltda. e a Editora Posigraf S.A.; e (ii) Sócio na Libero Administração de Bens, empresa que atua na gestão e participação societária em outras empresas.

Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.

Marcel Martin Malczewski - 445.212.009-15

Sr. Marcel Malczewski é formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Paraná, mestre em Ciências no setor de Informática Industrial pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná e graduado em Administração pela Harvard Business School. Sócio M3 Investimentos Ltda e Trivella

M3 Investimentos S.A. - Gestão de empreendimentos (2010); Co-fundador (1990) e Diretor Presidente da Bematech (2001-2009); Coordenador do Curso de Engenharia da Computação na Pontifícia Universidade. O Sr. Marcel Malczewski é membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência do conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3 e do Regimento Interno do Conselho de Administração, quais sejam: (i) não é Acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de Acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas a Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, de Acionista controlador da Companhia, de administrador da Companhia ou de administrador de Acionista controlador da Companhia; e (iv) não foi empregado ou diretor da Companhia ou de Acionista controlador da Companhia nos últimos três anos.

Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.

Gustavo Kehl Jobim - 075.913.208- 90

O Sr. Gustavo Jobim é Administrador de Empresas pela Universidade de São Paulo e MBA pela Wharton School – University of Pennsylvania (1997-1999). Atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração do FGC – Fundo Garantidor de Créditos onde também atua como membro dos comitês de Pessoas e de Tecnologia. Também é Presidente do Conselho da GreenPass Tecnologia em Pagamentos, membro do Executive Internacional Board da Wharton School (Pensilvânia/USA); membro do Conselho do Wharton Clube do Brasil; e membro independente do Conselho e membro coordenador do Comitê de Auditoria da Yuny Incorporadora Holdings S.A. Anteriormente foi membro do Conselho de Gestão e Conselho Fiscal da Suzano Papel e Celulose (2014-2017); Conselho de Administração da Suzano Holding (2014-2017); Conselho Administração da MDS Brokerslink Insurance Brasil/Portugal (2015-2017); Conselho Administração da Alden Desenvolvimento Imobiliário (2014-2017); Conselho de Gestão da HiperStream Technology Brasil/Suíça (2015-2017); e presidente do Conselho de Investimento e de Risco da Bizma Investimentos (2014-2017). Também foi sócio da Microcomp Tecnologia (1983-1989) e sócio da Brasilpar Serviços Financeiros (1990-1997) até a realização de sua venda para o Grupo Sulamérica. Foi executivo da área de Investment Management da Goldman Sachs nos EUA (1999-2003). Em 2003 regressou ao Brasil como Sócio e CIO da GPS Investimentos até sua venda estratégica para o Banco Julius Baer em 2011. Na sequência, atuou como Vice-Presidente Executivo da Suzano Holding.

Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o

tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.

Conselheiros Fiscais

Irineu Homan - 834.263.889-87

O Sr. Irineu Homan, além de ocupar o cargo de membro titular do Conselho Fiscal da Companhia, desempenhou a função de Sócio Gerente de Auditoria da Consult Auditores Independentes, a qual atua no setor de consultoria empresarial.

Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.

Paulo Sérgio da Silva - 672.690.529-72

O Sr. Paulo Sérgio da Silva, além de ocupar o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia, desempenhou a função de Sócio Gerente de Auditoria da Consult Auditores Independentes, a qual atua no setor de consultoria empresarial.

Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.

Lincon Lopes Ferraz - 318.897.678-08

O Sr. Lincon Lopes Ferraz, além de ocupar o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia é sócio-gestor da GoParts, marketplace com atuação no segmento de reparação automotiva. Em sua trajetória profissional desempenhou as funções de: (i) Diretor Financeiro do Club Athletico Paranaense (2019 a 2020), no setor de esporte e entretenimento; (ii) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores (2013 a 2019) e Gerente de Relações com Investidores (2011 a 2012) da Positivo Tecnologia; (iii) Membro do Conselho Fiscal do Instituto Positivo (2017 a 2019), entidade sem fins lucrativos voltada a ações sociais no setor de educação; e (iv) Coordenador de Relações com Investidores do grupo JSL, que atua no setor de serviços logísticos e locação de veículos (2010 a 2011).

Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.

Carlos Tortelli - 274.296.100-30

O Sr. Carlos Tortelli, além de ocupar o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia, desempenhou a função de Sócio Gerente de Consultoria da Consult Auditores Independentes, a qual atua no setor de consultoria empresarial.

Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.

Michelle Squeff - 393.791.320-34

A Sra. Michelle Squeff é advogada formada pela UFRGS (2000), com mestrado em Direito empresarial pela Universidade de Coimbra (2008). Atua como Diretora Regional Sul da Better Governance Consultoria (Out/2019), além de desempenhar as seguintes funções em colegiados: (i) Conselheira de Administração Independente da Latam S.A. (2021), com atuação no setor de saneamento; (ii) Conselheira de Administração na ADVB/RS (fev/2022); (iii) Conselheira Consultiva da SBDC – Sociedade Brasileira de Desenvolvimento Comportamental (2020), com atuação no segmento de Life Long Learning; (iv) Conselheira Fiscal da ONG DU99 (Out/2020); (v) Governance Officer junto ao Sistema B, entidade vinculada à certificadora internacional BLab. Como suplente, Michelle ocupa atualmente as seguintes posições: (i) Conselheira Fiscal Suplente da Companhia Brasileira de Distribuição (Abr/2021), empresa listada no Novo Mercado, integrante do Grupo Pão de Açúcar; (ii) Conselheira Fiscal Suplente da Randon S/A Implementos e Participações, empresa listada no novo mercado (Abr/2021); (iii) Conselheira Fiscal Suplente ONG Parceiros Voluntários. Michelle é a coordenadora geral do Capítulo RS IBGC (jul/2019).

No passado, Michelle atuou como: (i) Conselheira de Administração na CORAG, Cia Riograndense de Artes Gráficas (set/18-jun/19), (ii) Advogada no Souto Correa Advogados, na área societária/M&A (fev/2013-jun/2018); (iii) Advogada no Veirano Advogados na área societária/M&A (mai/2008-Jan/2013); (iv) Advogada no Grupo RBS na área societária/regulatória (Mai/98-Mai/2008).

Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.

Marco Antonio Mayer Foletto - 480.083.380-91

O Sr. Marco Antonio Mayer Foletto desempenha as funções de: (i) Conselheiro de Administração Independente da Petrobras Transportes (2018) e da Transpetro(2018), as quais atua no segmento de óleo e gás; (ii) Membro Independente e Presidente do Comitê de Auditoria da Corsan (2018), a qual

atua no setor de saneamento; (iii) Membro Independente e Presidente do Comitê de Auditoria da PROCERGS(2020), a qual atua no setor de processamento de dados; (iv) Membro do Conselho Fiscal na General Shoppings e Outlets do Brasil S/A; (v) Membro Independente do Comitê de Auditoria do Hospital de Clínicas de Porto Alegre; (vi) Membro Independente do Comitê de Auditoria e do Comitê de Elegibilidade na CEEE-RS; (vii) Membro do Conselho Fiscal na Lojas Marisa; (viii) Membro Suplente do Conselho da Metalúrgica Gerdau S.A. No passado atuou como: (i) Controller na Iochpe-Maxion (1992-1998), a qual atua no setor de autopeças; (ii) Dell (1999-2002), a qual atua no setor de computadores; (iii) Diretor de Auditoria na Tam, a qual atua no setor de aviação (2009-2010); (iv) Diretor de Auditoria na CSN, a qual atua no setor de siderurgia (2015); (v) Conselheiro Fiscal Independente na Falconi Consultores (2015-2017), a qual atua nos setor de consultoria; (vi) Conselheiro de Administração Independente do Banrisul (2018-2019), a qual atua no setor bancário; (vii) Presidente do Conselho de Administração da Transpetro (2019), a qual atua no segmento de óleo e gás.

Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.

Júlio César Vezaro - 026.058.029-57

O Sr. Julio Cesar Vezaro, brasileiro, graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná-UFPR, com Pós-Graduação em Gestão de Instituições Financeiras pela Business School – FAE, Mestrado em Desenvolvimento Econômico pela UFPR e MBA em Private Bank pela Fundação Getúlio Vargas. Concluiu também curso de aperfeiçoamento em Wealth Management, pela Escola de Negócios São Paulo e o programa executivo de Liderança e Gestão, do Insper. Na área de Governança Corporativa, concluiu o Curso para Conselheiros de Administração e o Treinamento “ESG na Prática: Proteção e Geração de Valor”, ambos do IBGC. Trabalha no Banco do Brasil desde 2000, tendo ocupado várias posições executivas nas áreas do Private Bank. Desde dez/2020 é Diretor Executivo na BB Gestão de Recursos DTVM S.A. Atua também como membro do Conselho Fiscal da Ativos S.A., bem como membro do Conselho de Administração da BB Securities Londres e Miami.

Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.

Marcelo Gusmão Arnosti - 246.316.198-13

O SR. Marcelo Arnosti graduado em Economia pela UNESP, com MBA em Relações Internacionais pela FGV e Mestrado em Economia pela UFRGS. Atuou como economista-chefe, Head da área de Análise e Pesquisa e atualmente ocupa o cargo de Head e Estrategista-Chefe de Multimercado, Ações

e Offshore da BB Gestão de Recursos DTVM S.A. É membro do Conselho Consultivo da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI) e do Comitê ANBIMA Gestão de Carteiras, tendo atuado também como membro do Conselho Administrativo da Associação de Investidores no Mercado de Capitais.

Não possui: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e/ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, ocorridas durante os últimos 5 anos.

12.6 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

(i) Conselho de Administração

Nome	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse*	Percentual de participação nas reuniões realizadas no último exercício
Alexandre Silveira Dias	16	100%
Hélio Bruck Rotenberg	16	100%
Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima	10	100%
Samuel Ferrari Lago	16	100%
Giem Raduy Guimarães	16	100%
Rodrigo Cesar Formighieri	16	100%
Rafael Moia Vargas	16	68%
Marcel Martin Malczewski	16	100%
Gustavo Kehl Jobim	0	0%
Roberto Pedote	11	100%

*considerou-se todas as reuniões do órgão no exercício social de 2021, inclusive a realizadas no mandato anterior no caso de conselheiro reeleito.

(ii) Conselho Fiscal

Nome	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse*	Percentual de participação nas reuniões realizadas no último exercício
Irineu Homan	4	100%
Paulo Sérgio da Silva	4	0%
Lincon Lopes Ferraz	4	100%
Carlos Tortelli	4	0%
Guilherme de Pádua Aboud	3	100%
Felipe da Silva Cardoso	3	0%

* considerou-se todas as reuniões do órgão no exercício social de 2021, inclusive as realizadas no mandato anterior no caso de conselheiro reeleito.

* para os membros suplentes, foi indicado percentual de participação 0%, em virtude de os membros efetivos terem comparecido em todas as reuniões.

12.7 - Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

A Companhia realizará as adaptações às regras do Regulamento do Novo Mercado até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras de 2021, conforme orientação do Ofício Circular 005/2020-VOP divulgado em 7 de abril de 2020 pela B3.

A Companhia, inclusive, já divulgou edital de convocação para Assembleia geral Extraordinária, visando a reforma do Estatuto Social para aderência às regras previstas no Regulamento do Novo Mercado, estando a segunda convocação da referida AGE marcada para dia 08/04/2022.

12.8 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não aplicável, considerando a atual estrutura da Companhia.

12.9 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (a) administradores do emissor; (b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; (c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e (d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Nome/CPF	Samuel Ferrari Lago	599.964.209-49
Nome Empresarial/CNPJ	Positivo Tecnologia S.A.	81.243.735/0001-48
Cargo	Membro do Conselho de Administração	
	Pessoa Relacionada	
Nome/CPF da Pessoa Relacionada	Samuel Ramos Lago	000.958.859-00
Nome Empresarial/CNPJ	N/A	N/A
Cargo	Controlador	
Tipo de Parentesco com o administrador do emissor ou controlada	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)	
Observação	N/A	

Nome/CPF	Samuel Ferrari Lago	599.964.209-49
Nome Empresarial/CNPJ	Positivo Tecnologia S.A.	81.243.735/0001-48
Cargo	Membro do Conselho de Administração	
	Pessoa Relacionada	
Nome/CPF da Pessoa Relacionada	Paulo Fernando Ferrari Lago	609.974.359-68
Nome Empresarial/CNPJ	N/A	N/A
Cargo	Controlador	
Tipo de Parentesco com o administrador do emissor ou controlada	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)	
Observação	N/A	

Nome/CPF	Samuel Ferrari Lago	599.964.209-49
Nome Empresarial/CNPJ	Positivo Tecnologia S.A.	81.243.735/0001-48
Cargo	Membro do Conselho de Administração	
Pessoa Relacionada		
Nome/CPF da Pessoa Relacionada	Thais Susana Ferrari Lago	609.974.609-97
Nome Empresarial/CNPJ	N/A	N/A
Cargo	Controlador	
Tipo de Parentesco com o administrador do emissor ou controlada	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)	
Observação	N/A	

Nome/CPF	Giem Raduy Guimarães	755.250.039-53
Nome Empresarial/CNPJ	Positivo Tecnologia S.A.	81.243.735/0001-48
Cargo	Membro do Conselho de Administração	
Pessoa Relacionada		
Nome/CPF da Pessoa Relacionada	Oriovisto Guimarães	316.626.259-87
Nome Empresarial/CNPJ	N/A	N/A
Cargo	Controlador	
Tipo de Parentesco com o administrador do emissor ou controlada	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)	
Observação	N/A	

Nome/CPF	Giem Raduy Guimarães	755.250.039-53
Nome Empresarial/CNPJ	Positivo Tecnologia S.A.	81.243.735/0001-48
Cargo	Membro do Conselho de Administração	
Pessoa Relacionada		
Nome/CPF da Pessoa	Lucas Raduy Guimarães	875.483.489-91

Relacionada		
Nome	N/A	N/A
Empresarial/CNPJ		
Cargo	Presidente do Grupo Positivo Educacional e Controlador da Positivo Tecnologia	
Tipo de Parentesco com o administrador do emissor ou controlada	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)	
Observação	N/A	
Nome/CPF	Giem Raduy Guimarães	755.250.039-53
Nome		
Empresarial/CNPJ	Positivo Tecnologia S.A.	81.243.735/0001-48
Cargo	Membro do Conselho de Administração	
	Pessoa Relacionada	
Nome/CPF da Pessoa Relacionada	Sofia Guimarães Von Ridder	875.477.679-15
Nome	N/A	N/A
Empresarial/CNPJ		
Cargo	Controladora	
Tipo de Parentesco com o administrador do emissor ou controlada	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)	
Observação	N/A	
Nome/CPF	Rafael Moia Vargas	005.164.139-96
Nome		
Empresarial/CNPJ	Positivo Tecnologia S.A.	81.243.735/0001-48
Cargo	Membro do Conselho de Administração	
	Pessoa Relacionada	
Nome/CPF da Pessoa Relacionada	Cixares Libero Vargas	133.896.379-15
Nome	N/A	N/A
Empresarial/CNPJ		
Cargo	Controlador	
Tipo de Parentesco com o administrador do	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)	

emissor ou controlada		
Observação	N/A	
Nome/CPF	Rodrigo Cesar Formighieri	033.949.989-39
Nome		
Empresarial/CNPJ	Positivo Tecnologia S.A.	81.243.735/0001-48
Cargo	Membro do Conselho de Administração	
	Pessoa Relacionada	
Nome/CPF da Pessoa Relacionada	Isabela Cesar Formighieri	026.684.419-78
Nome	N/A	N/A
Empresarial/CNPJ		
Cargo	Controlador	
Tipo de Parentesco com o administrador do emissor ou controlada	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)	
Observação	N/A	
Nome/CPF	Rodrigo Cesar Formighieri	033.949.989-39
Nome		
Empresarial/CNPJ	Positivo Tecnologia S.A.	81.243.735/0001-48
Cargo	Membro do Conselho de Administração	
	Pessoa Relacionada	
Nome/CPF da Pessoa Relacionada	Daniela Cesar Formighieri Rigolino	026.749.599-40
Nome	N/A	N/A
Empresarial/CNPJ		
Cargo	Controlador	
Tipo de Parentesco com o administrador do emissor ou controlada	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)	
Observação	N/A	

12.10 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (b) controlador direto ou indireto do emissor; (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Administrador da Companhia	Cargo na Companhia	CPF/CNPJ	Pessoa relacionada	Cargo na/Relação com a Pessoa Relacionada	CPF/CNP J	Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Helio Bruck Rotenberg	Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente	428.804.249-68	Positivo Tecnologia S.A.	Controlador	81.243.735/0001-48	Controle	Controlador
Helio Bruck Rotenberg	Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente	428.804.249-68	ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda.	Controlador	07.157.915/0001-54	Controle	Controlada indireta
Helio Bruck Rotenberg	Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente	428.804.249-68	Informática Fuegoína S.A.	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Helio Bruck Rotenberg	Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente	428.804.249-68	PBG Rwanda Limited	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Helio Bruck Rotenberg	Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente	428.804.249-68	PBG UY S.A.	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Samuel Ferrari Lago	Membro do Conselho de Administração	599.964.209-49	Positivo Tecnologia S.A.	Controlador	81.243.735/0001-48	Controle	Controlador
Samuel Ferrari Lago	Membro do Conselho de Administração	599.964.209-49	ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda.	Controlador	07.157.915/0001-54	Controle	Controlada indireta
Samuel Ferrari Lago	Membro do Conselho de Administração	599.964.209-49	Informática Fuegoína S.A.	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta

Administrador da Companhia	Cargo na Companhia	CPF/CNPJ	Pessoa relacionada	Cargo na/Relação com a Pessoa Relacionada	CPF/CNP J	Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Samuel Ferrari Lago	Membro do Conselho de Administração	599.964.209-49	PBG Rwanda Limited	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Samuel Ferrari Lago	Membro do Conselho de Administração	599.964.209-49	PBG UY S.A.	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Giem Raduy Guimarães	Membro do Conselho de Administração	755.250.039-53	Positivo Tecnologia S.A.	Controlador	81.243.735/0001-48	Controle	Controlador
Giem Raduy Guimarães	Membro do Conselho de Administração	755.250.039-53	ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda.	Controlador	07.157.915/0001-54	Controle	Controlada indireta
Giem Raduy Guimarães	Membro do Conselho de Administração	755.250.039-53	Informática Fuegoína S.A.	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Giem Raduy Guimarães	Membro do Conselho de Administração	755.250.039-53	PBG Rwanda Limited	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Giem Raduy Guimarães	Membro do Conselho de Administração	755.250.039-53	PBG UY S.A.	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Rodrigo Cesar Formighieri	Membro do Conselho de Administração	033.949.989-39	Positivo Tecnologia S.A.	Controlador	81.243.735/0001-48	Controle	Controlador
Rodrigo Cesar Formighieri	Membro do Conselho de Administração	033.949.989-39	ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda.	Controlador	07.157.915/0001-54	Controle	Controlada indireta
Rodrigo Cesar Formighieri	Membro do Conselho de Administração	033.949.989-39	Informática Fuegoína S.A.	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Rodrigo Cesar Formighieri	Membro do Conselho de Administração	033.949.989-39	PBG Rwanda Limited	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta
Rodrigo Cesar Formighieri	Membro do Conselho de Administração	033.949.989-39	PBG UY S.A.	Controlador	N/A	Controle	Controlada indireta

* * *